

ALINE ROCHA SANTANA DA SILVA

**TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO:
ESTUDANTES E EGRESSAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
COLÉGIO PEDRO II**

Tese de Doutorado

RIO DE JANEIRO

2025

Aline Rocha Santana da Silva

**TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO:
ESTUDANTES E EGRESSAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO
COLÉGIO PEDRO II**

Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Administração (PPGA) da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de concentração: Gestão organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Wanderley

RIO DE JANEIRO

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO/AFYA

S586t

Silva, Aline Rocha Santana da.

Trajetórias das mulheres negras no mundo do trabalho: estudantes e egressas da educação de jovens e adultos do Colégio Pedro II / Aline Rocha Santana da Silva.

113 f. : il.

Tese (doutorado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy, Escola de Ciências Sociais e aplicadas, 2025.

“Orientador: Profº. Sérgio Wanderley”.

Bibliografia: f. 96-111.

· Administração. 2. Interseccionalidade (Sociologia). 3. Mulheres negras. 4. Mulheres – Condições de trabalho. I. Wanderley, Sérgio. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy/Afya. III. Título.

CDD – 658

Aline Rocha Santana da Silva


**Trajetórias das Mulheres Negras no Mundo do Trabalho:
Estudantes e Egressas da Educação de Jovens e Adultos do
Colégio Pedro II**

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Doutor em Administração.


Área de Concentração:
Gestão Organizacional.

Aprovada em 30 de abril de 2025.


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 SERGIO EDUARDO DE PINHO VELHO WANDERLEY
Data: 05/05/2025 11:49:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

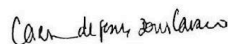
Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley
Fundação Getulio Vargas - FGV

Documento assinado digitalmente
 RENAN GOMES DE MOURA
Data: 29/05/2025 13:21:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


Prof. Dr. Renan Gomes de Moura
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Documento assinado digitalmente
 LUIZ ALBERTO DE LIMA LEANDRO
Data: 05/05/2025 14:15:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Alberto de Lima Leandro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ



Profa. Dra. Carmen de Jesus Soares Cavaco
Universidade de Lisboa

Documento assinado digitalmente
 ROBSON COSTA DE CASTRO
Data: 29/05/2025 09:08:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Robson Costa de Castro
Colégio Pedro II

AGRADECIMENTO

Àqueles que tornaram esta jornada possível, registro aqui minha mais profunda gratidão. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força, inspiração e resiliência ao longo desse caminho.

Ao meu orientador, Dr. Sérgio Wanderley, pela personalidade, dedicação e pelos ensinamentos importantes que me guiaram desde o início deste trabalho, sua experiência e sensibilidade foram fundamentais para que esta pesquisa alcançasse seus objetivos.

À minha Coorientadora no exterior, Dr^a Carmen Cavaco, que ampliou meu campo de visão e enriqueceu muito esta pesquisa, agradeço as orientações e o carinho com o qual eu fui recebida no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Ao corpo docente e administrativo do PPGA da Unigranrio, pela contribuição acadêmica e pelo ambiente acolhedor que favoreceu o desenvolvimento desta pesquisa. Em especial, à coordenadora do PPGA, Rejane Prevot, que sempre faz todo o possível para proporcionar a melhor experiência aos discentes.

Aos professores que aceitaram o convite de participarem como membros da banca desse dia especial em que defendo minha tese.

Aos meus queridos amigos e colegas de pesquisa, da turma 2021, por compartilharem comigo suas experiências, por ouvirem meus desabafos e por acreditarem no meu trabalho. Suas palavras de incentivo e parceria tornaram este processo mais leve e enriquecedor.

Ao Colégio Pedro II, pelo aceite da pesquisa e uso do espaço, pelo investimento realizado ao permitirem meu afastamento para realização da pesquisa e do doutorado sanduíche no exterior, além dos aprendizados e experiências proporcionadas durante meus 6 anos como servidora pública na instituição.

À CAPES, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), à Unigranrio, pela bolsa mensalidade durante todo o período de curso e suporte durante o processo seletivo para o PDSE, e à ULisboa, pelas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e acolhimento em seu espaço físico. Agradeço às instituições o apoio fundamental

na realização do meu Doutorado Sanduíche em Portugal, uma experiência enriquecedora que contribuiu significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha família e amigos próximos, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e pela confiança que depositaram em mim. Em especial, à minha mãe, Nadjair Rocha dos Santos, mulher forte e determinada, que criou três filhos sozinha trabalhando como costureira, e mesmo com todas as dificuldades que enfrentou na vida sempre incentivou seus filhos a batalhar pelos seus sonhos.

Às mulheres negras, educandas e egressas do Proeja, que compartilham suas histórias, desafios e conquistas comigo. Sem a generosidade de vocês, este trabalho não teria sentido ou propósito. Vocês são os verdadeiros protagonistas desta tese, e é em homenagem à coragem e à força de cada uma que dedico a vocês esta pesquisa.

Agradeço também a todas as mulheres negras que, com suas lutas e resistências cotidianas, inspiram e pavimentam o caminho para que outras possam seguir.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, meu muito obrigada. Que as reflexões aqui trazidas possam somar na construção de um futuro mais justo, inclusivo e igualitário para todos.

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.*

*Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue*

e

fome.

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.*

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo, 2008, p. 10)

RESUMO

A presente tese se dedica a uma análise aprofundada sobre os impactos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) na trajetória profissional de mulheres negras, abrangendo tanto as estudantes quanto as egressas do programa. O trabalho é resultado de uma investigação qualitativa, que se vale de 13 entrevistas realizadas com educandas e ex-alunas do Colégio Pedro II. Por meio desses depoimentos, buscou-se compreender as múltiplas barreiras enfrentadas por essas mulheres ao longo de suas vidas, incluindo os desafios pela interseccionalidade de opressões baseadas em gênero, raça, classe social e transexualidade. Essas dificuldades aparecem tanto nas experiências prévias ao ingresso no Proeja quanto durante a participação no programa e em suas trajetórias profissionais subsequentes. A análise dos dados, fundamentada na metodologia de análise de conteúdo, permitiu evidenciar como essas barreiras estruturais moldaram as vivências dessas mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que revelou a contribuição do Proeja em suas formações pessoais e profissionais. As entrevistadas relatam transformações significativas em suas trajetórias, destacando o papel do programa no fortalecimento de suas competências e na ampliação de suas oportunidades no mundo do trabalho. O Proeja se revelou um espaço de aprendizado não apenas técnico, mas também de ressignificação das vivências sociais e culturais dessas mulheres, contribuindo para que elas enfrentassem os desafios com mais confiança e autonomia. Além disso, a pesquisa destaca a relevância do Proeja como política pública externa para a inclusão de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres negras. Por meio das entrevistas, surgem narrativas que apontam como o programa proporcionou acesso a conhecimentos fundamentais para a formação acadêmica e profissional, além de criar um ambiente de acolhimento e valorização de suas identidades. As participantes relataram mudanças significativas em sua autopercepção, ressaltando o papel da educação na superação de estigmas e preconceitos, bem como no fortalecimento de suas redes de apoio. Os resultados da tese trazem uma reflexão crítica sobre as condições estruturais que moldam as desigualdades no Brasil e como programas como o Proeja podem atuar como ferramentas de enfrentamento dessas desigualdades. Ao mesmo tempo, evidenciamos a necessidade de ampliar o alcance de políticas públicas que integram a educação básica e profissional, com especial atenção às demandas de grupos historicamente vulneráveis. O estudo reforça a importância de considerar a interseccionalidade das opressões em análises educacionais e sociológicas, para que políticas como o Proeja sejam cada vez mais eficazes na promoção da justiça social e inclusão no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Interseccionalidade; Mulheres Negras; Proeja; Trabalho.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to an in-depth analysis of the impacts of the National Program for the Integration of Vocational Education with Basic Education in the Modality of Education for Young People and Adults (Proeja) on the professional trajectories of black women, covering both students and graduates of the program. The work is the result of a qualitative investigation, which draws on 13 interviews conducted with current and former students of Colégio Pedro II. Through these testimonies, we sought to understand the multiple barriers faced by these women throughout their lives, including the challenges of the intersectionality of oppressions based on gender, race, social class and transsexuality. These difficulties appear both in the experiences prior to entering Proeja and during participation in the program and in their subsequent professional trajectories. The analysis of the data, based on the content analysis methodology, allowed us to highlight how these structural barriers shaped the experiences of these women in the job market, while also revealing the contribution of Proeja to their personal and professional development. The interviewees reported significant changes in their careers, highlighting the role of the program in strengthening their skills and expanding their opportunities in the world of work. Proeja proved to be a space for learning not only technically, but also for redefining the social and cultural experiences of these women, helping them to face challenges with greater confidence and autonomy. In addition, the research highlights the relevance of Proeja as an external public policy for the inclusion of historically marginalized groups, especially black women. Through the interviews, narratives emerge that indicate how the program provided access to fundamental knowledge for academic and professional training, in addition to creating an environment of acceptance and appreciation of their identities. The participants reported significant changes in their self-perception, highlighting the role of education in overcoming stigmas and prejudices, as well as in strengthening their support networks. The results of the thesis provide a critical reflection on the structural conditions that shape inequalities in Brazil and how programs such as Proeja can act as tools to address these inequalities. At the same time, we highlight the need to expand the scope of public policies that integrate basic and professional education, with special attention to the demands of historically vulnerable groups. The study reinforces the importance of considering the intersectionality of oppressions in educational and sociological analyses, so that policies such as Proeja are increasingly effective in promoting social justice and inclusion in the labor market.

Keywords: Intersectionality; Black Women; Proeja; Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estudantes do Proeja do TJ2 assistiram à peça "Ponciá – Conceição Evaristo".....	22
Figura 2 - Alunas e docentes do CPII (campus Tijuca e Realengo) no VII Encontro Nacional EJA-EPT.....	23
Figura 3 - Alunas e docentes do CPII (campus Engenho Novo) no VII Encontro Nacional EJA-EPT.....	23
Figura 4 - Participantes da pesquisa e pesquisadora em apresentação no VII Encontro Nacional EJA-EPT.....	25
Figura 5 - Participantes da pesquisa na mesa de encerramento do VII Encontro Nacional EJA-EPT.....	25
Figura 6 - Participantes da pesquisa na mesa de encerramento do VII Encontro Nacional EJA-EPT.....	26
Figura 7 - Formatura das turmas do PMM do 1º semestre de 2024.....	29
Figura 8 - Formatura das turmas do 2º semestre de 2024.....	29
Figura 9 - Desdobramentos da História Oral.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Relação da profissão com a formação escolar dos egressos.....	27
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas.....	55
Quadro 2 - Categorias intermediárias criadas a partir do aglutinamento das categorias iniciais.	58
Quadro 3 - Categorias finais criadas a partir da aglutinação das categorias intermediárias....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação de raça dos estudantes da EJA.....	32
Tabela 2 - Estudantes da EJA por sexo.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPII - Colégio Pedro II

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

HO - História Oral

PDSE - Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior

PMMIL - Programa Mulheres Mil

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

ULISBOA - Universidade de Lisboa

UNIGRANRIO - Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	16
1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Problema de Pesquisa.....	18
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 Justificativa e relevância.....	19
1.4 Delimitações da pesquisa.....	20
1.5 Organização da Tese.....	21
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 A EJA no Colégio Pedro II.....	23
2.1.1 O Proeja no CPII.....	25
2.1.2 O PMM no CPII.....	31
2.1.3 Gênero, raça e classe no CPII.....	34
2.2 O Proeja e o Mundo do Trabalho.....	39
2.3 A trajetória educacional e profissional da mulher negra brasileira.....	42
3.1 A História Oral como Método de Pesquisa e seus Desdobramentos.....	47
3.1.1 História Oral de Vida.....	52
3.1.2 História Oral temática.....	54
3.1.3 Tradição Oral.....	56
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	62
4.1. Quem são as mulheres negras do Proeja?.....	68
4.1.1 E1 - Jaqueline.....	68
4.1.2 E2 - Sirlene.....	70
4.1.3 E3 - Marcela.....	71
4.1.4 E4 - Ingrid.....	72
4.1.5 E5 - Alice.....	73

4.1.6 E6 - Inara.....	74
4.1.7 E7 - Joana.....	75
4.1.8 E8 - Karla.....	76
4.1.9 E9 - Solange.....	77
4.1.10 E10 - Marília.....	78
4.1.11 E11 - Lúcia.....	79
4.1.12 E12 - Margareth.....	79
4.1.13 E13 - Bianca.....	80
4.1.14 Mulheres da Educação de Jovens e Adultos.....	81
4.2. Efeitos da interseccionalidade gênero, raça e classe na vida profissional de mulheres negras.....	86
4.3 Contribuições do Proeja na vida profissional de mulheres negras.....	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
6. REFERÊNCIAS.....	101
ANEXO I.....	113

PRÓLOGO

No amplo cenário da Educação de Jovens e Adultos (EJA), existem histórias que merecem ser contadas, vozes que há muito clamam por reconhecimento e trajetórias que ecoam a resiliência e a busca incessante pelo conhecimento. Este é um relato que nasce das páginas das vidas das mulheres negras que cruzaram meu caminho na EJA. São mulheres forjadas na teia da desigualdade, mas cujas histórias desafiam as adversidades.

Eu, a autora, sou Professora de Administração e Coordenadora do PROEJA do Colégio Pedro II - Campus Tijuca II. Testemunhei de perto o poder da educação na vida de muitas mulheres negras, que não apenas enfrentaram as adversidades da vida cotidiana, mas também a luta contra a marginalização sistêmica. Elas não são apenas alunas; são agentes de mudança, cujas vozes e experiências merecem ser celebradas e compartilhadas.

Neste trabalho, mergulharemos nas vidas e nas narrativas dessas mulheres enquanto profissionais, cujas histórias de superação, resiliência e conquista nos lembram da força transformadora da educação. São mulheres cujas jornadas iniciaram com desafios muitas vezes intransponíveis, mas que lutaram bravamente por liberdade e emergiram como líderes de suas jornadas, este texto busca desvelar as camadas profundas de suas experiências, seus triunfos e suas lutas.

Através de entrevistas intimistas, abriremos uma janela para as perspectivas dessas mulheres que, com determinação, navegam pelos mares turbulentos da educação e do trabalho, desafiando estereótipos e desigualdades. O que emerge dessas histórias são lições de perseverança, solidariedade e esperança que inspiram não apenas a comunidade da EJA, mas todos aqueles que buscam uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao longo deste texto, convidamos o leitor a embarcar nesta jornada, a ouvir as vozes das mulheres negras da EJA e a refletir sobre as implicações profundas de suas histórias.

1. INTRODUÇÃO

A educação, em sua dimensão inclusiva e transformadora, desempenha um papel crucial na promoção da equidade e da justiça social. Contudo, as disparidades educacionais persistem como reflexo das desigualdades históricas e estruturais que permeiam a sociedade brasileira. No centro desse cenário, encontram-se as mulheres negras, que enfrentam desafios interseccionais relacionados ao gênero, à raça e à classe social. Neste contexto, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) emerge como uma política pública relevante, ao buscar integrar educação e qualificação profissional para grupos historicamente excluídos.

O Proeja foi instituído com o objetivo de atender a jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade regular, oferecendo-lhes a oportunidade de retomar os estudos e ainda obter formação profissional. Segundo Ramos (2010), o programa reflete uma tentativa de conciliar educação e trabalho, reconhecendo a educação como direito humano e estratégia para a inclusão social. Entretanto, apesar dos avanços promovidos pelo Proeja, persistem lacunas na compreensão de seus impactos específicos sobre os diferentes segmentos da população atendida, particularmente as mulheres negras.

Essa lacuna torna-se ainda mais significativa ao se considerar que a experiência das mulheres negras no Brasil é atravessada por processos históricos de marginalização e exclusão, pois a EJA já é uma modalidade atravessada por gênero e raça. Como observa Carneiro (2005), a intersecção entre racismo e sexismo configura uma "dupla opressão" que impacta profundamente as trajetórias pessoais e profissionais dessas mulheres. Nesse sentido, é imperativo investigar como iniciativas como o Proeja podem contribuir para a redução dessas desigualdades, promovendo transformações significativas em suas vidas.

O presente estudo tem como objetivo analisar os efeitos do Proeja na vida profissional de mulheres negras, tecendo suas trajetórias no mundo do trabalho. Para tanto, utiliza-se, dentro da proposta da história oral temática, as narrativas orais de suas histórias como abordagem metodológica principal, permitindo compreender as trajetórias dessas mulheres a partir de suas perspectivas e experiências subjetivas. De acordo com Perazzo (2015), ao narrar suas trajetórias de vida, os indivíduos tornam-se tanto testemunhas quanto construtores da história. Essas narrativas orais possuem o mesmo valor de verdade e ficção que as histórias oficiais. Não se trata de buscar uma verdade absoluta, pois cada relato é permeado

pela subjetividade do narrador, que interpreta o objeto a partir de sua posição no mundo. Dessa forma, as narrativas são construídas de maneira seletiva, refletindo a visão de mundo e a autopercepção de quem as relata.

Partindo dessa perspectiva, este estudo se propôs a realizar entrevistas com mulheres negras, estudantes e egressas do Proeja do Colégio Pedro II, permitindo que elas expressassem suas vivências, expectativas e enfrentamentos ao longo de suas trajetórias profissionais. Através desses relatos, foi possível compreender como o Proeja vem contribuindo para o empoderamento e qualificação dessas mulheres, além de identificar os desafios que ainda persistem e as estratégias utilizadas para superá-los.

A relevância deste estudo reside na articulação entre educação, trabalho e interseccionalidade, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico sobre as potencialidades e limites do Proeja. Além disso, busca-se promover um diálogo com as agendas de justiça social e educacional, reafirmando a importância de políticas públicas voltadas para os grupos historicamente excluídos. Como aponta Santos (2007), é fundamental construir uma "ecologia de saberes" que valorize as vozes e experiências de sujeitos subalternizados, reconhecendo a pluralidade de formas de conhecimento e resistência.

No decorrer deste trabalho, são abordadas questões como a desigualdade de gênero, raça e classe social na educação e no mercado de trabalho, a importância da educação integral para a inclusão social e econômica e a relevância da história oral como método de pesquisa para resgatar as experiências e memórias das mulheres negras. Acredita-se que esse estudo possa contribuir para ampliar o conhecimento sobre a realidade dessas mulheres e, assim, promover ações mais efetivas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.1 Problema de Pesquisa

Qual é o papel desempenhado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) na promoção da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, considerando as interseccionalidades que atravessam suas experiências e os desafios estruturais que enfrentam?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar de que maneira o Proeja contribui para a inserção das mulheres negras no mundo do trabalho, analisando os impactos de suas ações na transformação de trajetórias marcadas pela exclusão social e pela desigualdade de oportunidades.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Proporcionar um espaço de escuta e visibilidade para as narrativas das mulheres negras, estudantes e egressas do Proeja, valorizando suas memórias e experiências no contexto educacional e profissional.
2. Examinar as trajetórias de vida e trabalho dessas mulheres, articulando suas histórias pessoais às discussões acadêmicas sobre gênero, raça, classe e educação profissional.
3. Identificar os desafios e as potencialidades do Proeja enquanto política pública voltada à inclusão educacional e ao desenvolvimento socioeconômico de mulheres negras, considerando as relações de poder e as condições históricas que informam essas trajetórias.
4. Analisar criticamente as contribuições do Proeja para a construção de autonomia e empoderamento das mulheres negras no mercado de trabalho, identificando boas práticas e limitações da política pública.

1.3 Justificativa e relevância

Esta pesquisa se justifica pelas suas contribuições nos Estudos Organizacionais Interseccionais, articulando raça, gênero e classe no mundo do trabalho, na área dos Estudos Organizacionais. A relevância do estudo se dá pelas seguintes colaborações:

- Discussão sobre gênero e raça no trabalho: As mulheres negras frequentemente enfrentam múltiplas formas de discriminação e desigualdade, tanto de gênero quanto de raça. Compreender suas trajetórias no mundo do trabalho pode fornecer informações cruciais sobre as barreiras que enfrentam e as estratégias de superação que desenvolvem. Isso contribui para a promoção da equidade de gênero e raça nas organizações.
- Impactos da educação: A EJA desempenha um papel vital na formação educacional e

profissional de adultos, muitos dos quais têm experiências de educação interrompidas ou limitadas. Compreender como as mulheres negras se inserem nesse contexto e de que forma a EJA pode transformar suas vidas profissionais, pode ajudar a melhorar as políticas e práticas de educação de adultos para atender às suas necessidades específicas.

- Potencial para intervenções políticas e sociais: Ao destacar as experiências e desafios das mulheres negras no mundo do trabalho, este estudo pode incentivar políticas públicas e práticas pedagógicas que buscam a inclusão e a justiça social. Isso pode ter um impacto positivo significativo nas vidas dessas mulheres e na sociedade como um todo.

1.4 Delimitações da pesquisa

A pesquisa abrangerá um estudo detalhado das experiências das mulheres negras estudantes e egressas do PROEJA no contexto do mundo do trabalho. No entanto, para fornecer uma abordagem focada e precisa, é fundamental definir delimitações claras que orientem a pesquisa e definam os parâmetros de investigação. As delimitações estabelecidas são as seguintes:

- Geográficas: A pesquisa se concentrará nas experiências de mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos e no mercado de trabalho no contexto brasileiro. Embora haja semelhanças e diferenças significativas em outros países, esta pesquisa restringirá o cenário nacional para um estudo mais aprofundado.
- Temporal: O período de análise se estenderá desde a primeira experiência profissional de cada mulher, passando pelo tempo em que esteve no PROEJA e chegando na sua atual situação profissional. A pesquisa abordará as mudanças ao longo do tempo e destacará as transformações mais relevantes nas trajetórias das mulheres negras.
- Participantes: Para manter o foco e viabilizar a pesquisa, será selecionado um grupo representativo de mulheres negras trabalhadoras, estudantes e egressas do PROEJA do Colégio Pedro II, com base em critérios de idade, nível educacional, setor de trabalho e região geográfica.
- Perspectiva de Gênero e Raça: Este estudo enfoca especificamente as trajetórias de mulheres negras, deixando de lado as experiências de homens negros e mulheres de outras origens étnicas. A delimitação foi definida com o intuito de aprofundar a

compreensão das interseções entre gênero e raça nas trajetórias educacionais e ocupacionais.

1.5 Organização da Tese

Esta tese está estruturada em cinco capítulos, cada um desempenhando um papel fundamental na construção e na apresentação dos resultados do estudo.

O Capítulo 1 corresponde à introdução, onde contextualizo o foco central da pesquisa, situando e orientando o leitor para compreender o problema investigado. Neste capítulo, apresento o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa que reforça a relevância do tema, a delimitação do estudo e, por fim, descrevo a estrutura geral da tese, preparando o leitor para a exploração subsequente.

O Capítulo 2 é dedicado à construção do arcabouço teórico que embasa o estudo. Neste capítulo, trago reflexões sobre as relações entre o Proeja, o mundo do trabalho e o Colégio Pedro II, destacando a especificidade do programa no contexto educacional brasileiro. Além disso, discuto o contexto histórico da mulher negra nos âmbitos profissional e educacional, analisando as dinâmicas de exclusão e resistência que moldam suas trajetórias. Finalizo o capítulo apresentando a história oral como abordagem metodológica, destacando sua relevância para a construção de narrativas que rompem com as hegemonias.

No Capítulo 3 delinco o processo metodológico da pesquisa, detalhando a abordagem adotada e o percurso investigativo. Início com a descrição da abordagem qualitativa, justificando sua escolha em razão do objetivo de explorar experiências subjetivas e trajetórias individuais. Em seguida, apresento a trajetória percorrida para a realização da pesquisa, incluindo as etapas de planejamento e execução. Justifico a escolha das participantes e descrevo os instrumentos de coleta de dados utilizados. Por fim, explico o método de análise de dados adotado, enfatizando a análise de conteúdo como ferramenta fundamental para a interpretação das narrativas.

No Capítulo 4 apresento os resultados da pesquisa e suas respectivas análises. Este capítulo busca responder ao problema de pesquisa, investigando como o Proeja contribui para a inserção das mulheres negras no mundo do trabalho. As análises são ancoradas no arcabouço teórico construído, dialogando com as experiências narradas pelas participantes e revelando as dinâmicas de resistência, empoderamento e exclusão que perpassam suas

trajetórias.

Finalmente, no Capítulo 5 apresento as conclusões e considerações finais do estudo. Neste último capítulo, sintetizo as principais descobertas da pesquisa, discutindo suas implicações para o campo da educação, para as políticas públicas e para os estudos interseccionais sobre gênero, raça e classe. Além disso, forneço sugestões para futuras pesquisas e iniciativas que possam ampliar os impactos positivos de programas como o Proeja. Encerrando o trabalho, apresento as referências utilizadas, seguidas pelos apêndices e anexos, que complementam e enriquecem a pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção, dedicada ao referencial teórico, está estruturada em quatro temáticas principais que fundamentam a análise proposta nesta tese. Na primeira parte, abordamos a história da EJA no Colégio Pedro II, instituição que constitui o cenário empírico da pesquisa. Em seguida, exploramos as relações entre o Proeja e o mundo do trabalho. Neste tópico, buscamos compreender como as políticas e práticas educacionais do Proeja são articuladas às demandas do mercado de trabalho.

Na terceira temática, discutimos a trajetória educacional e profissional da mulher negra no Brasil, abordando os desafios históricos e contemporâneos enfrentados por este grupo social em um contexto marcado por desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. Esse segmento analítico destaca as interseccionalidades que atravessam as experiências dessas mulheres, situando-as em relação ao sistema educacional, ao mercado de trabalho e às políticas públicas.

Por fim, no quarto item desta seção, abordamos a história oral como metodologia de pesquisa, enfatizando sua pertinência para a coleta e análise das narrativas de vida das mulheres negras envolvidas no estudo. Aqui, destacamos como essa abordagem metodológica permite valorizar as vozes e experiências dos sujeitos da pesquisa, contribuindo para a construção de um conhecimento mais inclusivo e sensível à diversidade de perspectivas.

2.1 A EJA no Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II (CPII), é uma das instituições educacionais mais antigas e prestigiosas do Brasil. Sua história rica e significativa remonta ao início do século XIX,

quando foi fundado pelo imperador Dom Pedro I em 1837, tornando-se o primeiro estabelecimento de ensino secundário público do país. A criação do Colégio Pedro II reflete a busca do Império Brasileiro por uma educação de qualidade, que tinha a proposta de servir como modelo para as demais instituições de ensino. O objetivo era oferecer uma formação sólida aos jovens, promovendo o desenvolvimento intelectual e cultural. O colégio rapidamente se destacou pela excelência acadêmica. (SANTOS; SILVA; ANDRADE; RODRIGUES, 2018)

O CPII desempenhou um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades educacionais, ao longo do tempo, admitindo alunos de diferentes origens socioeconômicas e culturais. Essa abertura contribuiu para a diversidade e para a formação de uma comunidade estudantil enriquecedora, que compartilha experiências e perspectivas diversas.

Inicialmente, o colégio tinha como alunos os filhos de membros da elite (nobres, oficiais, políticos, médicos, renomados advogados, desembargadores e proprietários de terras). No entanto, em 1984, pela primeira vez, o acesso ao primeiro segmento do ensino fundamental foi realizado por meio de sorteio, e o ingresso na classe popular é percebida. “Uma mudança importante veio em 2005, quando 50% das vagas oferecidas nos concursos passaram a ser preenchidas por candidatos oriundos das escolas que integram a rede pública de ensino fundamental, mantida pelos governos municipais e estaduais”. (CAVALIERE, 2008, p. 190). Hoje, podemos perceber alunos de diversas classes sociais convivendo e aprendendo juntos no ambiente escolar do CPII.

Durante o período republicano, o Colégio Pedro II passou por diversas transformações e tendências para se adequar às mudanças sociais e políticas do país. Apesar dos desafios, manteve-se evoluindo e tornando-se em uma escola socialmente engajada, que busca uma formação crítica do indivíduo. Em seu site oficial, o CPII expõe a seguinte missão: “Promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade.” (COLÉGIO PEDRO II, 2023)

Hoje, o CPII permanece como uma referência na educação pública brasileira, mantendo seu compromisso histórico com a excelência acadêmica, o desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade mais justa e superada. Sua história é um testemunho da importância da educação de qualidade como um motor de transformação social e cultural, deixando um legado duradouro. Um dos inúmeros marcos nesta história,

foi a promulgação da Lei n. 12.677, de 25 de junho de 2012, que inclui o Colégio Pedro II na Rede Federal, equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, porém mantido o tradicional nome Colégio Pedro II e suas especificidades como instituição especializada na Educação Básica. (BRASIL, 2012)

Ao longo dos anos, o CPII expandiu-se e estabeleceu unidades em diferentes partes do estado do Rio de Janeiro. O colégio conta hoje com quatorze campi, sendo doze no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias. O Colégio Pedro II também ampliou sua oferta educacional para além da Educação Básica, incluindo cursos profissionalizantes, de extensão, de graduação, especializações e mestrados, além de desenvolver pesquisas acadêmicas relevantes em diversas áreas do conhecimento.

2.1.1 O Proeja no CPII

O Proeja é uma iniciativa que visa promover a educação e a inclusão social no Brasil. O programa teve início nos anos 2000, quando o país se esforçava para ampliar o acesso à educação de qualidade para grupos populacionais historicamente excluídos do sistema educacional. Com 19 anos de existência, o PROEJA já contribuiu para transformar a vida de milhares de jovens e adultos em todo o país. No entanto, o programa enfrenta desafios, como a captação de recursos, a ampliação da oferta de vagas e a articulação com políticas de emprego e renda. Ainda assim, suas conquistas ao longo dos anos destacam a importância de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva e o desenvolvimento social.

As primeiras turmas do Proeja no CPII tiveram início em agosto de 2006 e finalizaram o curso médio integrado à montagem e manutenção de computadores ao final do primeiro semestre de 2009. Estas turmas estavam implantadas nos campi Centro, Engenho Novo II e Realengo. Um ano depois, o campus Tijuca II também implantou o curso. O Proeja integrado ao curso Técnico em Administração foi implantado em 2010, nas unidades Centro, Engenho Novo II e Realengo II. (SANTOS; SILVA; ANDRADE; RODRIGUES, 2018) Posteriormente, as unidades Caxias e Tijuca II também passaram a ofertar o curso.

Em 2019, houve uma reformulação do Proeja Técnico em Administração, que possui formação em três anos, e a criação do Proeja Assistente Administrativo, com formação em dois anos. Atualmente, os dois cursos são ofertados nos campi Centro, Engenho Novo II, Realengo II, Caxias e Tijuca II, no entanto o Proeja Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (antigo montagem e manutenção de computadores) somente se manteve no campus Realengo II.

Em cada campus o Proeja conta com um docente coordenador para cada curso. Estes profissionais, com a colaboração dos docentes, apoiam frequentemente a promoção de eventos internos como palestras e minicursos, além de atividades externas, como idas ao teatro e visitas técnicas. Os assuntos abordados são diversos e não se restringem às práticas laborais, pois o objetivo é contribuir para o desenvolvimento completo dos estudantes. Assim, temáticas relacionadas à gênero, raça e classe social estão comumente presentes nestes eventos. Em agosto de 2024, os estudantes do Proeja do campus Tijuca II foram levados ao Teatro Sesc Copacabana e assistiram a peça "Ponciá – Conceição Evaristo". Escrita pela renomada autora mineira Conceição Evaristo, a “peça faz um diálogo entre a obra literária e poemas sobre a vivência e identidade cultural de mulheres negras no Brasil, um país marcado por preconceitos e desigualdade social”. (Colégio Pedro II, 2024)

Figura 1: Estudantes do Proeja do TJ2 assistiram à peça "Ponciá – Conceição Evaristo"



Fonte: Colégio Pedro II, 2024.

Atualmente, o Proeja é destaque no Colégio Pedro II. Em novembro de 2024, onze mulheres alunas do Proeja do CPII tiveram trabalhos aprovados e apresentados no VII Encontro Nacional da EJA-EPT (Proeja) na Rede Federal, ocorrido em Natal-RN. O CPII

custeou as passagens aéreas, hospedagem e alimentação das estudantes e dos docentes orientadores.

Figura 2: Alunas e docentes do CPII (campus Tijuca e Realengo) no VII Encontro Nacional EJA-EPT



Fonte: Colégio Pedro II, 2024.

Figura 3: Alunas e docentes do CPII (campus Engenho Novo) no VII Encontro Nacional EJA-EPT



Fonte: Colégio Pedro II, 2024.

Duas alunas, participantes desta pesquisa, compartilharam suas trajetórias como mulheres negras no mundo do trabalho neste evento. A apresentação foi tão emocionante e considerada tão impactante pela representação das mulheres que frequentam a EJA-EPT,

que as alunas foram convidadas a comporem a mesa na conferência de encerramento, que ocorreu no último dia do evento. A programação do dia foi alterada para que fosse possível receber as alunas e ouvi-las. (Colégio Pedro II, 2024)

Figura 4: Participantes da pesquisa e pesquisadora em apresentação no VII Encontro Nacional EJA-EPT



Fonte: Colégio Pedro II, 2024.

Figura 5: Participantes da pesquisa na mesa de encerramento do VII Encontro Nacional EJA-EPT



Fonte: Colégio Pedro II, 2024.

Figura 6: Participantes da pesquisa na mesa de encerramento do VII Encontro Nacional EJA-EPT



Fonte: Colégio Pedro II, 2024.

Ainda, com os apoios da Capes, por meio do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE), da Unigranrio, pela concessão de bolsa estudantil para custeio da mensalidade do doutorado, e do Colégio Pedro II, pela autorização do afastamento para a pesquisadora, foi possível levar as histórias das estudantes mulheres negras no mundo do trabalho para um evento internacional. Esta pesquisa de doutorado foi apresentada, ainda em elaboração e de forma resumida, no XIV Fórum de Jovens Investigadores do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, que ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 2024 em Lisboa - Portugal, durante o período em que a pesquisadora realizou doutorado-sanduíche na ULisboa.

Além da promoção de eventos internos e apresentações em eventos externos, o Colégio Pedro II também abre suas portas para a realização de diversos estudos que analisam a implementação, os desafios e os resultados do Proeja. Abaixo, apresento alguns trabalhos que abordam o PROEJA no Colégio Pedro II, suas contribuições e os caminhos apontados pelas pesquisas.

Sobre a formação dos docentes, a obra “O PROEJA no Colégio Pedro II: Formação e Qualificação Docente em Questão” , de Bruno Miranda Neves (2015), analisa os desafios e potencialidades do PROEJA no Colégio Pedro II. O autor discute a importância da formação docente como elemento central para a efetivação de uma prática pedagógica transformadora e inclusiva, destacando a necessidade de compreender as especificidades do público da EJA.

Neves aborda ainda questões estruturais e organizacionais para uma educação emancipadora e voltada para a inclusão social. A pesquisa de Neves enfatiza a relevância de práticas pedagógicas que consideram trajetórias de vida dos estudantes, marcadas por desigualdades de classe, raça e gênero. Além disso, o autor problematiza as dificuldades enfrentadas no contexto institucional, como a articulação entre a formação profissional e o ensino regular, e destaca o papel do Colégio Pedro II na construção de uma proposta educativa que promova o protagonismo dos alunos da EJA.

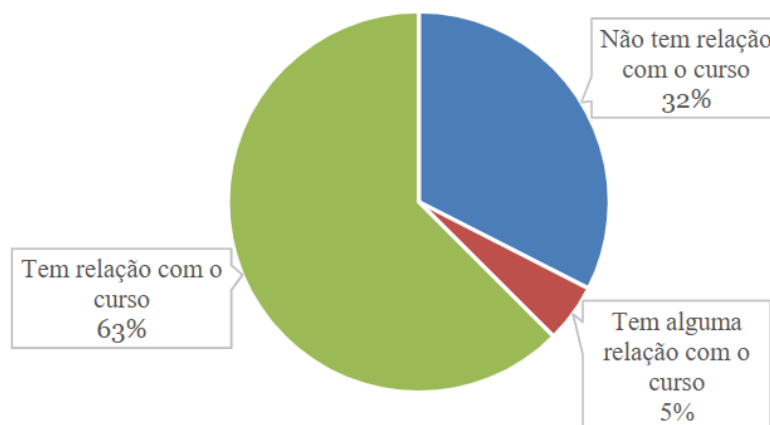
Costa e Elliot (2017), analisaram os fatores que contribuem para a permanência dos alunos nos cursos do PROEJA no Campus Realengo II. A pesquisa, intitulada “A fidelização dos alunos no PROEJA do Colégio Pedro II”, destacou a importância da integração entre a formação acadêmica e a formação profissional, além da necessidade de um acompanhamento mais próximo dos estudantes para reduzir os índices de evasão.

Na dissertação de mestrado “A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro” defendida por Remedios (2021), a autora investiga os fatores que contribuem para a evasão de estudantes no Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrado à Educação Profissional (PROEJA) do Colégio Pedro II. A autora analisa questões como as dificuldades enfrentadas pelos alunos, as condições socioeconômicas, as responsabilidades familiares e a estrutura curricular do programa, identificando como esses elementos influenciam o abandono escolar. Com uma abordagem qualitativa, o estudo combina entrevistas e análises documentais para compreender os desafios e propor estratégias que promovam a permanência dos estudantes, destacando a importância de políticas públicas educacionais que garantam maior equidade e inclusão no contexto da EJA-EPT.

O artigo de Oliveira (2024), intitulado “Os impactos da formação escolar na vida dos egressos do curso Técnico em Administração (PROEJA/CPII)”, analisa as transformações pessoais, sociais e profissionais vivenciadas por ex-alunos do PROEJA - Técnico em Administração do Colégio Pedro II (campus Tijuca II e Centro). A autora investiga como a formação técnica e escolar fornecida pelo programa contribuiu para a inclusão social e a ampliação de perspectivas dos egressos, especialmente em relação à empregabilidade e ao desenvolvimento de autonomia. Com base em depoimentos e dados coletados, o estudo destaca os desafios e as conquistas dos egressos, evidenciando o papel transformador da educação no enfrentamento das desigualdades sociais e no fortalecimento da cidadania. Na imagem abaixo, temos a informação sobre a porcentagem de egressos que atualmente

trabalham em áreas relacionadas ao curso.

Gráfico 1: Relação da profissão com a formação escolar dos egressos



Fonte: Oliveira, 2024.

O estudo contribui positivamente no desenvolvimento dos cursos, pois traz informações específicas e valiosas para análise e planejamento futuro, relacionando a formação dos estudantes e suas vidas profissionais.

2.1.2 O PMM no CPII

O Programa Mulheres Mil (PMM) é um exemplo inspirador de como a educação pode ser uma ferramenta poderosa para promover o empoderamento e a transformação social das mulheres. Desenvolvido com o propósito de oferecer capacitação e qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social, o programa tem como foco central a promoção da igualdade de gênero e a melhoria das condições de vida das participantes. Heleieth Saffioti (1976) já defendia a necessidade de transformar o status profissional da mulher na sociedade, de modo que todas possam decidir por suas carreiras e atividades profissionais. O Mulheres Mil se alinha plenamente a essa visão, pois o planejamento e as decisões sobre os cursos contam com a participação das mulheres atendidas pelo programa.

O CPII foi sede do 1º Encontro Brasil-Canadá de Educação Profissional e Tecnológica, de 4 a 8 de outubro de 2010, o objetivo do evento era integrar ações entre a rede federal e os Community Colleges do Canadá. Neste encontro foi discutido o então Projeto Mulheres Mil, com a ideia de que se tornasse uma ação permanente nas instituições federais de educação. (SANTOS; SILVA; ANDRADE; RODRIGUES, 2018)

Executado em 2011, numa parceria entre o Governo Federal e as instituições públicas

de ensino técnico e profissionalizante, o programa se destaca por oferecer cursos gratuitos e de qualidade, possibilitando que as mulheres adquiram novas habilidades e competências para ingressar no mercado de trabalho ou empreender. Essa abordagem é fundamentada na crença de que a educação é uma ferramenta essencial para a autonomia das mulheres. Em 2024, o programa voltou a ser ofertado e o CPII aplicou os cursos de Camareira em Meios de Hospedagem e Confeiteira. Para 2025, estão previstos os cursos de Operador de Computador, Inglês Básico, Assistente de Logística e Maquiador.

Figura 7: Formatura das turmas do PMM do 1º semestre de 2024



Fonte: Colégio Pedro II, 2024

Figura 8: Formatura das turmas do 2º semestre de 2024



Fonte: Colégio Pedro II, 2024

Além de oferecer formação profissional, o Programa Mulheres Mil também atua no fortalecimento da autoestima e na promoção do protagonismo feminino. Ao proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e incentivador, o programa contribui para a construção de identidades fortes e confiantes, e para isso, foi estruturado sobre três eixos específicos: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, para que, conforme estabelecido no Documento Base do PMM, possa:

Possibilitar que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas solidárias e a empregabilidade. (BRASIL, 2011, p. 1).

Assim, além de uma formação que favoreça a entrada da mulher no mercado de trabalho, o PMM também tem como objetivo a emancipação e empoderamento de suas estudantes. Desta forma, a metodologia aplicada em sala de aula deverá seguir os mesmos princípios daquela oferecida ao Proeja, uma formação humana integral, para a cidadania e libertação. O desafio está em promover esta educação transformadora em poucos meses de curso.

Lagos e Bernard, assim como Ribeiro, realizaram pesquisas com egressas do Programa Mulheres Mil, e chegaram às seguintes conclusões:

Pode-se afirmar, ainda, que o curso não contribuiu muito para o ingresso no mercado de trabalho, nem para a melhoria da renda, mas os conhecimentos técnicos adquiridos no curso são bem utilizados na vida doméstica. [...] Contudo, ficou evidenciado que o programa contribuiu para despertar o desejo de as mulheres retomarem os estudos e para que algumas, de fato, voltassem a estudar. Além disso, ficou claro o potencial do programa em atuar sobre a autoestima e o empoderamento das mulheres. Para algumas, participar do programa significou um novo recomeço, ou seja, a oportunidade de começar uma nova história, na qual a violência não teria mais espaço. (RIBEIRO, 2013, p. 123)

O Projeto proporcionou parcialmente a elevação de escolaridade e da autoestima, uma melhor relação na família e com a comunidade, além de iniciar uma reflexão sobre o seu papel da mulher na sociedade. A experiência vivenciada pelas mulheres teve um significado maior nos aspectos pessoais, que vão além da qualificação e do aprendizado profissional. [...] No entanto, com as mudanças proporcionadas pelo projeto, observou-se que o mesmo não conseguiu inserir essas mulheres no mundo do trabalho. (LAGOS; BERNARDT, 2018, p. 46)

Desde sua implantação em 2011, milhares de mulheres já foram beneficiadas pelo

programa, parte conseguiu ingressar em novas carreiras ou desenvolver seus próprios negócios, mas para a maioria o ingresso no mercado de trabalho continua desafiador, mesmo após o curso. No entanto, percebe-se que o programa interfere diretamente na vida das participantes, ampliando a visão de mundo e redirecionando-as para o caminho da educação. Assim, o PMM pode ser o primeiro passo nesta jornada, após, estas mulheres podem continuar o caminho no Proeja ou buscarem outras oportunidades de aprendizagem que contribuam para a construção de suas carreiras e realização de seus sonhos.

O PMM tornou-se um exemplo notável de como a educação pode ser uma força transformadora na vida das mulheres, capacitando-as, fortalecendo-as e contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Podemos perceber que o programa contribui substancialmente para a transformação da vida e empoderamento das estudantes, contudo, a empregabilidade destas mulheres ainda representa um repressivo desafio.

É fundamental destacar que o Proeja e o PMM, assim como outras políticas públicas, devem ser constantemente aprimorado para atender de forma efetiva às necessidades dos estudantes, principalmente dos negros. Investimentos em ações afirmativas, formação de professores sensibilizados para a temática racial e a promoção de um ambiente escolar acolhedor são algumas das medidas que podem contribuir para uma educação mais equitativa.

2.1.3 Gênero, raça e classe no CPII

As desigualdades sociais no Brasil têm raízes históricas profundas que atravessam as dimensões de gênero, raça e classe. Para compreendê-las, é imprescindível adotar uma perspectiva interseccional, capaz de analisar como essas categorias se articulam mutuamente na constituição das experiências sociais e das formas de exclusão. A noção de interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989), permite visualizar que as opressões não operam de forma isolada, mas sim sobrepostas e simultâneas, afetando especialmente as populações mais vulnerabilizadas, como as mulheres negras das classes populares.

No contexto brasileiro, a hierarquização racial e de classe está diretamente ligada ao legado da escravidão e ao racismo estrutural. Conforme aponta Lélia Gonzalez (1984), o racismo no Brasil opera de maneira dissimulada e institucionalizada, moldando práticas sociais e políticas públicas. Gonzalez destaca o conceito de “racismo por denegação”, no qual

se nega a existência do preconceito racial enquanto se reproduzem, cotidianamente, as exclusões baseadas na cor da pele. Esse processo é ainda mais violento quando associado ao sexismo e à desigualdade econômica.

As mulheres negras ocupam uma posição singular e vulnerável na sociedade brasileira, sendo alvo de múltiplas opressões. Suas trajetórias são marcadas por condições precárias de trabalho, dificuldades de acesso à educação e serviços de saúde, além de uma constante invisibilidade nas esferas de poder e representação. Como afirma Carneiro (2003), a opressão de gênero vivida por mulheres negras não pode ser compreendida sem considerar as especificidades do racismo e da desigualdade econômica que as afetam. Carneiro ressalta que a luta das mulheres negras é, ao mesmo tempo, antirracista, feminista e anticapitalista.

A classe social, por sua vez, constitui um eixo central para a compreensão das desigualdades no Brasil. Autores como Souza (2017) argumentam que o país mantém uma estrutura social profundamente excludente, na qual as classes populares — em sua maioria negras — são deslegitimadas cultural e moralmente. Essa desvalorização dos saberes populares e a criminalização da pobreza são formas sutis e cotidianas de exclusão social, que reforçam a reprodução das hierarquias sociais.

A articulação entre raça, classe e gênero também pode ser observada nas desigualdades educacionais, que se expressam no acesso, na permanência e nos resultados escolares. A escola, muitas vezes, reproduz estereótipos e preconceitos que deslegitimam as identidades negras, femininas e periféricas. De acordo com Gomes (2003), a educação antirracista deve reconhecer e valorizar os saberes das populações negras, promovendo uma pedagogia comprometida com a justiça social. Para Gomes, a construção de uma educação libertadora exige a ruptura com o currículo eurocêntrico e a valorização das vozes historicamente silenciadas.

Hooks (2000), por sua vez, reforça que a educação deve ser um espaço de liberdade e de conscientização crítica, onde os sujeitos possam compreender suas realidades e lutar por transformações sociais. Hooks propõe uma pedagogia engajada, que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos e que seja capaz de dialogar com as vivências dos estudantes, especialmente os mais marginalizados.

Portanto, pensar a educação a partir de uma perspectiva interseccional significa reconhecer a pluralidade de experiências e as desigualdades que se cruzam nos corpos e trajetórias dos

sujeitos. No Brasil, a análise das relações entre gênero, raça e classe é indispensável para a construção de políticas educacionais que realmente promovam a equidade e a inclusão.

De acordo com os dados coletados pelo PNAD (2022), os estudantes pardos e negros representam expressiva maioria de alunos na Educação de Jovens e Adultos, como podemos visualizar na tabela abaixo.

Tabela 1 - Identificação de raça dos estudantes da EJA

Tabela 7187 - Estudantes na Educação de Jovens e Adultos, por nível do curso e cor ou raça					
Variável - Estudantes na Educação de Jovens e Adultos (Mil pessoas)					
Brasil					
Nível do curso - EJA do ensino médio					
Cor ou raça	Ano				
	2016	2017	2018	2019	2022
Branca	260	265	288	228	190
Preta ou parda	491	566	579	539	384

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Fonte: PNAD (2022)

Guerreiro Ramos, um dos pioneiros nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, foi um sociólogo e pensador que elaborou textos importantes para a compreensão das desigualdades estruturais que afetam a população negra no país. Em seus escritos, Guerreiro Ramos destacava como a discriminação e o preconceito racial se manifestavam em diversas esferas sociais, incluindo o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Ele apontava que a exclusão social e econômica dos negros era uma das principais causas da persistência das desigualdades raciais no Brasil. “O preconceito e a ignorância provocam a desumanização das minorias étnicas, o que, por sua vez, alimenta e dá sustentação a muitas formas de discriminação” (CLAUDE, 2005, p. 49)

Para Guerreiro Ramos (1954) “Determinada condição humana [ser negro] é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor, ou uma norma. Quem a rotula como problema, estima-a ou a avalia anormal. “(p.21) Esse julgamento histórico a que Guerreiro Ramos trata, também se manifesta nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros no sistema educacional. O preconceito e a

discriminação racial são desafios que muitas alunas da EJA, principalmente negras, precisam superar para buscar uma educação de qualidade. A EJA, ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural dos alunos, contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, rompendo com a invisibilidade e o apagamento das experiências das estudantes negras.

Além disso, atualmente na EJA, a maior parte do público atendido é representado por mulheres, como pode-se visualizar na tabela abaixo:

Tabela 2 - Estudantes da EJA por sexo

Tabela 7186 - Estudantes na Educação de Jovens e Adultos, por nível do curso e sexo					
Variável - Estudantes na Educação de Jovens e Adultos (Mil pessoas)					
Brasil					
Nível do curso - EJA do ensino médio					
Sexo	Ano				
	2016	2017	2018	2019	2022
Homens	363	401	396	375	267
Mulheres	395	435	479	402	314

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Fonte: PNAD (2022)

Assim, sabendo que as mulheres pardas e negras são maioria na EJA, tem-se o dever de uma formação emancipadora, com a oferta de um ensino que faça sentido para este público e que possa transformar a vida e o mundo do trabalho destas mulheres. É essencial pensar em uma EJA que atenda às necessidades educacionais e sociais das mulheres e de estudantes negras, entendendo suas vivências e opressões sofridas ao longo da vida e empoderando-as para que possam atuar na sociedade, lutando pelos seus direitos como cidadãs e contra preconceitos e padrões impostos. Estudos como o de Soares, Santos e Virgens (2018) evidenciam que as mulheres negras enfrentam desafios específicos, como o preconceito racial e as desigualdades de gênero, que se traduzem em maior vulnerabilidade ao abandono escolar. Essas desigualdades também se refletem na baixa presença de professores negros e mulheres em posições de liderança, perpetuando a desproporcionalidade de poder dentro das instituições.

Assim, a compreensão das dinâmicas sociais no âmbito da educação requer uma

análise interseccional que considere as relações entre gênero, raça e classe social. No contexto do Colégio Pedro II essas categorias emergem como elementos estruturantes das experiências educacionais dos estudantes. Desde sua fundação, o CPII tem atravessado diversas transformações históricas, refletindo as tensões e avanços relacionados à inclusão e à equidade educacional.

Inicialmente concebido como uma escola destinada à elite brasileira, o CPII atendia majoritariamente aos filhos de proprietários de terras, políticos e profissionais liberais. Conforme destaca Santos et al. (2018), o perfil social e racial dos alunos refletia as estruturas de poder da época, excluindo grupos marginalizados como negros, mulheres e membros das classes populares. Essa exclusão estava alinhada ao projeto de formação de uma elite intelectual que perpetuava as desigualdades sociais do Brasil escravista.

A mudança começou a ganhar forma no século XX, especialmente após a constituição de 1988, que consolidou a educação como um direito de todos. No CPII, o sorteio para o ingresso no ensino fundamental, implementado em 1984, e as cotas para estudantes oriundos de escolas públicas a partir de 2005 (Cavaliere, 2008), representam marcos na democratização do acesso. Essas medidas ampliaram a diversidade do corpo discente, permitindo a entrada de estudantes de diferentes origens sociais, raciais e culturais.

A discussão sobre gênero, raça e classe social no CPII deve ser conduzida à luz de uma perspectiva interseccional, conforme teorizado por Kimberlé Crenshaw (1989). Essa abordagem reconhece que as desigualdades não atuam de forma isolada, mas se sobrepõem, criando experiências únicas de opressão e privilégio. No caso das mulheres negras, por exemplo, há uma sobreposição de discriminações de gênero e raça que dificultam sua inserção e permanência no sistema educacional.

No Colégio Pedro II (CPII), as dinâmicas de gênero, raça e classe manifestam-se não somente nas relações entre os estudantes, nas aulas e eventos acadêmicos, mas também nas diretrizes do colégio, que precisaram de reformulações ao longo do tempo, pois nem sempre mulheres, pessoas trans e homossexuais tiveram espaço e respeito na instituição.

A inserção das mulheres nos diferentes espaços do Colégio Pedro II foi o resultado de um longo processo permeado por avanços e retrocessos. Durante o Período Imperial essa instituição de ensino constituiu-se num lugar exclusivamente masculino. Foram homens os seus dirigentes e todos os seus professores. A sua clientela estudantil restringiu-se aos meninos e rapazes, embora tal restrição não constasse do Decreto de fundação do Colégio de 2 de dezembro de 1837. No Império, em situações muito

especiais e em curtos espaços de tempo, algumas poucas mulheres transitaram por esse estabelecimento dedicado ao ensino CPII – NUDOM / UFF. Pesquisadora do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM). Coordenadora e professora de História do Colégio Pedro II. Doutoranda em Educação pela UFF. 1 ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. secundário, constituindo-se em exceções. A presença feminina no Colégio Pedro II somente efetivou-se, no Período Republicano, a partir da década de 1920.(ALVES, 2009, p.1)

Outro marco importante na história do CPII quando abordamos a temática gênero, é a portaria nº 2449 de 22 de julho de 2016, que representou um marco significativo na promoção da igualdade de gênero no ambiente escolar. Essa normativa extinguiu a divisão por gênero nos uniformes escolares, permitindo que estudantes escolhessem suas vestimentas independentemente de seu sexo biológico. Com isso, meninos passaram a ter a opção de usar saias, e meninas, calças, conforme sua preferência pessoal.

A construção de uma educação antirracista, antihomofóbica e feminista no CPII ainda exige uma revisão profunda das práticas pedagógicas e das políticas institucionais. Gomes (2003) enfatiza a importância de uma formação docente sensível às questões raciais e de gênero, que valorize os saberes e experiências dos estudantes. Essa formação deve incluir o desenvolvimento de currículos que abordam criticamente as desigualdades sociais e promovam a pluralidade cultural.

Além disso, é fundamental criar espaços de escuta e diálogo que permitam aos estudantes expressar suas vivências e desafios. Como destaca Hooks (2000), a educação deve ser um ato de liberdade, que empodera os indivíduos a transformarem suas realidades. No contexto do CPII, isso significa reconhecer as contribuições de mulheres negras e das classes populares para a história e a cultura brasileiras, promovendo sua visibilidade e valorização dentro da comunidade escolar.

A análise das relações entre gênero, raça e classe social no Colégio Pedro II revela avanços conquistados e desafios persistentes na construção de uma educação mais equitativa. Embora programas como o Proeja e o Mulheres Mil representem passos importantes, é necessário aprofundar as transformações institucionais para enfrentar as desigualdades estruturais que marcam o acesso e a permanência de mulheres negras e estudantes das classes populares, pois somente por meio de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora será possível cumprir a missão histórica do CPII de promover a igualdade de oportunidades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

2.2 O Proeja e o Mundo do Trabalho

Para atender à demanda social por educação e trabalho, a EJA foi integrada à formação profissional em um programa proposto pelo governo federal. O Proeja foi instituído pelo Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005 e teve suas diretrizes estabelecidas no Decreto-Lei nº 5840 de 13 de julho de 2006, no qual foi criado. O decreto instituiu as regras para sua aplicação nas escolas técnicas das universidades federais, nos Institutos Federais, nos centros federais de educação tecnológica e no Colégio Pedro II. De acordo com o parágrafo único do referido decreto, as modalidades dos cursos escolhidos para fazerem parte do projeto são aqueles que possuem maior aderência com a realidade local e regional, contribuindo assim com as estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural (BRASIL, 2006).

O programa foi criado com o intuito de “atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio”. (BRASIL, 2007, p. 12). Em 2007, a divulgação do Documento Base do PROEJA, que traz sua fundamentação e objetivos, trouxe uma proposta para a formação integral dos alunos, na tentativa de se afastar de visão meramente instrumentalizada da educação ao serviço do mercado de trabalho, com uma lógica capitalista:

[...] os processos educativos estruturados a partir desse referencial deverão contribuir para a formação de cidadãos capazes de participar politicamente na sociedade, atuando como sujeitos nas esferas públicas, privadas e no terceiro setor, espaços privilegiados da prática cidadã, em função de transformações que apontem na direção dessa sociedade justa e igualitária (BRASIL, 2007b, p. 24).

Neste sentido, o Documento Base do PROEJA deixa claro a importância do currículo integrado, viabilizando a integração da educação profissional com a educação básica, para buscar a superação da “educação bancária” (Freire, 1987, p. 33) limitada às finalidades do mercado de trabalho:

o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. **A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele.** (BRASIL, 2007, p.13, grifo nosso)

A integração de disciplinas da formação básica com formação profissional não pode

ser considerada estratégia suficiente para atender aos requisitos de uma educação que visa o desenvolvimento completo do indivíduo. (RAMOS, 2010) É preciso pensar nos conteúdos e metodologias usadas em sala de aula, em cada disciplina ofertada aos estudantes, de modo que disciplinas básicas e profissionalizantes se alinhem para o alcance de uma formação problematizadora e libertadora.

Ciavatta (2019), Manfredi (2017), Frigotto (2015) e Ramos (2010) defendem uma Educação Profissional Omnilateral, que busca formar cidadãos críticos, para desempenharem papéis não somente dentro das empresas, mas em toda a sociedade, trabalhadores capacitados não somente para desempenhar tarefas, mas para tomar decisões dentro e fora das organizações, analisar e compreender o processo de trabalho e as relações sociais, saber se impor com assertividade e lutar pelo que consideram justo.

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, p. 265)

A proposta da EJA foca em uma formação omnilateral, com o objetivo de ofertar aos estudantes a compreensão das realidades sociais nas quais estão inseridos, não somente o trabalho, mas também as realidades econômicas, políticas e culturais, fugindo assim, de uma formação unicamente qualificadora, voltada para atender às necessidades do capital: “[...] abandona-se a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.” (BRASIL, 2007b)

A educação formal, oferecida pela escola, pode ser instrumento para o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões, porém a aprendizagem de competências para uma formação humana emancipatória não se restringe ao ambiente escolar. Morin (2001) e Dejours (2012) sugerem o trabalho como um dos meios para a emancipação dos sujeitos. Inclusive, na discussão dos resultados da pesquisa de Morin (2001), ao ouvir a opinião de estudantes de administração sobre o sentido do trabalho, a autora compreendeu que “o trabalho desenvolve o potencial e fortalece a identidade dos

indivíduos; pelas relações que o trabalho gera, ele consolida a identidade social; pelos seus resultados, permite ao indivíduo contribuir ao mundo e dar um sentido à sua existência”. (p.14)

O trabalho desempenha um papel fundamental na construção da identidade do indivíduo, configurando-se como um elemento central no processo de subjetivação. Por meio do trabalho, os cidadãos encontram um meio de ocupar seu lugar na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento coletivo por meio de suas produções, realizações e contribuições (COSTA; NASCIMENTO, 2019; HALL, 2006; SENNETT, 2004; GIDDENS, 2002; GOFFMAN, 1959). No entanto, para que o trabalho possa contribuir para a emancipação dos indivíduos, se torna necessário um ambiente propício para o desenvolvimento de competências omnilaterais, não limitado às competências técnicas necessárias ao desempenho de tarefas.

O conceito de trabalho apresentado por Morin (2001), caracterizado pela ausência de interesses humanos e pela prevalência de relações superficiais, distantes e negativas no ambiente laboral, pode ser articulado com a ideia de alienação do trabalho desenvolvida por Marx. Para Marx, a alienação é um processo intrínseco ao capitalismo, em que o trabalhador se vê separado tanto do produto de seu trabalho quanto do próprio processo produtivo, desumanizando suas relações no ambiente laboral. Nesse contexto, a superficialidade e o distanciamento interpessoal descritos por Morin evidenciam a alienação em relação aos outros, uma das dimensões apontadas por Marx. Além disso, a falta de interesses humanos no trabalho reflete a perda do caráter emancipador e criativo da atividade, reforçando as condições de dominação e exploração que limitam a autonomia e a realização plena dos indivíduos. Assim, o ambiente deficiente descrito por Morin pode ser compreendido como uma manifestação concreta da alienação do trabalho, na medida em que restringe a possibilidade de emancipação dos trabalhadores (MORIN, 2001; MARX, 2004).

Deste modo, apesar do trabalho representar uma importante dimensão da vida e indispensável na formação do indivíduo, se deixássemos a cargo das organizações empresariais, a formação omnilateral dos trabalhadores ficaria condicionada aos diversos fatores que influenciam e modificam o ambiente empresarial, além de dependente e em desvantagem quando o assunto envolve ganhos de capital. Assim, as instituições educacionais que se propõem a formar jovens e adultos trabalhadores, podem garantir uma educação profissional integrada, crítica e emancipatória para todos. Assim, a EJA assume, no país, uma função reparadora, atribuída pelo Parecer CNE/CEB 11/2000 e pela Resolução

CNE/CEB 1/2000, com o objetivo de reparar a dívida social com os cidadãos que tiveram seu direito à educação negado durante a idade considerada apropriada pelo MEC (até os 17 anos de idade). Quando se trata do público feminino, o afastamento da escola pode advir do enfrentamento de diversas barreiras ao longo da vida,

[...] há um número significativo de mulheres que ainda hoje tem dificuldades de ter acesso à escola ou dar continuidade aos estudos, essas dificuldades são: gravidez precoce, casamentos, dupla jornada (emprego e trabalho doméstico), cuidado e educação dos filhos, proibição dos pais ou maridos. Para estas, a EJA coloca-se como uma alternativa para o resgate desse direito. (VIEIRA; CRUZ, 2017, p.49)

O pensamento de Paulo Freire, nomeadamente, a perspectiva apresentada no livro *Pedagogia do Oprimido*, aborda a importância da crítica e da mudança para a diminuição de opressões, de desigualdades e marginalizações presentes na sociedade. Freire (1987) argumenta que a educação tradicional, muitas vezes, perpetua a submissão, pois não permite que os educandos se tornem sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Ele propõe um modelo educacional centrado na conscientização, em que os educandos se tornem coautores de seu próprio conhecimento, refletindo criticamente sobre a realidade em que vivem. A *Pedagogia do Oprimido* busca a superação da opressão por meio do diálogo, da problematização, da conscientização e da ação transformadora.

2.3 A trajetória educacional e profissional da mulher negra brasileira

A trajetória da mulher negra na educação e no mercado de trabalho sempre foi um tema relevante e complexo no contexto sociocultural brasileiro. A luta histórica por igualdade de oportunidades tem sido um desafio constante para as mulheres negras que buscam superar as barreiras impostas pela discriminação racial e de gênero. (BENTO, 1995). Ao longo dos séculos, as mulheres enfrentam desafios sociais e culturais que limitam seu acesso à educação e ao trabalho, mas a determinação e a perseverança das mulheres moldaram um caminho de mudanças significativas.

Durante grande parte da história, as mulheres foram excluídas da educação formal. O filósofo Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, argumentou que as mulheres deveriam ser educadas apenas para serem boas esposas e mães, perpetuando a visão de que seu papel estava limitado ao âmbito doméstico. Para o autor “a educação da mulher deve ser complementar e funcional à educação do homem” (ROUSSEAU, 2004, p. 527) Essa mentalidade foi desafiada por diversas mulheres pioneiras como Simone de Beauvoir que defendeu a construção social de gênero e o modo como a sociedade patriarcal limita o papel

e o estatuto das mulheres. Defendeu que a educação e o trabalho são determinantes para a emancipação das mulheres, pois possibilitam o desenvolvimento pleno e a sua contribuição para uma sociedade mais igualitária (BEAUVOIR, 1980).

No século XIX, a luta pela educação das mulheres ganhou força. Susan B. Anthony, uma figura proeminente no movimento sufragista dos Estados Unidos, defendeu a ideia de que a educação era fundamental para capacitar as mulheres a reivindicar seus direitos políticos. Ela, acompanhada de Matilda Gage e Elizabeth Stanton impulsionam o movimento feminista e ao defenderem, no livro *“History of woman suffrage”*, que cabe às mulheres protegerem-se de serem forçadas a sustentar governos que não podem protegê-las (STANTON et al, 1886). Pioneiras como Anthony abriram o caminho para a formação de movimentos de mulheres que pressionaram por igualdade nas oportunidades sociais, profissionais e educacionais. Nesse período, houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no entanto, os baixos níveis de escolaridade das mulheres e a discriminação do gênero resultavam em ocupações mais abaixo na hierarquia organizacional, no trabalho precarizado e sexista. “A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas, em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado [...]”. (QUIRINO, 2012, p. 91)

Graças aos movimentos feministas, o século XX trouxe avanços no trabalho e na educação feminina, ainda que preliminares. Algumas poucas mulheres, que detinham recursos, passaram a frequentar as universidades, enfrentando forte preconceito social e uma outra parcela recebia formação para professoras em escolas normais de nível médio, implantadas no final do século XIX. (HAHNER, 2011) Neste período, as mulheres continuavam reivindicando “seus interesses educacionais, mesmo sabendo que teriam uma educação inicial frágil, uma vez que apenas os conhecimentos básicos eram recebidos.” (BARBOSA, 2012, p. 93).

Com o passar do tempo, as mulheres brasileiras garantiram cada vez mais acesso aos diversos níveis de escolaridade, o que impactou diretamente no ingresso das mulheres em ocupações, não somente de nível operacional, mas de nível tático e estratégico nas organizações. A formação educacional foi essencial para a ascensão das mulheres no mercado de trabalho. Hoje em dia, as mulheres possuem maiores níveis de escolaridade do que homens. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003, p. 20).

As mudanças na sociedade levaram a uma mudança profunda do perfil da mulher. Percebeu-se uma tendência elevada a mulher, cada vez mais, para assumir o papel de chefe da família. Percebeu-se também que o perfil da mulher se alterou e muito, nos últimos 10 anos. Atualmente, ela busca

maiores níveis de escolaridade, empregos melhores, com melhores salários e, aparentemente, famílias menores, com menor número de filhos. (MOURA; LOPES; SILVEIRA, 2016, p. 64)

A história da mulher negra no mundo do trabalho é uma jornada marcada por desafios, resistência e superação. Desde os tempos da escravidão até os dias atuais, as mulheres negras têm enfrentado discriminação e opressão em diversas esferas da sociedade, incluindo o ambiente de trabalho. Ainda assim, a força e a determinação das mulheres têm sido fundamentais para conquistar espaços e lutar por igualdade de oportunidades. Durante o período da escravidão, as mulheres negras eram submetidas a uma exploração cruel, realizando trabalhos pesados nas lavouras e nos lares dos senhores, muitas vezes sofrendo abusos físicos e emocionais. Angela Davis (2016) em seu livro "Mulheres, Raça e Classe", destaca como as mulheres negras escravizadas enfrentavam uma dupla opressão, tanto pela sua condição de gênero quanto de raça.

Após a abolição da escravatura, no final do século XIX e início do século XX, as mulheres negras continuaram a enfrentar enormes obstáculos no mercado de trabalho, muitas vezes relegadas a empregos mal remunerados e sem perspectivas de ascensão profissional. A feminista negra Bell Hooks (1995) aborda em "Intelectuais Negras" a invisibilidade histórica dessas mulheres nas lutas feministas e como as estruturas patriarcais e racistas contribuíram para sua marginalização. Contudo, ao longo do tempo, a luta pela igualdade de direitos ganhou força, e mulheres negras inspiradoras surgiram em diversas áreas profissionais. Um exemplo notável é Rosa Parks, que se destacou ao se recusar a ceder seu lugar no ônibus para um homem branco nos Estados Unidos em 1955, desencadeando o movimento pelos direitos civis. Parks se tornou um símbolo de resistência e coragem para mulheres negras em todo o mundo. (RINGGOLD, 1999)

No campo das artes e da literatura, figuras como Maya Angelou e Audre Lorde também se destacam, utilizando sua escrita para dar voz às experiências das mulheres negras e abordar questões relacionadas à raça e ao gênero. Em sua obra "Eu Sei Por Que o Pássaro Canta na Gaiola", Angelou (2018) narra sua própria jornada, abordando a importância da persistência e autoaceitação como mulher negra. Lorde (2019), em seu texto "Não existe hierarquia de opressão" reflete sobre as opressões sofridas pelos grupos mulheres, homossexuais e negros, e defende a união destes grupos na luta por respeito e liberdade. A autora é mulher, lésbica, negra, socialista, feminista e mãe, e expõe as experiências e lutas que passou ao longo da vida.

À medida que avançamos para o século XXI, as mulheres negras continuam a reivindicar seu espaço no mundo do trabalho, ocupando posições de liderança,

empreendendo e influenciando mudanças positivas em suas comunidades. Mulheres como Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, têm contribuído para um maior entendimento da interseccionalidade entre gênero e raça em suas obras. Em "Sejamos Todos Feministas", Adichie (2015) defende que o feminismo é uma luta pela liberdade de todos, para a mulher, que poderá assumir sua identidade livre das expectativas e julgamentos alheios e o homem, que poderá crescer e desenvolver sua personalidade sem precisar se encaixar em padrões machistas.

Hoje, os esforços das mulheres na luta por igualdade continuam a inspirar. Malala Yousafzai (2013), sofreu, em 2012, um ataque do Talibã por sua defesa do direito das meninas à educação no Paquistão, e se tornou um símbolo da luta das mulheres pelo direito à educação.

No Brasil, uma figura que personifica a luta da mulher por seu espaço no mundo do trabalho é Carolina Maria de Jesus, uma das mais importantes escritoras negras do país. Carolina nasceu em 1914, em uma favela de Sacramento, interior de Minas Gerais, e mudou-se para São Paulo aos 23 anos, em busca de melhores condições de vida, passou a viver na favela do Canindé, local onde, com pouca escolaridade, por meio de suas observações cotidianas, sua escrita e sua sensibilidade, produziu uma das obras mais impactantes da literatura brasileira, intitulada "Quarto de despejo - Diário de uma favelada". O livro foi escrito durante os anos em que ela morou na favela do Canindé e aborda a realidade dura e muitas vezes invisível da mulher periférica. Foi publicado em 1960, com a ajuda de Audálio Dantas, jornalista que pretendia fazer uma matéria sobre a favela, mas se encantou com a história e os diários de Carolina. (GONÇALVES, 2014)

A obra de Carolina de Jesus revelou a dura realidade da vida nas favelas e o cotidiano de uma mulher negra, pobre e marginalizada. Seu livro se tornou um sucesso internacional e trouxe visibilidade à vida das mulheres negras que enfrentavam a miséria e a exclusão social no Brasil. Sua escrita era crua, poética e reveladora, refletindo sua experiência única de sobrevivência em meio à pobreza. A história de Carolina também nos revela sua desafiadora trajetória no mundo do trabalho. Enquanto morava em Minas Gerais, Carolina trabalhava na roça com sua família, quando veio para São Paulo trabalhou por algum tempo como empregada doméstica, mas logo passou a trabalhar como catadora de papéis nas ruas da cidade. (GONÇALVES, 2014) Carolina mantinha o sonho de se tornar escritora, no entanto tinha o racismo como principal barreira nesta jornada. Em seu primeiro livro a autora revela: "Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo. Eles respondiam-me: "É pena você

ser preta” (JESUS, 1960, p. 58)

Oliveira e Wanderley (2021) realizaram uma pesquisa com 11 mulheres negras que trabalham em empresas multinacionais e buscou “identificar na obra ‘Quarto de despejo: diário de uma favelada’ de Carolina Maria de Jesus, características pertinentes do estudo da interseccionalidade e da decolonialidade que contribuem para entender a posição da mulher negra dentro das empresas multinacionais contemporâneas”. (p.243) Os resultados e análise da pesquisa evidenciam, ainda nos dias de hoje, questões levantadas por Carolina de Jesus na década de 50, o racismo, sexismo e a discriminação por gênero ainda fazem parte da vida profissional das trabalhadoras negras, mesmo em cargos de liderança e em empresas de grande porte.

As discussões sobre gênero e trabalho realizadas por autoras como Judith Butler, Silvia Federici e Angela Davis convergem na análise crítica do sistema capitalista e patriarcal, que desvaloriza o trabalho não remunerado das mulheres, especialmente no âmbito doméstico e reprodutivo. Federici, por exemplo, argumenta que o trabalho doméstico é essencial para o funcionamento do capitalismo, mas é invisibilizado e não recompensado, perpetuando a desigualdade de gênero e econômica (FEDERICI, 2004). Angela Davis complementa essa perspectiva ao destacar como a exploração do trabalho das mulheres, particularmente das mulheres negras, é interseccionada por questões de raça, classe e gênero, ressaltando a necessidade de conectar as lutas feministas a uma crítica mais ampla do sistema capitalista e racista (DAVIS, 2016). Judith Butler amplia a análise ao questionar a naturalização das relações de gênero, sugerindo que a desigualdade no trabalho também é um produto das normas que consolidam identidades e papéis sociais (BUTLER, 1990). Assim, essas autoras demonstram como a transformação das relações de trabalho é central para repensar as estruturas sociais que perpetuam a opressão de gênero.

Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Lélia Gonzalez, ao tratarem do trabalho no contexto do feminismo negro, destacam como as opressões de raça e gênero estruturam a exploração e precarização das mulheres negras. Djamila Ribeiro enfatiza que a ausência de mulheres negras em posições de destaque e a sua concentração em trabalhos subalternos é resultado de um racismo estrutural historicamente consolidado, que desvaloriza suas contribuições e restringe suas oportunidades (RIBEIRO, 2017). Carla Akotirene, por meio da interseccionalidade, explica como mulheres negras estão localizadas em um "cruzamento de opressões", sendo particularmente vulneráveis à exploração no mercado de trabalho, muitas vezes ignoradas pelas políticas públicas universais que não consideram suas

realidades específicas (AKOTIRENE, 2019). Lélia Gonzalez reforça esse olhar ao conectar a história da escravidão às condições contemporâneas de trabalho doméstico das mulheres negras, um espaço que perpetua a exploração econômica e a desvalorização social, mantendo vivas as hierarquias coloniais (GONZALEZ, 1988). Assim, as autoras sugerem que enfrentar as desigualdades no trabalho requer a incorporação da perspectiva racial e interseccional, desafiando as estruturas que sustentam e normalizam a exploração das mulheres negras.

É preciso reconhecer que a trajetória da mulher na educação e no trabalho é um testemunho da resiliência e determinação feminina na busca pela igualdade de gênero. As vozes de mulheres como Susan B. Anthony, Simone de Beauvoir, Malala Yousafzai e Carolina de Jesus ecoam ao longo do tempo, lembrando-nos de que a educação é uma ferramenta poderosa para a transformação social e profissional.

3. MÉTODO DE PESQUISA

3.1 A História Oral como Método de Pesquisa e seus Desdobramentos

A história oral, como campo metodológico, emerge da necessidade de registrar e interpretar experiências humanas a partir do ponto de vista de seus protagonistas. É um diálogo entre o passado e o presente, mediado pela voz de quem narra e pela escuta ativa de quem pesquisa. Esse diálogo se torna ainda mais relevante em contextos de exclusão social, nos quais as histórias pessoais são frequentemente silenciadas ou desconsideradas. Ao adotar essa abordagem, o pesquisador não apenas coleta dados, mas também estabelece um compromisso ético e político com os sujeitos da pesquisa. (MEIHY; RIBEIRO, 2011)

Assim, a História Oral é uma abordagem de pesquisa que visa registrar, preservar e analisar as narrativas orais de indivíduos sobre eventos e experiências passadas. O método proporciona uma oportunidade única para dar voz a grupos marginalizados e minoritários, cujas experiências podem ter sido negligenciadas ou apagadas ao longo do tempo. Ao ouvir os relatos de pessoas pertencentes a diferentes estratos sociais, étnicos ou culturais, é possível obter uma compreensão mais completa e inclusiva do passado e valorizar a experiência e a memória coletiva de comunidades, grupos sociais e pessoas comuns, resgatando narrativas que muitas vezes não são refletidas em documentos escritos. Assim, a HO permite resgatar discursos que trazem luz às histórias individuais e coletivas que podem revelar as nuances das relações sociais e econômicas enfrentadas, por exemplo, por mulheres negras no mercado de trabalho.

Ao longo dos anos, a História Oral se estabeleceu como uma ferramenta poderosa na pesquisa científica, fornecendo relatos ricos e autênticos que complementam e, em alguns casos, desafiam os registros históricos convencionais. “Entrevistas de história oral podem ser usadas no estudo da forma como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. (ALBERTI, 2004, p.25) Logo, a HO tem o poder de confirmar ou refutar registros de acontecimentos nos quais determinado grupo não foi ouvido, normalmente este é o grupo marginalizado.

A história oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. A afirmação contrária, naturalmente, não seria totalmente infundada: O relato de uma greve, nas palavras e memórias de trabalhadores, ao invés daqueles da política e da (sempre amistosa) imprensa, obviamente ajuda (embora não automaticamente) a equilibrar a distorção implícita naquelas fontes. Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante. (PORTELLI, 1997, p. 37)

Assim, a importância da História Oral na pesquisa científica reside na possibilidade de acessar histórias pessoais, emocionais e contextuais que não podem ser obtidas por meio de documentos escritos ou fontes oficiais. Isso significa que, ao ouvirmos e analisarmos as narrativas orais dos indivíduos, podemos entender como as pessoas interpretam e constroem suas próprias histórias dentro do contexto mais amplo dos eventos históricos, abrangendo narrativas daqueles que normalmente não são ouvidos. Paul Thompson (1992), um dos principais teóricos da história oral, argumenta que essa abordagem permite a recuperação de histórias esquecidas e a ampliação dos horizontes de análise histórica, ao incluir as vozes de grupos sociais frequentemente excluídos. Segundo ele, a história oral desafia as narrativas dominantes, ao dar protagonismo aos depoimentos de indivíduos comuns.

Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente. (PORTELLI, 2010, P. 3)

Ferreira (2002), ao abordar o desenvolvimento da história oral como método de pesquisa, defende que no início a evolução do método se deu pelo estudo com a classe dominante, com o objetivo de completar informações históricas que faltavam nos registros escritos com a transcrição de entrevistas em fitas, na década de 1940. No entanto, entre as décadas de 1960 e 1970 houve uma expansão do processo, que passou a ser usado por grupos

excluídos.

No século XXI, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) influenciaram significativamente os métodos e as técnicas de pesquisa, além de transformar os instrumentos de coleta de dados empregados por acadêmicos de diferentes disciplinas. Essa nova realidade é exemplificada pelo acesso a documentos digitalizados, pela obtenção de informações em sites, pela utilização de bibliotecas virtuais, pela verificação de dados via WhatsApp e pela realização de entrevistas por meios digitais. Diante desse panorama, em meio às diversas abordagens metodológicas adotadas para a realização de investigações científicas, a História Oral surge como uma importante alternativa, por meio da escuta de relatos orais, os pesquisadores produzem conhecimento em diversas áreas e temáticas. (BRANCO, 2020)

Apesar de seu desenlace neste século, a História Oral teve seu marco inicial no fim da década de 40, a partir da identificação da necessidade de registrar os relatos e as angústias vivenciadas por pessoas logo após a Segunda Guerra Mundial. (RIBEIRO; MACHADO, 2014) Segundo Meihy (2005) em 1947, Allan Nevis (professor da Universidade de Colúmbia - Nova York) tornou o termo “História Oral” oficial quando criou um documento que foi usado como referência para organizar, utilizar e divulgar informações de entrevistas. A partir de então, a História Oral se expandiu como metodologia de pesquisa em distintas áreas do conhecimento, como História, Sociologia e Antropologia.

Assim, a HO foi se expandindo nos Estados Unidos e se consolidou quando houve a difusão em outros países na década de 60 (Joutard, 1983). Após o avanço de pesquisas nos EUA, pesquisadores na Europa e no México começaram a usar a metodologia. (BRANCO, 2020) A expansão do uso da História Oral na Europa pode ser evidenciada pela adesão de diversos estudiosos renomados, como Paul Thompson, na Inglaterra; Mercedes Vilanova, na Espanha; e Danièle Hanet, na França. (REINALDO; SAEKI; REINALDO, 2004). Esses autores figuram como exemplos notáveis de pesquisadores que contribuíram para a consolidação e o desenvolvimento dessa metodologia no continente.

Meihy (2005, p.93) afirma que a história oral, inicialmente, “combinou duas funções complementares: 1) a de registrar e 2) a de divulgar experiências relevantes e estabelecer ligações com o meio urbano que consumia as entrevistas, promovendo assim um incentivo para a compreensão e o registro da história local”, demonstrando assim, seu comprometimento em favor do interesse coletivo.

No Brasil, a HO como metodologia difundiu-se nos anos 70, iniciando em universidades de grande prestígio como a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), nesta especificamente em sua Escola de Ciências Sociais, contando com o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). (BRANCO, 2020) No entanto, o golpe militar de 1964 gerou diversos danos à produção de conhecimento em geral e ao desenvolvimento da consciência sociopolítica da sociedade. Esse período autoritário também afetou de maneira adversa a evolução da história oral, ao restringir projetos e registros que envolviam relatos, opiniões ou experiências pessoais. Durante a década de 1970, apesar do ambiente repressivo, houve tentativas de resistência, como a criação do CPDOC pela FGV. A colaboração entre essa fundação e a Fundação Ford, além da publicação, em 1979, do livro *História Oral: Teoria e Técnica*, de CHP Correia, que buscou estabelecer uma estrutura abrangente e de alcance nacional. No entanto, devido à falta de um ambiente democrático, essas iniciativas não alcançaram resultados significativos. (MEIHY, 2005; REINALDO; SAEKI; REINALDO, 2004; RIBEIRO; MACHADO, 2014) É fundamental ressaltar que a história oral desempenha um papel político significativo, pois está intrinsecamente ligada ao fortalecimento da democracia, que é essencial para sua concretização, e ao direito à informação, ao possibilitar a circulação de múltiplas perspectivas. (MEIHY, 2005)

As lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., seriam agora as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral se afirmava, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social. (FERREIRA, 2002, P. 322)

Portelli (2010) critica a ideia de que a história oral serve para dar voz aos que não têm voz, pois se estes indivíduos não tivessem voz, não poderiam ser ouvidos. Voz eles têm, só não estão sendo ouvidos: “Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute”. (p. 3) Neste sentido, a missão da história oral seria levar estas vozes a público, para que sejam ouvidas e façam parte dos debates sociais. “Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas como direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia”. (p. 3)

Assim, somente a partir dos anos 80, quando ocorre maior abertura democrática na política, a história oral passou a compor maior número em programas de instituições e

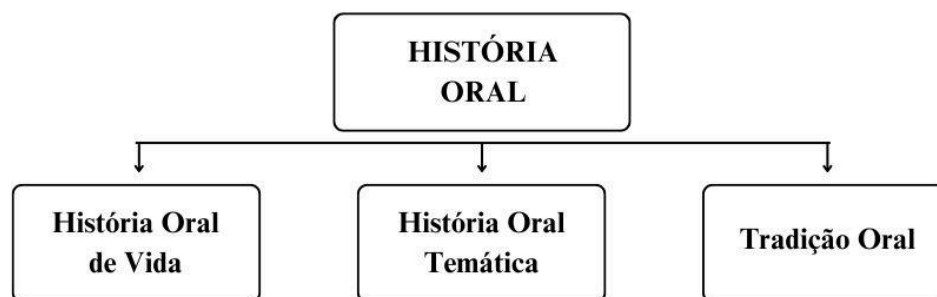
universidades que buscam a preservação da memória. (RIBEIRO; MACHADO, 2014) De acordo com Ferreira (1997), o uso da metodologia de história oral na elaboração de dissertações e teses começou a crescer de forma significativa após esse período. A autora destaca que foi somente no início da década de 1990 que ocorreu o verdadeiro aumento do uso dessa abordagem. A autora ainda afirma que este crescimento foi fruto de mudanças no campo da história e na sociedade brasileira, nas quais “(...) revalorizou-se a análise qualitativa, resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se os interesses das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares” (Ferreira, 1997, p.3).

O grande desafio é o de transmitir a fala do outro com o mínimo de interferência possível, respeitando seus valores e suas vivências. Os conceitos e ideias levantados devem ser tratados com grande respeito e a maior responsabilidade é a de interpretá-los de forma a não modificá-los, mas, sim, destacá-los com a sensibilidade de um ouvinte disposto a aprender com a experiência e conhecimento do outro. (RIBEIRO; MACHADO, 2014, p. 582)

Outro aspecto relevante da História Oral é seu papel na preservação do patrimônio cultural e imaterial de uma comunidade. Por meio das narrativas orais, conhecimentos, tradições e costumes são transmitidos de geração em geração, garantindo a continuidade da identidade cultural de um grupo. No entanto, é importante ressaltar que a História Oral também enfrenta desafios e limitações. A subjetividade inerente às narrativas orais pode levar a memórias seletivas ou distorcidas, e os pesquisadores devem ser cuidadosos ao interpretar e contextualizar essas informações. A coleta e interpretação de histórias pessoais também requerem sensibilidade ética, garantindo o respeito e o consentimento dos entrevistados, bem como a preservação de sua privacidade.

Diante das diferentes oportunidades para o uso da História Oral como metodologia, Meihy (2005) aponta três caminhos em que a HO se desdobra. São eles: a História Oral de Vida, a História Oral Temática e a Tradição Oral, como ilustrado na figura abaixo.

Figura 9: Desdobramentos da História Oral



Fonte: Adaptado de Meihy (2005)

A história oral gerou métodos de pesquisa histórica que permitem explorar as memórias individuais e coletivas, valorizando as vozes e experiências de diferentes grupos sociais. Esses métodos, decorrentes da metodologia da história oral, têm como foco a coleta, a análise e a interpretação das narrativas orais. Estes desdobramentos são abordados nos subitens a seguir.

3.1.1 História Oral de Vida

A metodologia de histórias de vida, trata-se de um desdobramento da história oral e tem como foco o registro das experiências individuais em sua totalidade, conectando os eventos narrados ao contexto histórico e social mais amplo. Bertaux (1981) define a história de vida como uma reconstrução narrativa que permite compreender como os indivíduos organizam suas experiências e atribuem significados a elas. Nesse sentido, as histórias de vida não são meros relatos factuais, mas expressões de identidade, resistência e subjetividade.

A História Oral de Vida é uma abordagem metodológica consolidada nas ciências humanas e sociais, que visa compreender processos históricos, culturais e sociais a partir do relato de experiências individuais. Essa metodologia, que combina dimensões biográficas e sociais, ganhou destaque como uma ferramenta valiosa para captar as subjetividades, memórias e perspectivas de pessoas que vivenciaram ou foram impactadas por eventos específicos ao longo do tempo. A História Oral de Vida difere de outras abordagens da história oral ao privilegiar a narração integral da experiência de um indivíduo, em vez de focar exclusivamente em um episódio ou contexto específico. Trata-se de uma reconstrução ampla e detalhada da vida do sujeito, que permite não apenas conhecer eventos, mas também compreender as formas como esses eventos foram vividos, interpretados e ressignificados. A

história de vida é uma abordagem que conjuga as experiências individuais e os contextos sociais em que se inscrevem. (MEIHY; RIBEIRO, 2011)

Essa metodologia se insere em um contexto epistemológico que valoriza a pluralidade de vozes, especialmente aquelas tradicionalmente marginalizadas ou invisibilizadas nos registros históricos oficiais. Nesse sentido, a História Oral de Vida está diretamente associada a uma perspectiva democrática do saber, que se compromete com a inclusão de narrativas que ampliam a compreensão de fenômenos sociais e culturais (ALBERTI, 2008). Assim, apoia-se em um conjunto de princípios teóricos que destacam a importância da memória e da experiência individual como fontes de conhecimento histórico e social.

A memória, um elemento central na História Oral de Vida, é compreendida como um fenômeno dinâmico e social. Halbwachs (1990) destaca que a memória individual é profundamente influenciada pelos contextos sociais em que se insere, sendo constantemente reconstruída com base nas relações e experiências coletivas. Nesse sentido, as narrativas biográficas registradas pela História Oral de Vida refletem além de aspectos pessoais, trazendo dinâmicas sociais mais amplas.

A aplicação da História Oral de Vida requer uma série de etapas bem definidas, que garantam a confiabilidade e a riqueza dos dados coletados. Alberti (2008) enfatiza a importância de um planejamento rigoroso, que inclui a definição do objetivo da pesquisa, a identificação dos sujeitos a serem entrevistados e a elaboração de um roteiro flexível, capaz de captar memórias espontâneas e respostas direcionadas a questões específicas. A entrevista é um aspecto fundamental dessa metodologia e deve ser conduzida de forma aberta e dialógica. Segundo Meihy (2005), o pesquisador desempenha o papel de facilitador, criando um ambiente de confiança que permita ao entrevistado narrar suas experiências de forma livre e detalhada. Além disso, é essencial que as entrevistas sejam gravadas e transcritas, permitindo a análise posterior dos discursos e a produção de textos que respeitem a integridade e o contexto das falas originais.

A História Oral de Vida oferece contribuições significativas para pesquisas academicamente e socialmente relevantes. Quando são registradas e analisadas narrativas individuais, possibilita-se uma compreensão mais profunda de fenômenos históricos e sociais, revelando aspectos subjetivos que nem sempre são capturados por outras metodologias (PORTELLI, 1997). Ademais, essa abordagem dá visibilidade a experiências que ampliam o

escopo das interpretações históricas, contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva.

Entretanto, a metodologia também apresenta desafios. Um deles está relacionado à subjetividade inerente à memória, que pode incluir lacunas, distorções ou mesmo omissões. A memória não é apenas um repositório de fatos, mas um processo de construção de significados, que reflete as perspectivas e as emoções do narrador. (PORTELLI, 1997) Assim, o pesquisador deve estar atento às limitações e potencialidades das narrativas, adotando uma postura crítica e reflexiva. Outro desafio envolve questões éticas, como a necessidade de garantir o consentimento livre e informado dos entrevistados, proteger sua privacidade e respeitar suas escolhas quanto ao uso e à divulgação de suas histórias. Essas questões são particularmente relevantes em estudos que abordam temas sensíveis ou populações vulneráveis (ALBERTI, 1990)

Assim, a História Oral de Vida é uma metodologia que oferece ferramentas valiosas para o estudo de processos históricos e sociais, ao privilegiar a dimensão humana e subjetiva das experiências individuais. Sua capacidade de revelar vozes silenciadas e de promover uma compreensão mais inclusiva da história faz dela uma abordagem especialmente relevante no contexto acadêmico e social contemporâneo. Apesar dos desafios, o compromisso com a ética, a reflexão crítica e a valorização da memória tornam a História Oral de Vida uma metodologia essencial para pesquisadores que buscam compreender a complexidade das experiências humanas.

3.1.2 História Oral temática

A História Oral Temática é uma vertente metodológica da História Oral que se concentra em investigar tópicos ou temas específicos por meio de relatos orais. Enquanto a História Oral de Vida privilegia a trajetória individual dos entrevistados, a abordagem temática busca explorar aspectos particulares da experiência humana em relação a eventos, processos ou determinadas situações, oferecendo uma perspectiva própria e plural sobre questões específicas (MEIHY; RIBEIRO, 2011). Essa metodologia é amplamente utilizada em ciências sociais, história e áreas afins, fornecendo uma ferramenta poderosa para compreender os significados atribuídos pelos indivíduos a temas delimitados.

A principal característica da História Oral Temática é a focalização em um eixo

temático previamente delimitado pelo pesquisador. Diferentemente da História Oral de Vida, que permite que os depoentes narrem suas experiências em uma linha mais livre, a abordagem temática organiza a entrevista em torno de questões cuidadosamente elaboradas que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa (ALBERTI, 1990). Essa delimitação não significa restringir a voz do entrevistado, mas sim criar um espaço de diálogo estruturado que favoreça a entrega de informações sobre o tema em questão.

A metodologia temática permite a coleta de relatos que dialogam com a memória coletiva, oferecendo múltiplos pontos de vista sobre um mesmo tema. Dessa forma, ela se torna particularmente eficaz para investigar temas como conflitos sociais, políticas públicas, transformações culturais e experiências educacionais, entre outros. A abordagem temática, ao concentrar-se em aspectos específicos da realidade, amplia as possibilidades de análise, pois conecta as vozes individuais a contextos mais amplos, como estruturas sociais e culturais. (MEIHY E RIBEIRO, 2011)

O processo de pesquisa com base na História Oral Temática envolve algumas etapas fundamentais que garantem a validade e a qualidade dos dados coletados. Primeiramente, é essencial definir claramente o tema da pesquisa e o problema a ser investigado. A clareza nessa etapa inicial é crucial para que o roteiro de entrevistas seja coerente e direcionado, permitindo a coleta de informações relevantes (THOMPSON, 1992). A seleção dos entrevistados é outra etapa importante. Nesse caso, não se trata apenas de buscar pessoas que vivenciaram o tema, mas também de garantir que haja diversidade suficiente entre os depositantes para que diferentes perspectivas sejam contempladas. Alberti (1990) ressalta que a pluralidade das vozes é um dos grandes trunfos da História Oral Temática, pois enriquece a análise ao trazer à tona diferentes experiências e interpretações de um mesmo fenômeno.

A elaboração do roteiro de entrevistas requer um profundo conhecimento prévio sobre o tema. O pesquisador deve realizar uma revisão bibliográfica abrangente, além de consultar outras fontes históricas, como documentos e registros oficiais, que possam fornecer o contexto ao tema estudado (PORTELLI, 1997). O roteiro deve incluir questões abertas que incentivem o entrevistado a reflexão e compartilhem suas percepções, experiências e memórias, ao mesmo tempo em que mantêm um foco no tema delimitado.

Após a coleta de depoimentos, o processo de transcrição, análise e interpretação dos dados é essencial. A transcrição deve ser fiel às palavras do entrevistado, respeitando as

nuances da fala oral. Já a análise busca identificar padrões, recorrências e divergências nos relatos, conectando-os ao arcabouço teórico que fundamenta a pesquisa. Segundo Portelli (1997), a interpretação de relatos orais vai além daquilo que é dito, pois a forma como os depoentes narram suas histórias também revela aspectos cruciais sobre o tema investigado.

Assim como a História Oral de Vida, a História Oral Temática também apresenta desafios que exigem atenção do pesquisador. Um dos principais é a relação entre memória e verdade. Como a memória é um assunto subjetivo, os relatos encontrados podem conter lacunas, omissões ou reconstruções influenciadas pelas estatísticas presentes (ALBERTI, 1990). Portanto, cabe ao pesquisador exercer um olhar crítico ao interpretar as narrativas orais, considerando o contexto histórico e social em que os depoimentos foram dados. Essa análise requer um equilíbrio entre compreender as subjetividades dos relatos e cruzar as informações. Além disso, a própria transcrição e análise das entrevistas podem apresentar obstáculos. A transformação do discurso oral em texto exige cuidado para não descontextualizar ou simplificar o conteúdo. Portelli (1997) alerta para as nuances da oralidade, como entonação, pausas e expressões emocionais.

Desta forma, a História Oral Temática, ao centrar-se em temas específicos e utilizar a escuta atenta de narrativas orais, representa uma ferramenta metodológica versátil e indispensável para pesquisadores de diversas áreas. A sua aplicação permite a exploração profunda de questões delimitadas, oferecendo perspectivas múltiplas e enriquecendo o campo do conhecimento histórico e social. Embora enfrente desafios, como a subjetividade da memória e a complexidade da análise, a metodologia temática se destaca por seu compromisso com a pluralidade de vozes e pela possibilidade de iluminar aspectos de temas da história que permanecem pouco explorados.

A escolha da história oral temática nesta pesquisa está diretamente vinculada à necessidade de compreender as trajetórias das mulheres negras em sua especificidade, considerando as interseccionalidades de gênero, raça e classe que marcam suas experiências no mundo do trabalho. Como pontua Hooks (2019), as vozes das mulheres negras são fundamentais para desvelar as estruturas de opressão e também para imaginar possibilidades de transformação. Por meio de suas narrativas, estas mulheres não apenas denunciam as desigualdades que enfrentam, mas também revelam suas estratégias de resistência e reinvenção.

3.1.3 Tradição Oral

A tradição oral, enquanto metodologia de pesquisa, representa um recurso essencial para o registro, análise e interpretação de narrativas, memórias e saberes culturais transmitidos por meio da oralidade. Essa abordagem é amplamente utilizada em campos como história, antropologia, etnografia e estudos culturais, possibilitando a preservação e análise de aspectos fundamentais do patrimônio imaterial de diversas sociedades. Alberti (2021) enfatiza distinções metodológicas entre a tradição oral e a história oral e apresenta duas premissas da tradição oral: 1) As criações da tradição oral (canções, ditos populares, mitos, rezas, etc) são mutáveis, pois são produzidas oralmente e dependem do momento, isto influencia significativamente no como será a narração. 2) A tradição oral está apoiada na repetição, pois se trata de patrimônio coletivo comum e só pode existir se repetido por aqueles que compõem a tradição. Ainda assim, ao mesmo tempo em que repetem, a transformam.

No contexto das pesquisas acadêmicas, a tradição oral vai além do simples registro de relatos. Ela oferece uma metodologia capaz de investigar os significados atribuídos a eventos e práticas, explorando o modo como as comunidades constroem suas narrativas e se relacionam com suas histórias. Alberti (2021) afirma que a tradição oral pode estar presente em relatos dentro de outras metodologias da história oral.

Em nossas entrevistas de história oral, também nos deparamos com “pedaços” de tradição oral. Alguns desses “pedaços” podem ser mais facilmente identificados, como os provérbios os ditos populares, [...] que tem uma métrica ou ou muitas vezes uma rima que facilitam sua memorização. (ALBERTI, 2021, p.25)

A metodologia da tradição oral é caracterizada por sua abordagem qualitativa, que privilegia a profundidade na análise de narrativas individuais ou coletivas. A interação entre pesquisador e narrador é central nesse processo, configurando um diálogo que busca captar as subjetividades e os significados implícitos nas histórias relatadas. Como destaca Portelli (1997), o valor dos relatos orais não está apenas na informação factual que eles fornecem, mas também na forma como os narradores constroem suas histórias e nas emoções que essas narrativas evocam. Outra característica fundamental da tradição oral é seu enraizamento cultural. As histórias e memórias transmitidas oralmente refletem os valores, as práticas e os contextos sociais das comunidades em que são produzidos. Dessa forma, a tradição oral oferece uma janela para a compreensão das dinâmicas culturais e das relações sociais que

moldam os relatos.

A condução de pesquisas baseadas na tradição oral requer um planejamento cuidadoso e o cumprimento de algumas etapas essenciais. A primeira etapa consiste na preparação do pesquisador, que deve adquirir um conhecimento profundo sobre o contexto cultural e histórico do grupo investigado. A coleta de dados é realizada por meio de entrevistas e registros audiovisuais, sendo fundamental criar um ambiente de confiança e respeito que permita aos narradores compartilhar suas histórias de maneira genuína. A etapa seguinte é a transcrição e análise dos relatos. A transcrição deve ser fiel às palavras dos narradores, enquanto a análise busca identificar padrões, contradições e significados nas narrativas, conectando-as ao referencial teórico da pesquisa.

A tradição oral oferece contribuições valiosas para a pesquisa acadêmica, especialmente no campo das ciências humanas e sociais. Em primeiro lugar, ela amplia as possibilidades de investigação, permitindo que vozes e perspectivas frequentemente marginalizadas sejam incorporadas ao debate acadêmico. Como observa Alberti (1990), a tradição oral democratiza o acesso ao conhecimento, valorizando a pluralidade de experiências e saberes. Além disso, contribui para a preservação do patrimônio cultural imaterial, reconhecido como essencial pela Unesco (2003). Por meio da documentação e análise das narrativas orais, os pesquisadores desempenham um papel fundamental na valorização e na transmissão de conhecimentos que poderiam ser perdidos com o tempo.

3.2 Detalhamento da Pesquisa

Esta pesquisa foi conduzida com base nos princípios éticos fundamentais que regem as investigações científicas em ciências humanas e sociais. O estudo respeitou os princípios da autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, assegurando o respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais das participantes.

Foram adotadas medidas para garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados coletados. As informações pessoais eventualmente reveladas durante as entrevistas foram omitidas e foram usados nomes fictícios na análise dos resultados, de forma a preservar a identidade das participantes. Nenhuma imagem, nome ou dado sensível foi divulgado sem autorização. Todos os depoimentos foram coletados após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo que as participantes compreendessem os objetivos, métodos e possíveis desdobramentos da pesquisa.

Além disso, considerando que a investigação trata de questões sensíveis como raça, gênero e classe social, temas historicamente marcados por processos de exclusão e estigmatização, adotou-se uma postura ética comprometida com o respeito às trajetórias individuais e coletivas das participantes. A escuta foi realizada com empatia e responsabilidade, considerando os marcadores sociais que atravessam as experiências das mulheres negras das classes populares envolvidas na Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa também assumiu um compromisso ético-político com a justiça social, buscando contribuir para a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

A História Oral Temática foi adotada como base metodológica. A pesquisa é de caráter qualitativo e os dados empíricos foram obtidos com a realização de entrevistas. A opção por entrevistas como instrumento de coleta de dados foi baseada na necessidade de combinar flexibilidade e direcionamento, permitindo que as participantes tivessem liberdade para narrar suas experiências enquanto o pesquisador explora aspectos específicos relacionados aos objetivos da pesquisa. Segundo Flick (2009), a entrevista semiestruturada é uma ferramenta valiosa para explorar experiências subjetivas, pois permite a emergência de temas que não estavam previamente previstos no roteiro.

Foram selecionadas 13 participantes para realização das entrevistas que tiveram suas identidades preservadas nesta pesquisa. A priori substituímos seus nomes por E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12 e E13 sendo E1 a primeira entrevistada, prosseguindo nesta ordem até E13, a décima terceira e última entrevistada. Na sessão de discussão cada entrevistada recebeu um nome fictício para trazer mais humanidade às suas histórias. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma de comunicação por vídeo, Google Meet, durante os meses de julho e outubro de 2024. A plataforma foi escolhida por tornar possível a comunicação com egressas que não tinham disponibilidade para estarem presencialmente no colégio, além da gravação da imagem e som das entrevistas. Os perfis das entrevistadas são de mulheres trabalhadoras, com idades entre 19 e 62 anos, casadas ou solteiras, com ou sem filhos, mulheres cis e mulheres trans, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Perfil	Escolaridade /	Ocupação
---------------------	---------------	-----------------------	-----------------

		Proeja	
E1	50 anos; casada; tem 1 filha, mulher cis.	Segundo ano do Proeja.	Empreendedora (Bijuterias Artesanais)
E2	51 anos; casada; tem 3 filhos, mulher cis.	Egressa de 2022.	Assistente Administrativo
E3	19 anos; solteira; sem filhos, mulher trans.	Evadiu em 2022.	Assistente de Marketing
E4	32 anos; solteira, sem filhos, mulher trans.	Segundo ano do Proeja.	Empregada doméstica
E5	45 anos; casada, 3 filhos, mulher cis	Egressa de 2023	Assistente Administrativo
E6	23 anos; solteira, sem filhos, mulher cis.	Terceiro ano do Proeja	Estagiária
E7	58 anos; solteira, sem filhos, mulher cis.	Terceiro ano do Proeja	Auxiliar de Limpeza

E8	24 anos; solteira, sem filhos, mulher cis	Terceiro ano do Proeja	Estagiária
E9	37 anos; casada, 2 filhas, mulher cis	Egressa 2021	Assistente Administrativo
E10	42 anos; solteira, 1 filho, mulher cis.	Egressa 2021	Empreendedora (Bordados)
E11	53 anos; casada, 3 filhos, mulher cis.	Egressa 2021	Costureira
E12	62 anos; casada, 1 filha, mulher cis.	Egressa 2022	Manicure
E13	29 anos; solteira, 2 filhos, mulher cis.	Egressa 2022	Empregada Doméstica

Fonte: Elaborado pelos autores.

Todas as entrevistadas são alunas ou egressas na modalidade de Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA) no Colégio Pedro II, instituição pública federal. A referida instituição de ensino foi selecionada devido ao fato da pesquisadora fazer parte do corpo docente do colégio, lecionando nas turmas do Proeja e desenvolvendo projetos com essas alunas. Para chegar até as mulheres entrevistadas, um convite foi enviado para cada mulher negra estudante do segundo e terceiro ano do PROEJA Técnico em Administração, além de egressas dos anos de 2021, 2022 e 2023. O curso técnico selecionado tem duração total de 3 anos e, ao final do curso, as alunas recebem o diploma do Ensino Médio e da Formação Profissional/Técnica correspondente.

Na História Oral, a seleção dos entrevistados deve ser criteriosa e não aleatória, envolvendo a identificação de indivíduos cujas contribuições sejam realmente úteis para o aprofundamento e compreensão do assunto em análise. Além disso, a elaboração do roteiro da entrevista exige um conhecimento sólido e detalhado sobre o tema, o qual deve ser construído a partir de uma análise cuidadosa de todas as fontes disponíveis (Haguette, 2010).

Para garantir a rigorosidade metodológica, esta pesquisa adotou a análise de conteúdo como ferramenta de interpretação das narrativas, pois permite identificar temas recorrentes, significados atribuídos e relações entre os discursos das participantes e os contextos sociais mais amplos. Este método possibilita, ainda, que os relatos sejam compreendidos em suas especificidades, sem perder de vista as relações de poder e as condições históricas que os informam. A análise de conteúdo foi realizada à luz da proposta de Bardin (2011) que sugere uma categorização e interpretação dos dados coletados na pesquisa. Para a autora a técnica de análise de conteúdo compõe três etapas importantes para a pesquisa qualitativa: a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados e interpretação.

Na pré-análise, os pesquisadores devem preparar os dados textuais para análise. Assim, neste momento foram realizadas as transcrições das 13 entrevistas na íntegra, com o apoio da plataforma Turboscribe, versão ilimitada. Após o uso da plataforma, foram realizados ajustes na transcrição para incluir palavras que não foram captadas.

Na fase de Exploração do Material, foi realizada uma leitura detalhada das transcrições e foram identificados elementos-chave nos textos, palavras, frases e segmentos que tinham significado relevante para a pesquisa foram destacados. A partir destes destaques foi realizada toda a codificação e descrição das falas das estudantes entrevistadas. Os dados coletados de cada relato nas entrevistas foram transformados e agregados sistematicamente, sendo transformados em categorias iniciais e posteriormente sintetizados em categorias intermediárias e finais.

Na última fase, o tratamento dos resultados e interpretação, os resultados da análise foram tratados e interpretados dentro de duas categorias finais encontradas, identificando padrões, tendências e significados subjacentes. Nesta etapa houve a discussão dos resultados visando chegar a conclusões que respondessem ao problema de pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a análise de conteúdo, exploramos as respostas das participantes às entrevistas

realizadas e selecionamos partes do que foi respondido a partir de unidades de registro. A partir destes registros, identificamos palavras-chave e assim as agrupamos de acordo com assuntos similares, que deram origem às categorias iniciais. Com as categorias iniciais definidas, realizamos um agrupamento por temas e assim surgiram as categorias intermediárias conforme descrito abaixo, no quadro 1.

Quadro 2: Categorias intermediárias criadas a partir do aglutinamento das categorias iniciais.

CATEGORIAS INICIAIS	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS
Nome, idade, quantidade de filhos e estado civil.	Informações fundamentais sobre a identidade social dos participantes, permitindo compreender como variáveis como idade, estrutura familiar e estado civil influenciam suas trajetórias educacionais e ocupacionais.	Perfil Sociodemográfico e Educacional
Situação no Proeja	Esses dados servem como base para correlações com outros aspectos da pesquisa,	
Profissão e condição ocupacional.	possibilitando análises mais aprofundadas sobre os sujeitos e suas inserções no contexto do Proeja	
Trabalho, estudo e e casamento	Esta categoria busca compreender como os participantes organizam e vivenciam seu cotidiano entre as demandas do trabalho, da vida familiar e dos estudos. A conciliação dessas esferas revela desafios, estratégias e impactos na qualidade de vida, no bem-estar físico e psicológico, além de influenciar o desempenho e a permanência no Proeja	Dinâmicas Cotidianas e Equilíbrio de Papéis
Conciliação entre trabalho, estudo, filhos e tarefas do lar		
Situação física e psicológica		

Trajatória e desafios enfrentados pela mãe	Esta categoria busca compreender as vivências e desafios das participantes a partir de suas experiências familiares, incluindo sua trajetória como mães, os obstáculos enfrentados durante a gravidez e as formas de apoio ou desapoio recebidas. A análise dessas narrativas permite identificar como o contexto familiar influencia suas escolhas, sua permanência no Proeja e suas perspectivas de vida	Vivências e Relações Familiares
Desafios durante a gravidez		
Apoio e/ou desapoio familiar		
Racismo no trabalho	Esta categoria abrange as diferentes formas de discriminação enfrentadas por mulheres cis e trans no ambiente de trabalho e em outros espaços sociais. O racismo, o sexismo e a intolerância são analisados como barreiras estruturais que impactam suas oportunidades, segurança e bem-estar. A partir dessas experiências, busca-se compreender os desafios específicos enfrentados por essas mulheres e as estratégias de resistência e enfrentamento que adotam	Discriminação de Gênero e Raça no Cotidiano das Mulheres
Sexismo e assédio sexual no trabalho		
Intolerância e Rejeição à mulher trans		
Violência doméstica	Esta categoria abrange as múltiplas formas de violência vivenciadas por mulheres cis e trans, incluindo violência doméstica, psicológica e agressões motivadas por identidade de gênero. A análise dessas experiências busca evidenciar as dinâmicas de opressão e vulnerabilidade que impactam essas mulheres, bem como os desafios enfrentados na busca por proteção, justiça e apoio.	Violência de Gênero e seus Impactos
Violência psicológica		
Agressão à mulher trans		

Discriminação por classe social	Esta categoria analisa os impactos da desigualdade socioeconômica na vida dos indivíduos, considerando tanto as dificuldades materiais impostas pela falta de recursos financeiros quanto as formas de discriminação baseadas na classe social. Busca-se compreender como essas barreiras afetam o acesso à educação, ao trabalho e a outras oportunidades, além de evidenciar estratégias de resistência e superação diante dessas adversidades.	Desigualdade Socioeconômica e seus desafios
Dificuldades financeiras enfrentadas ao longo da vida		
Primeiras experiências profissionais	Esta categoria investiga a trajetória profissional das participantes em diferentes momentos de suas vidas, analisando suas primeiras experiências no mercado de trabalho, os desafios e adaptações durante a participação no Proeja e as mudanças que ocorreram após o programa. Busca-se compreender como a educação influencia as oportunidades profissionais, a mobilidade social e as perspectivas futuras dos indivíduos.	Trajetória Profissional e Impactos do Proeja
Trabalho durante o Proeja		
Mudanças e vida profissional após o Proeja		
Melhora da autoconfiança no Proeja	Esta categoria aborda as transformações vivenciadas pelos participantes do Proeja em termos de desenvolvimento pessoal, profissional e social. A melhora da autoconfiança, a aquisição de conhecimentos aplicáveis à vida e ao trabalho, e o aprimoramento da comunicação refletem o impacto do programa na construção da autonomia e na ampliação das oportunidades dos indivíduos	Crescimento Pessoal e Profissional no Proeja
Aprendizado de conteúdos úteis para a vida profissional e pessoal		
Desenvolvimento da capacidade de comunicação		

Fonte: Elaboração da pesquisadora.

As categorias intermediárias também foram aglutinadas e deram origem às categorias finais, como descrito no quadro 2.

Quadro 3: Categorias finais criadas a partir da aglutinação das categorias intermediárias.

CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIAS FINAIS
Perfil Sociodemográfico e Educacional	Esta categoria busca traçar um panorama das mulheres que participam do Proeja, considerando aspectos sociodemográficos, suas dinâmicas cotidianas e suas vivências familiares. Ao analisar suas identidades, desafios e estratégias de conciliação entre estudo, trabalho e vida pessoal, é possível compreender os fatores que influenciam suas trajetórias educacionais e profissionais, bem como as motivações e obstáculos que enfrentam.	Quem são as mulheres do Proeja?
Dinâmicas Cotidianas e Equilíbrio de Papéis		
Vivências e Relações Familiares		

Discriminação de Gênero e Raça no Cotidiano das Mulheres	Esta categoria analisa como as opressões interseccionais de gênero, raça e classe impactam a trajetória profissional de mulheres negras. A partir das experiências de	Efeitos da interseccionalidade gênero, raça e classe na vida profissional de mulheres negras
Violência de Gênero e seus Impactos	discriminação, violência e desigualdade socioeconômica, busca-se compreender os desafios enfrentados no mercado de trabalho, as barreiras estruturais à ascensão	
Desigualdade Socioeconômica e seus desafios	profissional e as estratégias de resistência adotadas por essas mulheres. A categoria também destaca como essas interseções moldam suas oportunidades, condições de trabalho e perspectivas futuras	
Trajetória Profissional e Impactos do Proeja	Esta categoria investiga os impactos do Proeja na trajetória profissional de mulheres negras, analisando como a formação educacional contribui para o desenvolvimento de competências, a ampliação das oportunidades de trabalho e o fortalecimento da autoconfiança. Além disso,	Contribuições do Proeja na vida profissional de mulheres negras
Crescimento Pessoal e Profissional no Proeja	considera-se o papel do programa na superação de barreiras estruturais relacionadas à interseccionalidade de gênero, raça e classe, evidenciando as transformações na inserção e permanência dessas mulheres no mercado de trabalho	

Fonte: Elaboração da pesquisadora

A partir das categorias finais, que acolhem os conteúdos das categorias intermediárias

e iniciais, seguimos para a última etapa da análise em relação ao tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

4.1. Quem são as mulheres negras do Proeja?

Neste tópico, utilizamos nomes fictícios para conferir maior humanidade à narrativa, ao mesmo tempo em que garantimos a proteção das identidades das participantes, preservando sua privacidade e integridade.

4.1.1 E1 - Jaqueline

A educanda E1, identificada aqui como Jaqueline, tem 50 anos, é uma mulher cisgênera, casada, e mãe de uma jovem de 19 anos que cursa pedagogia. Jaqueline está atualmente no segundo ano do Proeja, no Colégio Pedro II - Campus Tijuca II, onde encontrou na educação uma possibilidade de ampliar suas perspectivas pessoais e profissionais. Empreendedora no ramo de bijuterias artesanais, Jaqueline combina sua rotina de estudos com a administração de seu pequeno negócio, que representa tanto uma fonte de sustento quanto uma expressão de sua criatividade e autonomia.

Sua inserção no Proeja está diretamente ligada à busca por maiores oportunidades no mercado de trabalho e também ao desejo de realizar um sonho interrompido na juventude: o de concluir seus estudos em uma instituição de referência. Para Jaqueline, o Proeja não é apenas um meio de obter uma certificação formal, mas também um espaço de pertencimento e resistência. Ela relata como as experiências educacionais vividas no Colégio Pedro II têm transformado sua perspectiva sobre si mesma e suas possibilidades futuras.

Em sua narrativa, Jaqueline destaca os desafios enfrentados como mulher negra e empreendedora em um contexto marcado por desigualdades de gênero e raça. As barreiras impostas pela falta de acesso a uma educação de qualidade em sua juventude, somadas às dificuldades econômicas, moldaram uma trajetória de luta e superação. No entanto, ao ingressar no Proeja, ela encontrou um ambiente que não apenas lhe oferece oportunidades de aprendizado, mas também valoriza sua experiência de vida e sua cultura.

Através de sua participação no programa, Jaqueline tem desenvolvido novas competências que impactam diretamente sua atividade como empreendedora. A melhoria em habilidades de comunicação, organização e planejamento tem contribuído para o crescimento

de seu negócio. Além disso, o contato com outras mulheres no Proeja tem fortalecido uma rede de apoio e inspiração, onde as trocas de experiências e saberes se tornam instrumentos de resistência coletiva.

Jaqueline exemplifica como o Proeja transcende a função de simples formação acadêmica, atuando como um agente de transformação social e empoderamento. Sua história evidencia o impacto do programa na construção de trajetórias marcadas pela interseccionalidade e pela luta por equidade no mundo do trabalho. Por meio de sua experiência, é possível compreender como a educação, aliada ao fortalecimento das identidades e vivências individuais, pode abrir caminhos para a inclusão social.

4.1.2 E2 - Sirlene

A entrevistada E2, identificada aqui como Sirlene, tem 51 anos, é uma mulher cisgênera, casada e mãe de três filhos: uma filha de 33 anos e dois filhos de 35 e 30 anos. Egressa do Proeja do Colégio Pedro II, Sirlene concluiu o curso em 2022 e, atualmente, trabalha em sua área de formação como assistente administrativo, uma posição que representa uma conquista significativa em sua trajetória profissional e pessoal.

O ingresso de Sirlene no Proeja foi motivado por seu desejo de retornar aos estudos após muitos anos dedicados exclusivamente à família e às responsabilidades domésticas. Ela compartilha que, por muito tempo, sentiu-se limitada pelas barreiras impostas pela ausência de formação acadêmica formal, o que restringia suas oportunidades no mercado de trabalho. Ao ingressar no Proeja, encontrou não apenas um espaço de aprendizado, mas também um ambiente acolhedor, onde foi incentivada a acreditar em suas capacidades e a redescobrir seu potencial.

Durante o curso, Sirlene destacou-se por sua dedicação e pelo empenho em superar os desafios que surgiram, tanto no campo acadêmico quanto no pessoal. Sua experiência no Proeja foi marcada por um intenso processo de ressignificação de sua própria história e identidade, uma vez que, como mulher negra, enfrentou, ao longo da vida, diversas situações de discriminação e desigualdade. O programa não apenas lhe proporcionou a qualificação profissional necessária para ingressar no mercado de trabalho, mas também a fortaleceu emocionalmente para lidar com as adversidades.

O cargo de assistente administrativo que Sirlene ocupa hoje é um reflexo direto das competências adquiridas durante sua formação no Proeja. Ela relata que o curso lhe ensinou os fundamentos técnicos necessários à função, mas também lhe ajudou a desenvolver habilidades como organização, trabalho em equipe e comunicação interpessoal, que são cruciais no ambiente corporativo. Além disso, Sirlene reconhece que a formação recebida no Colégio Pedro II contribuiu para o aumento de sua autoestima e confiança, elementos importantes para sua inserção no mundo do trabalho.

A história de Sirlene ilustra o impacto transformador do Proeja na vida de suas participantes, alinhando-se diretamente aos objetivos desta tese. Sua experiência demonstra como o programa facilita o acesso ao mercado de trabalho e promove a inclusão social e o fortalecimento das identidades individuais e coletivas. A trajetória de Sirlene reforça a importância de políticas públicas educacionais que considerem as especificidades de gênero, raça e classe, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

4.1.3 E3 - Marcela

A entrevistada E3, identificada aqui como Marcela, tem 19 anos. Mulher trans, solteira e sem filhos, Marcela traz uma história de superação e conquista que reflete a complexidade das trajetórias vividas por muitas estudantes do Proeja. Embora tenha evadido do programa em 2022, sua saída não foi motivada por desistência, mas por sua aprovação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o que lhe garantiu o certificado de conclusão do ensino médio e possibilitou seu ingresso no ensino superior.

Atualmente, Marcela trabalha no time de marketing de uma multinacional do ramo de cosméticos, enquanto cursa simultaneamente duas graduações: Relações Internacionais e Marketing. Sua história é um exemplo contundente de resiliência e determinação, especialmente considerando os desafios adicionais enfrentados por mulheres trans no Brasil, um país que ocupa posições alarmantes nos índices de transfobia.

Marcela credits ao Proeja um papel fundamental em sua formação acadêmica e profissional. Apesar de seu tempo limitado no programa, ela reconhece que as experiências vividas no Colégio Pedro II contribuíram para ampliar suas perspectivas e fortalecer sua confiança. O ambiente diverso e acolhedor do Proeja permitiu que Marcela encontrasse apoio

e reconhecimento em sua identidade de gênero, algo que, segundo ela, foi essencial para enfrentar os desafios externos com mais segurança.

Durante o tempo em que esteve no Proeja, Marcela destaca a importância das disciplinas que abordavam temas sociais e culturais, as quais ampliaram seu senso crítico e sua compreensão das dinâmicas de exclusão e desigualdade. Essa formação inicial foi decisiva para seu interesse em Relações Internacionais e Marketing, áreas que, segundo ela, permitem combinar habilidades analíticas e criativas para atuar em contextos inclusivos.

A trajetória de Marcela está intrinsecamente ligada aos debates centrais desta tese, sobretudo no que diz respeito ao papel do Proeja na ampliação das oportunidades para populações historicamente marginalizadas. Sua experiência exemplifica como o programa pode atuar como um ponto de inflexão para jovens adultos em situações de vulnerabilidade, oferecendo qualificação acadêmica, suporte emocional e social.

Ao alinhar sua história aos objetivos da pesquisa, a narrativa de Marcela reforça a necessidade de continuar investindo em políticas educacionais inclusivas que considerem as especificidades de gênero, raça e classe. Sua inserção no mercado de trabalho e sua entrada no ensino superior demonstram que o Proeja tem potencial para alterar trajetórias individuais e contribuir para transformações estruturais na sociedade.

4.1.4 E4 - Ingrid

A aluna E4, identificada aqui como Ingrid, tem 32 anos. Mulher trans, solteira e sem filhos, Ingrid está cursando o segundo ano do Proeja no Colégio Pedro II. Atualmente, trabalha como empregada doméstica na casa de sua madrinha, atividade que garante sua subsistência enquanto busca novas oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

A trajetória de Ingrid é marcada por desafios significativos, que refletem a vulnerabilidade social e a exclusão vivida por muitas pessoas trans no Brasil. Apesar das adversidades, Ingrid encontrou no Proeja um espaço para sonhar e planejar um futuro diferente. Segundo seu relato, a experiência no Colégio Pedro II tem sido transformadora, oferecendo além da formação acadêmica, um ambiente de acolhimento e respeito.

Ingrid destaca a importância de disciplinas que abordam questões sociais e históricas, as quais a ajudaram a compreender as dinâmicas estruturais de opressão e exclusão. Ela

menciona que essas aulas foram fundamentais para fortalecer sua identidade e dar-lhe ferramentas para reivindicar seus direitos. Apesar de ainda enfrentar preconceitos e dificuldades para ingressar no mercado formal de trabalho, Ingrid acredita que a educação pode abrir novas portas e possibilitar sua inserção em um mercado de trabalho mais justo e inclusivo.

O caso de Ingrid evidencia o papel do Proeja como uma plataforma para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Sua história ilustra como o programa pode servir de ponto de apoio para pessoas em situações de vulnerabilidade, proporcionando oportunidades de ascensão social e reafirmação de dignidade. Em particular, sua narrativa reforça a necessidade de articular questões de gênero, identidade e mercado de trabalho no debate acadêmico e nas políticas públicas educacionais.

Ao alinhar sua experiência com os objetivos desta tese, Ingrid demonstra como o Proeja pode impactar positivamente a vida de mulheres trans, oferecendo a elas formação acadêmica e suporte em suas trajetórias de resistência e transformação. A história de Ingrid destaca a relevância de programas educacionais inclusivos que reconheçam as interseccionalidades e promovam um ambiente de respeito e igualdade.

4.1.5 E5 - Alice

A educanda E5, identificada aqui como Alice, tem 45 anos. Mulher cis, casada e mãe de três filhos. Alice concluiu o Proeja em 2023, no Colégio Pedro II. Atualmente, trabalha como assistente administrativo, uma ocupação que representa uma conquista significativa em sua trajetória de vida e carreira, pois trabalhar na área administrativa era um de seus objetivos e por isso escolheu o Proeja Técnico em Administração.

Alice relata que sua participação no Proeja foi um marco transformador em sua vida. Antes do programa, ela trabalhava em empregos informais e enfrentava dificuldades para equilibrar as demandas de sustento familiar com suas aspirações profissionais. Durante o curso, Alice encontrou no Colégio Pedro II um ambiente de aprendizado acolhedor, que lhe ofereceu uma formação acadêmica, além de um espaço para redescobrir seu potencial e suas capacidades.

Em seu relato, Alice destaca como o Proeja foi crucial para o desenvolvimento de habilidades técnicas e interpessoais, que a ajudaram a ingressar em um emprego formal. A

experiência no programa também teve reflexos positivos em sua vida familiar: ela menciona que seus filhos passaram a enxergar a importância da educação através de seu exemplo, fortalecendo os laços familiares e gerando uma dinâmica de incentivo mútuo.

A transição para o mercado de trabalho formal trouxe a Alice uma melhoria em sua condição econômica e um senso renovado de autoestima e independência. Para ela, o Proeja foi mais do que uma formação acadêmica: foi um catalisador para a realização pessoal e profissional. Alice acredita que, sem o suporte oferecido pelo programa, ela dificilmente teria alcançado o patamar em que se encontra hoje.

Ao alinhar sua história com os objetivos desta tese, Alice exemplifica como o Proeja pode atuar como um agente de mudança social, especialmente para mulheres negras e de baixa renda que enfrentam barreiras históricas e estruturais no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Sua experiência destaca a importância de programas educacionais inclusivos que promovam a equidade e o empoderamento, reafirmando a relevância de uma abordagem que considere as interseccionalidades de gênero, classe e raça.

A trajetória de Alice reforça a ideia central desta pesquisa: o Proeja não apenas proporciona uma qualificação técnica, mas também contribui para transformações profundas nas vidas das educandas egressas, impactando positivamente suas famílias e comunidades.

4.1.6 E6 - Inara

A aluna E6 tem 23 anos, mulher cis, é solteira e não tem filhos. Atualmente, está no terceiro ano do Proeja no Colégio Pedro II, onde realiza estágio, o que tem sido uma oportunidade extraordinária para ganhar experiência e buscar sua independência profissional. E6 demonstra grande dedicação aos estudos e ao estágio, encarando essas atividades como um trampolim para construir um futuro mais estável e promissor. Ela compartilha que o estágio tem permitido aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, ampliando sua compreensão sobre o mercado de trabalho e fortalecendo suas habilidades profissionais. Para ela, o Proeja é, além de um meio de concluir o ensino básico, também uma experiência transformadora que oferece recursos e suporte para que ela possa traçar novos caminhos.

A aluna também destaca o apoio recebido dos professores e colegas do Proeja, que contribuíram significativamente para sua confiança e desenvolvimento pessoal. Em suas

palavras, “o programa não só me abriu portas, mas também me deu coragem para atravessar”. Seu planejamento inclui dar continuidade aos estudos após a conclusão do Proeja, com o objetivo de ingressar em um curso de graduação na área de administração, um sonho que se tornou mais concreto a partir das oportunidades e experiências vividas no programa.

A história de E6 evidencia, mais uma vez, como o Proeja contribui para a formação acadêmica e para o fortalecimento da autoestima e a ampliação de horizontes de suas alunas. A trajetória da estudante reflete o impacto do programa na capacitação para o mercado de trabalho e na construção de perspectivas de vida mais seguras e autônomas. Assim, sua experiência reforça o papel do Proeja como instrumento de mudança social também para mulheres jovens, que buscam superar barreiras estruturais e atingir seus objetivos.

Ao alinhar essa história aos objetivos da tese, fica evidente que a vivência de E6 no Proeja ilustra a importância de programas educacionais inclusivos e voltados à formação integral do indivíduo. Sua narrativa contribui para a compreensão das múltiplas maneiras pelas quais a educação pode transformar vidas, especialmente em contextos marcados por desafios sociais e econômicos.

4.1.7 E7 - Joana

A entrevistada E7, Joana, de 58 anos, mulher cis, é solteira e não tem filhos. Está no terceiro ano do Proeja no Colégio Pedro II. Ela trabalha como auxiliar de limpeza e valoriza o ambiente acolhedor da escola, que a inspira a continuar seus estudos. Joana compartilha que o Proeja representa uma segunda chance em sua vida, possibilitando a superação de barreiras educacionais que enfrentou no passado. Apesar de suas responsabilidades profissionais exigirem muito de seu tempo e energia, ela se dedica com afinco às aulas, reconhecendo o papel transformador que a educação pode desempenhar em sua trajetória. Seu principal objetivo é se qualificar para conquistar uma posição administrativa que possa aplicar os conhecimentos adquiridos no programa. Joana mostrou entusiasmo quando revelou que a empresa na qual trabalha já lhe prometeu uma oportunidade na área administrativa após a conclusão do curso.

Em suas palavras, “o Proeja não é só uma escola, é um lugar que me acolhe, que me permite sonhar mais alto”. Essa motivação reflete a importância de um ambiente educativo que vai além da sala de aula, oferecendo suporte emocional e incentivando o

desenvolvimento pessoal. Joana também destaca a rede de apoio formada pelos professores e colegas, que a encoraja a seguir em frente, mesmo diante das dificuldades.

Seus planos futuros incluem, além de conquistar uma posição administrativa, continuar seus estudos em cursos técnicos ou superiores na área de gestão. Essa aspiração reafirma um importante objetivo do Proeja, que além de proporcionar qualificação profissional, também visa fortalecer a autoconfiança e a visão de futuro de seus participantes.

A história de Joana ilustra como o Proeja atende às necessidades de educação de adultos que buscam romper com as limitações impostas por contextos socioeconômicos adversos. Sua experiência reafirma a relevância do programa como um instrumento de inclusão social, contribuindo para a inserção desses sujeitos no mundo do trabalho de forma mais qualificada e digna. Assim, sua trajetória enriquece o debate proposto por esta tese, ao demonstrar as potencialidades e os desafios enfrentados por mulheres negras e maduras em contextos educacionais e profissionais.

4.1.8 E8 - Karla

A educanda E8, de 24 anos, mulher cis, é solteira e não tem filhos. Está no terceiro ano do Proeja no Colégio Pedro II - Campus Tijuca II e também realiza estágio. Ela compartilha que a experiência no estágio ajudou a entender melhor suas aptidões e interesses profissionais. Ela espera usar essa vivência para conseguir um emprego fixo.

E8 relata que o Proeja tem sido essencial em sua formação, não apenas pelo conhecimento teórico adquirido, mas também pelas habilidades práticas que está desenvolvendo no estágio. Para ela, a combinação entre estudo e experiência profissional oferece uma base sólida para sua entrada no mercado de trabalho. Ela destaca que, antes de ingressar no programa, sentia-se perdida em relação à sua carreira, mas agora se sente mais confiante e motivada a buscar novas oportunidades.

Em suas palavras, “o estágio foi um divisor de águas para mim. Ele me mostrou que sou capaz de aprender e aplicar o que estudo no dia a dia”. Essa reflexão evidencia o papel transformador do Proeja ao conectar teoria e prática, criando um percurso de aprendizado significativo para seus alunos. A estudante também destaca o apoio dos professores e colegas, que, segundo ela, são fundamentais para superar os desafios acadêmicos e pessoais.

Seus planos futuros incluem concluir o Proeja e buscar formação superior na área de administração de recursos humanos, setor no qual ela tem interesse de atuar profissionalmente. Essa perspectiva reafirma o impacto positivo do programa ao promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seus participantes, especialmente no caso de mulheres jovens como Karla, que buscam afirmar sua autonomia e independência.

A história de Karla dialoga diretamente com os objetivos desta tese, ao evidenciar como o Proeja contribui para a inserção de mulheres no mercado de trabalho e para o fortalecimento de suas trajetórias individuais. Sua experiência reforça a importância de iniciativas educacionais voltadas à população jovem-adulta, destacando o papel crucial da formação profissional no enfrentamento das desigualdades sociais e na construção de uma vida mais digna e autônoma.

4.1.9 E9 - Solange

A aluna E9, Solange, tem 37 anos, é mulher cis, casada e mãe de duas filhas. Ela concluiu o Proeja em 2021, no Colégio Pedro II, e hoje trabalha como assistente administrativo. Ela destaca que o curso foi uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, especialmente no que diz respeito à sua atuação no mercado de trabalho. Ela sente que o Proeja ajudou a melhorar sua confiança, suas habilidades técnicas e sua visão de futuro.

Antes de ingressar no Proeja, Solange enfrentava dificuldades em encontrar oportunidades de emprego que oferecessem estabilidade e perspectivas de crescimento. Segundo ela, “o Proeja foi o impulso que eu precisava para mudar a minha vida profissional e pessoal”. Durante o curso, ela adquiriu conhecimentos práticos, mas também desenvolveu uma maior compreensão sobre seus direitos enquanto trabalhadora e cidadã.

O impacto do programa não se limitou à vida profissional de Solange. Ela relata que sua participação no Proeja também influenciou positivamente sua família. Inspirada por seu exemplo, suas filhas passaram a valorizar ainda mais a educação como um caminho para o empoderamento e a realização de sonhos. Para Solange, essa é uma das maiores conquistas proporcionadas pelo programa: o impacto intergeracional da educação.

Atualmente, Solange planeja continuar seus estudos em nível superior na área de administração. Ela acredita que a educação continuada é essencial para manter-se competitiva

no mercado de trabalho e ampliar suas possibilidades profissionais. Seu objetivo é crescer dentro da área administrativa e, eventualmente, assumir cargos de liderança.

A trajetória de Solange ilustra a importância de programas como o Proeja na promoção da inclusão social e profissional de mulheres negras, um dos pilares centrais desta tese. Sua experiência demonstra como a educação pode ser uma ferramenta poderosa de transformação, não apenas para os indivíduos, mas também para suas famílias e comunidades. Solange é um exemplo vivo de resiliência e determinação, reafirmando o papel do Proeja como um instrumento de empoderamento e mudança social.

4.1.10 E10 - Marília

E10, Marília, tem 42 anos, é solteira, mãe de um filho e mulher cis. Ela concluiu o Proeja em 2021, no Colégio Pedro II, e atualmente é empreendedora na área de bordados. Durante o curso, Marília destacou a importância de aprender a gerenciar seu tempo e recursos, melhorando sua organização e habilidades de comunicação com os clientes. Essas competências foram essenciais para alavancar seu negócio e para transformar seu trabalho em uma ferramenta de empoderamento pessoal e profissional.

Hoje, Marília vê seu trabalho como empreendedora como um caminho para proporcionar uma vida melhor para seu filho e para continuar perseguindo seus próprios sonhos. Ela relata que a experiência adquirida no Proeja foi crucial para desenvolver sua confiança e visão de futuro. Com base nos conhecimentos adquiridos durante o programa, Marília buscou capacitação adicional em áreas como marketing digital e gestão de negócios, ampliando suas habilidades e posicionando-se de forma mais competitiva no mercado.

Ela tem planos ambiciosos para o futuro, incluindo a contratação de outras pessoas para auxiliar na produção dos bordados. Essa expansão permitirá aumentar sua capacidade de atendimento e conquistar novos clientes, consolidando ainda mais seu empreendimento. Marília também planeja investir em tecnologias que agilizem os processos produtivos e aprimorem a qualidade de seus produtos.

A trajetória de Marília reflete a relevância do Proeja como uma plataforma de transformação e capacitação para mulheres negras que enfrentam desafios socioeconômicos. Sua experiência destaca como a educação pode servir como um catalisador para o empreendedorismo e para o empoderamento financeiro, contribuindo para a inserção

profissional e para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias. A história de Marília está alinhada aos objetivos desta tese, ao demonstrar o impacto do Proeja na construção de trajetórias mais seguras, dignas e cheias de possibilidades de crescimento.

4.1.11 E11 - Lúcia

A aluna E11, Lúcia, tem 53 anos, é mulher cis, casada e mãe de três filhos. Ela concluiu o Proeja em 2021, no Colégio Pedro II, e atualmente trabalha como manicure. Lúcia destaca que o curso foi uma oportunidade única para se reintegrar ao mercado de trabalho após alguns anos afastada, durante os quais se dedicou integralmente à família. O Proeja, segundo ela, abriu portas profissionais, mas também trouxe uma nova perspectiva de vida, ajudando-a a resgatar sua autoestima e confiança.

Durante o curso, Lúcia desenvolveu habilidades importantes, como gestão de tempo e organização financeira, que hoje utiliza para administrar seu trabalho autônomo. Ela também enfatiza a importância da interação com colegas e professores, que ofereceram um ambiente inspirador, promovendo troca de experiências e aprendizado coletivo.

Atualmente, Lúcia busca se manter atualizada na área de estética, investindo em cursos complementares, como design de unhas e técnicas de cuidado com as mãos e os pés. Ela acredita que a formação continuada é essencial para oferecer um serviço de qualidade aos seus clientes e expandir sua clientela. Com isso, ela almeja conquistar maior estabilidade financeira e contribuir ainda mais para o bem-estar de sua família.

A história de Lúcia ilustra o papel transformador do Proeja ao capacitar mulheres negras em situação de vulnerabilidade, permitindo que retomem suas trajetórias profissionais com maior segurança e dignidade. Sua experiência reforça a ideia central desta tese de que a educação de jovens e adultos é um instrumento poderoso de inclusão social e empoderamento, especialmente em contextos marcados por desigualdades de gênero e raciais. Lúcia é um exemplo claro de como o Proeja pode mudar trajetórias individuais, além de influenciar positivamente as dinâmicas familiares e comunitárias.

4.1.12 E12 - Margareth

A entrevistada E12, Margareth, tem 62 anos, é mulher cis, casada e mãe de uma filha. Ela concluiu o Proeja em 2022 e hoje trabalha como costureira. Para ela, o curso representou

uma chance de resgatar um sonho antigo de trabalhar com costura e aumentar sua qualificação. Atualmente, Margareth possui seu próprio ateliê, onde atende a pedidos de reformas e ajustes de roupas, além de confeccionar peças sob medida. Ela valoriza a aprendizagem prática adquirida no Proeja e considera que o curso a ajudou a melhorar suas condições de vida, permitindo-lhe ter uma fonte de renda estável e independente.

Margareth destaca que, durante o Proeja, teve a oportunidade de desenvolver habilidades que foram cruciais para o sucesso de seu negócio. Entre elas, aprendeu a gerenciar melhor seus recursos, organizar seu tempo e lidar com clientes de maneira mais profissional. Essas competências contribuíram para o crescimento de seu ateliê e fortaleceram sua autoconfiança e autoestima.

Ela relata que, antes de ingressar no Proeja, enfrentava dificuldades para se reintegrar ao mercado de trabalho, especialmente devido à falta de qualificação formal. No entanto, o curso proporcionou a base necessária para que pudesse transformar sua paixão por costura em uma carreira viável. Margareth também enfatiza a importância do suporte emocional recebido dos colegas e professores, que a incentivaram a acreditar em seu potencial e superar os desafios encontrados ao longo do caminho.

No futuro, Margareth planeja expandir seu negócio, investindo em novos equipamentos e cursos de aperfeiçoamento na área de moda e design. Seu objetivo é ampliar a clientela e diversificar os serviços oferecidos, consolidando-se como uma profissional de referência em seu bairro.

A história de Margareth exemplifica o impacto positivo do Proeja na vida de mulheres maduras que buscam reconstruir suas trajetórias profissionais. Sua experiência reforça os argumentos centrais desta tese, evidenciando como o programa pode servir como um catalisador para a emancipação econômica e social de mulheres negras, ao oferecer oportunidades concretas de qualificação e inserção no mundo do trabalho.

4.1.13 E13 - Bianca

Bianca, a educanda E13, tem 29 anos, mulher cis, é solteira e mãe de dois filhos. Ela concluiu o Proeja em 2022 e atualmente trabalha como empregada doméstica. Ela destaca que o curso foi fundamental para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Além de lhe dar mais confiança, o Proeja proporcionou-lhe uma visão mais ampla de oportunidades, o que

a motivou a buscar novos horizontes e se planejar para melhorar sua qualidade de vida e de sua família.

Bianca revela que, antes de ingressar no Proeja, sentia-se estagnada tanto pessoal quanto profissionalmente, enfrentando dificuldades para vislumbrar possibilidades de crescimento. Com o apoio dos professores e da estrutura oferecida pelo programa, ela conseguiu aprimorar suas competências acadêmicas e desenvolver habilidades de organização e gestão de tempo, essenciais para equilibrar os estudos com as demandas da vida familiar e profissional.

Atualmente, Bianca está realizando o sonho de frequentar um curso na área de gastronomia, uma paixão antiga que foi revigorada durante o tempo em que esteve no Proeja. Ela compartilha que a experiência no programa a fez perceber o valor de investir em si mesma e em seus talentos. Para ela, o Proeja foi um divisor de águas, ajudando-a a superar barreiras sociais e econômicas e encorajando-a a lutar por uma vida mais digna e autônoma para si e seus filhos. Ela acredita que o Proeja não apenas ampliou suas possibilidades profissionais, mas também gerou uma mudança cultural em sua família, reforçando a importância do estudo como ferramenta de transformação social.

A história de Bianca reforça a capacidade do Proeja de promover a inclusão educacional, a autonomia e a autoestima de mulheres negras em situação de vulnerabilidade. Sua trajetória se alinha aos objetivos desta pesquisa ao evidenciar como a interseccionalidade de gênero, raça e condição social impactam o acesso e os resultados no mercado de trabalho, reafirmando a importância de programas educacionais que integrem formação acadêmica e preparação para a vida.

4.1.14 Mulheres da Educação de Jovens e Adultos

As alunas da Educação de Jovens e Adultos são cidadãs que tiveram o direito à educação negado em determinado período da vida, seja porque precisavam trabalhar para ajudar nas despesas do lar, porque foram impedidas por outros indivíduos dentro de relações opressoras, ou simplesmente porque o sistema educacional não atendia suas necessidades pedagógicas. Invariavelmente, não conseguiram finalizar o ensino médio até os 17 anos. Desta forma, a EJA ocupa um papel reparador em relação à dívida social que o país tem com estas mulheres. (RAMOS, 2010) As jovens e adultas atendidas pelo programa são trabalhadoras que enfrentam barreiras significativas para conciliar o trabalho e os estudos.

De acordo com Silva (2018, p.15) “essa é uma das marcas da EJA e do Proeja, ou seja, são trabalhadores jovens e adultos com renda familiar mensal muito baixa, até dois salários mínimos. São sujeitos que vivem do trabalho e para quem a escola é uma segunda, terceira ou quarta opção.” Lourenço, Piunti e Cordeiro (2022), relatam um encontro entre o professor Miguel Gonzalez Arroyo e os professores do Instituto Federal de São Paulo, em que a temática central da discussão foi a educação ofertada aos alunos da classe trabalhadora que frequentam a EJA.

Segundo Arroyo, nós, educadores, estamos olhando mais para os educandos e tentando nos aproximar deles, mas ainda sob um olhar escolarizado. Inclusive, é muito frequente enxergar os jovens e adultos nas nossas escolas com esse olhar, tal como as próprias diretrizes curriculares da EJA insistem. Entretanto, precisamos superar esse olhar escolarizado, se queremos encontrar o caminho para a educação da EJA. Vencer esse olhar escolarizado significa compreender a fundo quem são esses sujeitos que, geralmente, vêm das periferias, acordam muito cedo, dependem do transporte público, pegam mais de uma condução para conseguir chegar à escola, a EJA é a última jornada antes de voltarem tarde da noite para casa depois de um dia de trabalho. (LOURENÇO; PIUNTI; CORDEIRO, 2022, p.62)

Arroyo (2014) enfatiza que os sujeitos da EJA são marcados por vulnerabilidades sociais que os acompanham por toda a vida, são os marginalizados, as mulheres, os pobres, os negros, os camponeses, que foram retirados da escola e agora retornam para ocupar seu lugar de direito no ambiente escolar e na sociedade.

Esta EJA está marcada por diversos sujeitos, que em processo de itinerância, aparecem e desaparecem das salas de aula. Eles são adultos e jovens, trabalhadores ou não, em busca de uma profissão, de uma oportunidade de trabalho ou do reconhecimento que a escolarização poderá trazer. É fundamental compreendermos que estes sujeitos são dotados de desejos, intenções e objetivos de vida. Clamam por mais justiça social e acesso a direitos, dentre eles o direito à educação escolar. [...] Além de reconhecerem a escola como espaço de saber e de conhecimento, os sujeitos que se propõem a frequentar suas salas de aula, enxergam nesta instituição uma forma de mudança em sua realidade. (SILVA, 2023, p. 9-10)

Santos e Silva (2020) realizaram uma análise da produção teórica acerca dos sujeitos da EJA e verificaram, nos artigos encontrados, a presença de características comuns entre os estudantes, são elas:

[...] a vivência de diversas formas de **exclusão social**; as trajetórias escolares entrecortadas e marcadas por **processos de exclusão** da e na escola; a condição de serem, em sua maioria, **trabalhadores/as oriundos das classes populares**; e, a existência de projetos e sonhos de estudar e

partilhar dos saberes sistematizados pelos currículos escolares, considerados por eles como socialmente relevantes; [...] os diferentes saberes produzidos em outras esferas que não apenas a escolar; os interesses que os mobilizam no retorno à escolarização; as questões geracionais; as **trajetórias de vida atravessadas pela condição de gênero, de raça/etnia, de origem** (urbana ou do campo) e os contextos culturais que cada qual assinala (p, 4, grifo nosso).

A partir destes estudos, podemos entender que os estudantes da EJA fazem parte daqueles citados por Paulo Freire como “os oprimidos” e demandam uma formação libertadora, pois é um grupo que sofreu diversas opressões ao longo da vida. Freire (1987) defendeu a educação libertadora, tomando o lugar da mera qualificação para o mercado de trabalho, denominada por Freire como educação “bancária”. Para alcançar a liberdade e tornar-se um indivíduo emancipado, o sujeito precisaria primeiramente perceber-se como oprimido, para então lutar pela liberdade desta condição, e isto seria possível por meio de uma educação problematizadora, desafiadora e crítica. Freire (1987, p. 20) acreditava que uma sociedade mais justa poderia começar pela luta dos oprimidos pela liberdade:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.

Arroyo (2019) defende o direito dos educandos da EJA de conhecer sua condição de oprimido, para que possam resistir em busca da libertação. No entanto, de acordo Freire, essa consciência somente poderia ser validada se seguida de uma ação transformadora da realidade:

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se; desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação”. (FREIRE, 1982. p. 66

Vieira e Cruz (2017) realizaram uma pesquisa bibliográfica a respeito da produção acadêmica sobre a educação de mulheres pela EJA no período de 2005 a 2014, e chegaram a

seguinte consideração final:

os estudos mostram que a mulher ainda é discriminada na atual sociedade, uma problemática ainda bem visível. São diversas as razões que contribuem com o afastamento dos estudos por parte das mulheres, razões que envolvem cerceamentos vindos da família, como o pensamento popular de que a mulher não precisa estudar; ingresso precoce no mercado de trabalho, casamento e filhos.

Ainda, quando a mulher é negra, acrescentam-se desafios adicionais no processo educacional e na inserção no mercado de trabalho.

Imbuídas nesse cenário estão as mulheres da EJA, que retornam para a escola em busca da formação da Educação Básica e trazem para a sala de aula suas histórias, suas memórias e suas experiências de vida, constituídas de um passado de dificuldades socioeconômicas e permeadas por exclusões de direitos básicos.(LIMA; WIESE; HARACEMIV, 2021)

As entrevistadas iniciaram suas trajetórias profissionais ainda na adolescência, por necessidades financeiras, pois são provenientes de famílias pobres e precisavam cooperar ou manter o sustento de suas famílias:

E1: Minha mãe se tornou funcionária pública, mas ganhava pouco, e aí ela alugou uma casa sozinha. Então, a gente trabalhava, eu e minha irmã, para poder ajudar ela dentro de casa, ajudar a pagar a luz, o aluguel, porque ela era mãe solteira, mãe solo. Nessa época eu estava fora da escola, Ah, eu poderia estar estudando, fazendo outras coisas, mas eu precisava trabalhar para ajudar a mãe.

E2: Como eu vinha de uma família muito pobre, né? Então, eu mesma aos 13 anos procurei ter um meio de ter uma renda, até mesmo para ajudar a família em casa também, porque nós passávamos por muita dificuldade. [...] Engravidei aos 17 e ganhei a bebê por volta dos 18, por conta da gravidez saí da escola, aí depois eu tive que procurar trabalho, porque precisava manter minha filha e aí eu não consegui mais voltar para a escola naquele momento.

E3: Então, a minha primeira experiência profissional foi com 14 anos, né? Quando eu era aprendiz aqui na Caixa Econômica Federal. Eu comecei, na verdade, no mundo corporativo por necessidade financeira mesmo. Mas também porque eu sempre percebi a importância de ter um bom caminho acadêmico e também corporativo, o quanto isso faz diferença na nossa vida.

E4: Minha primeira experiência profissional foi aos 17 anos. Eu trabalhei na feira, lá em São Luís do Maranhão. Montava e desmontava a barraca para vender no varejo.

E5: Com 11 anos eu ajudava minha mãe na barraca de frutas na feira. Meu pai me abandonou quando ainda era bebê, e a minha mãe, sozinha, lutou para sustentar a família. Aos finais de semana, eu trabalhava como babá para uma vizinha. Na época eu tinha o sonho de ser professora, mas parecia muito distante, pois as contas em casa eram prioridade, e os estudos tinham que ficar em segundo lugar.

E6: Quando eu tinha meus 13 anos, eu morava na Maré. Depois que eu perdi o meu pai em um acidente de trabalho, eu comecei a customizar umas peças

de roupa para complementar a renda em casa. Minha mãe, que fazia faxinas, mal conseguia pagar o aluguel e comprar comida

E7: Com 14 anos eu vendia doces para ajudar minha avó em casa, que me criou desde pequena. Eu estudava de manhã, mas as vezes faltava à aula para trabalhar.

E8: Com 12 anos eu cuidava dos meus dois irmãos menores enquanto a minha mãe trabalhava como empregada doméstica. Depois passei a também trabalhar com faxina e ajudar minha família a manter a comida na mesa e os irmãos mais novos na escola.

E9: Eu comecei a trabalhar com uns 14 anos, trabalhava como explicadora, com crianças até a quarta série. O pagamento era baixo, mas me ajudava a comprar minhas coisinhas. Quando meu pai ficou desempregado por tempo, eu também trabalhei ajudando a minha mãe, que era costureira..

E10: Com 16 anos eu trabalhei em uma lanchonete perto da minha casa, eu não reclamava do trabalho, mas sentia a dor de ter saído da escola tão cedo.

E11: Aos 15 anos eu vendia produtos de revistas (Avon, Natura, DeMillus). Depois consegui trabalho como atendente em uma padaria. Eu sempre gostei de ter meu dinheiro, assim eu não dava tanto trabalho para os meus pais.

E12: Eu comecei com 13 anos, trabalhava vendendo lanche na escola, minha mãe fazia os lanches a noite para eu vender de manhã no colégio. Minha família tinha um gasto muito grande porque meu irmão mais novo sofria de uma doença degenerativa.

E13: Com 12 anos eu ajudava minha avó que trabalhava catando latinha na rua. Eu tinha vergonha, mas eu também tinha pena da minha avó e ia com ela, mas ela não me obrigava, pelo contrário, ela sempre me disse que eu tinha que estudar pra não precisar trabalhar com o sol na cabeça..

As falas apresentadas demonstram como as condições estruturais de desigualdade econômica e social impactam as trajetórias profissionais de mulheres negras e de classes populares no Brasil. Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Lélia Gonzalez analisam essa realidade a partir da interseccionalidade, conceito que reconhece como opressões relacionadas à raça, gênero e classe se cruzam e agravam vulnerabilidades. Akotirene destaca que o racismo estrutural, aliado ao capitalismo e ao patriarcado, cria condições que empurram mulheres negras para trabalhos precários e invisíveis, muitas vezes desde muito jovens (Akotirene, 2019). Ribeiro reforça que a ausência de políticas públicas interseccionais perpetua a exclusão de grupos vulneráveis, como mulheres negras que enfrentam violências múltiplas e têm suas trajetórias de vida condicionadas pela necessidade econômica e pela ausência de suporte social adequado (Ribeiro, 2017). Gonzalez, em sua análise, sublinha como o contexto histórico do racismo e da exploração econômica perpetua um ciclo de precariedade que atravessa gerações, muitas vezes obrigando mulheres a deixar

a educação formal para sustentar suas famílias (Gonzalez, 1988). Essa convergência de ideias revela a necessidade urgente de ações que considerem as especificidades dessas vivências para combater as desigualdades estruturais.

4.2. Efeitos da interseccionalidade gênero, raça e classe na vida profissional de mulheres negras

A interseccionalidade é um conceito fundamental para a compreensão das diversas formas de opressão e discriminação que os indivíduos enfrentam na sociedade contemporânea. Essa abordagem teórica foi desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, professora de direito na UCLA e na Universidade de Columbia, que enfatizou a necessidade de considerar as múltiplas identidades e sistemas de opressão que se entrelaçam na vida das pessoas, “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Segundo Crenshaw, o termo interseccionalidade refere-se à interação entre diferentes categorias de opressão, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, deficiência, entre outras. Em seu artigo seminal de 1989, "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", ela destaca como mulheres negras frequentemente enfrentam uma forma única de opressão que não pode ser compreendida apenas por meio das lentes isoladas do racismo ou do sexismo. Akotirene (2018, p. 58), defende que “a interseccionalidade é, antes de tudo, lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”.

Os relatos das entrevistadas ratificam as premissas de Crenshaw (2002) e Akotirene (2018):

E1: a mulher negra passa sempre por tudo, a gente sempre passa, às vezes vai fazer uma entrevista em algum lugar, vai disputar alguma vaga e normalmente não fica por causa da cor, do perfil, não fica, é muito difícil você conseguir uma vaga em uma boa posição, é muito difícil, a mulher negra sofre muito, mais do que as mulheres de pele clara. Eu gostaria que isso mudasse, eu gostaria que tivesse uma regra, alguma coisa voltada mesmo para esse público, as mulheres negras em todos os lugares, mas com igualdade, sabe? Porque realmente, a mulher negra sofre mais.

E2: Ser mulher e ainda ser preta é enfrentar barreiras todos os dias. Se a gente entra em uma loja mais cara, já somos seguidas pelos seguranças. Se conseguimos um bom emprego, sempre tem alguém achando que foi por ‘cota’, como se nosso esforço e capacidade não fossem suficientes. Nos colocam em um lugar de desvantagem desde sempre.

E3: Eu demorei a me assumir uma mulher trans porque eu já sofria preconceito racial e eu tinha muito medo de como as pessoas iriam me tratar quando além de preta eu me assumisse como mulher e ainda trans. Não foi

diferente do que eu imaginei, eu já sofri muita violência, tanto física quanto psicológica.

E4: A mulher trans branca, o homem trans branco, eles vão sofrer pela questão da transsexualidade deles, e a mulher trans negra, ela vai sofrer o dobro pela questão racial, ela é negra e trans. Então, é um sofrimento maior, e é marginalizada também, porque pra sociedade, toda pessoa preta é bandida. É triste, mas é a realidade que eles pensam, infelizmente.

E5: A mulher quase nunca é vista como líder, quando é negra pior ainda. No meu trabalho, por exemplo, já vi colegas brancas sendo promovidas, mesmo quando eu tenho mais experiência e qualificação, mas não é fácil para elas, os homens têm resistência em receber ordens de mulher. Pra mulher negra, parece que só enxergam funções de apoio, nunca de comando. E quando uma mulher negra consegue chegar a um cargo um pouco mais alto, ela precisa se provar o tempo todo, porque sempre duvidam da nossa capacidade.

E6: Ser mulher negra e pobre significa lidar com a falta de oportunidades desde cedo.

E7: A mulher negra já nasce com uma carga a mais. Desde cedo, a gente sente que precisa provar o dobro pra ter metade do reconhecimento. No trabalho, por exemplo, quantas vezes eu já vi colegas brancas sendo promovidas enquanto as mulheres negras ficam no mesmo cargo, mesmo sendo tão ou mais qualificadas? E quando a gente fala, ainda dizem que estamos exagerando. É cansativo, mas a gente segue, porque desistir nunca foi uma opção.

E8: A mulher negra sofre muito porque enfrenta preconceito de todos os lados. No mercado de trabalho, já esperam que a gente esteja em funções mais simples, como se não pudéssemos ocupar cargos de liderança. E quando conseguimos, vem o julgamento: ‘como foi que ela chegou ali?’. Na sociedade, a gente também sente isso na forma como nos olham, como nos tratam. Parece que sempre temos que provar o nosso valor, coisa que para outras pessoas já é dada como natural.

E9: A mulher negra e pobre sofre um preconceito duplo: primeiro por ser negra, depois por ser pobre. Quando você vem de uma família humilde, tudo é mais difícil. A educação pública não te prepara bem, e quando chega no mercado de trabalho, percebe que os melhores empregos já estão ocupados por quem teve mais privilégios. E se tenta crescer, sempre tem alguém te lembrando do seu ‘lugar’.

E10: A sociedade já espera que a mulher negra e pobre ocupe apenas certos espaços. Você vai procurar emprego e te indicam funções de serviços de limpeza ou algo do tipo, como se a gente não pudesse sonhar mais alto.

E11: Quando você é mulher, negra e pobre, tudo é mais difícil. O acesso à educação é mais complicado, o mercado de trabalho te fecha portas e, mesmo quando você consegue entrar, precisa lutar contra o preconceito todos os dias.

E12: Eu acho que o racismo e o machismo andam juntos quando falamos de mulheres negras. A gente é sempre a última opção em tudo: no emprego, na universidade, até nos relacionamentos. Você vê as propagandas, as novelas, e quase nunca tem uma mulher negra sendo representada de forma positiva. E quando tem, é sempre em posição de empregada. Isso mexe com a autoestima da gente, porque desde pequena você cresce achando que seu lugar não é onde você gostaria que fosse.

E13: A mulher preta e pobre sofre um preconceito que muitas vezes é silencioso, mas está em todos os lugares. No transporte público, por exemplo, já percebi que tem pessoas que preferem não sentar do meu lado. No trabalho, já ouvi comentários do tipo ‘você fala tão bem’, como se fosse uma surpresa uma mulher preta e empregada doméstica ser articulada. E quando a gente denuncia essas coisas, dizem que é ‘mimimi’. Mas não é, é a realidade. A gente carrega um peso que não deveria carregar.

Neste sentido, ao abordar a interseccionalidade, é essencial reconhecer que as experiências de discriminação são moldadas pela interação dessas identidades. Bell Hooks (2000), renomada autora e teórica feminista negra, enfatiza em seu livro "Feminist Theory: From Margin to Center", que as mulheres negras enfrentam uma opressão específica que não pode ser equiparada à experiência de mulheres brancas ou homens negros. Ela aponta como as estruturas sociais reforçam e perpetuam a marginalização das mulheres negras, tornando a interseccionalidade uma ferramenta crucial para a análise dessas dinâmicas.

O conceito de interseccionalidade também é fundamental para o movimento LGBTQ+. Lorde (1983), argumentou que é necessário reconhecer a maneira como a discriminação de gênero e orientação sexual se entrelaçam: "Não posso separar as várias e distintas partes de minha identidade para me tornar mais aceitável ou menos ameaçadora. Sou uma mistura de muitas coisas e isso torna-me mais forte". As entrevistadas E3 e E4 são mulheres trans e sentem na pele as diversas opressões por serem negras, pobres, mulheres e transsexuais. Elas salientam que a violência sexual e o desrespeito por parte dos homens é corriqueiro, preocupante e afeta significativamente suas vidas. As duas, em entrevistas individuais, afirmaram perceberem que os homens as vêem como “presa fácil”.

E3: Em 2021 eu consegui uma vaga no Cefet. E aí, eu fui pro Cefet e voltando da escola, tive que parar os estudos porque eu sofri um abuso sexual dentro do metrô. Então, eu não tive coragem suficiente pra continuar no ensino médio. Nossa, foi uma coisa que me barrou demais, eu não consegui mais ir pra escola. Então, eu tive que parar por alguns meses. E depois, eu voltei a estudar, só que como eu já estava muito atrasada, eu consegui essa vaga pro Proeja do Colégio Pedro II. Eu acho que os homens, na maioria das vezes, enxergam nós, mulheres trans, como as presas mais fáceis no sentido sexual mesmo, sabe? Eu acho que eles estão tão acostumados a ver a gente em um contexto de invisibilidade, de rodeiras de esquinas, né? Então, eu acho que eles enxergam a gente como presas sexuais fáceis, assim, sabe?

E4: São vistas como uma presa fácil pelos homens. São vistas como um objeto de fetixe. Então, a mulher trans ainda tem um sofrimento maior do que o homem trans, nesse sentido. É porque o homem trans, o homem trans em si, o homem trans masculino, ele vai querer adentrar no mundo do patriarcado, do machismo, entendeu? Para se sentir inserido na sociedade. A mulher não, a mulher vai passar o que as mulheres mesmo, cis gênero passam.

E4: Sempre tem aquelas piadas na rua, mas isso não me afeta, entendeu? Eu acho que a questão do amor que eu tenho dentro de mim não deixa isso transcendente.

De fato, as entrevistadas E2, E7, E9, E10, E12 e E13 como mulheres Cis, também percebem o assédio sexual, inclusive no ambiente de trabalho:

E2: Até mesmo na empresa onde eu trabalhei, na empresa de ônibus, nós tínhamos lá as pessoas que mandavam na empresa, que primeiro eles assediavam muito as mulheres, né?

E7: No meu antigo emprego, eu via o assédio acontecendo o tempo todo. Sempre tinha aquele chefe que fazia comentários inadequados ou tentava se aproximar demais. E o pior é que, se a gente reclamasse, éramos vistas como problemáticas. Então, muitas mulheres simplesmente ficavam caladas por medo de perder o emprego

E9: O assédio no trabalho é algo que a gente aprende a lidar desde cedo, infelizmente. Eu mesma já passei por situações em que supervisores faziam elogios que não tinham nada a ver com o profissional, sempre com aquele tom malicioso. E se você não corresponde, começam a dificultar sua vida, te excluem de oportunidades, te tratam diferente.

E10: Uma vez, no escritório onde eu trabalhava, um gerente sempre fazia piadas de duplo sentido com as funcionárias, principalmente com as mulheres negras. Ele dizia que era brincadeira, mas a gente sabia que não era. A maioria das mulheres preferia ignorar, porque sabiam que, se reclamassem, podiam ser demitidas ou vistas como 'exageradas'. No fim, a culpa sempre cai na gente.

E12: Eu só atendo mulheres. Já faço isso para evitar qualquer tipo de gracinha. Quando eu era nova já passei muito por esse tipo de coisa [assédio], hoje em dia eu faço tudo pra evitar.

E13: Eu sou nova e sou empregada doméstica. Eu não gosto de ficar sozinha em casa com o meu patrão, ele nunca fez nada, mas eu não me sinto segura, porque os homens sempre olham pra gente de uma forma que a gente sabe o que eles pensam, e a culpa nunca é do homem, se ele tentar alguma coisa vão dizer que eu que provoquei.

Braga, Araújo e Maciel (2019), ao realizarem uma revisão integrativa nas bases de dados SciELO e PePSIC, buscando compreender sob quais condições as mulheres têm conquistado espaço no trabalho, identificaram que as mulheres ainda sofrem diversos tipos de violência (física, psicológica e sexual) no ambiente de trabalho, além da desvalorização e invisibilidade do trabalho realizado. As autoras ainda encontram relatos de homens que não aceitavam mulheres em determinadas ocupações, como na construção civil e na segurança pública.

Quando tratamos da mulher negra, a violência, o racismo e a exclusão no mundo do trabalho são ainda mais frequentes.

[...] a raça, a classe e o gênero tornaram-se condicionantes impositivas como critério para consolidação e ascensão de carreiras profissionais. Para tanto, perceber essa forma de exclusão social das mulheres negras no ambiente organizacional é reconhecer que o racismo, o sexismo e o patriarcalismo ainda permanecem no cotidiano das empresas. (OLIVEIRA; WANDERLEY, 2022)

Esta exclusão é percebida pelas entrevistadas, que são discriminadas já na fase de busca por emprego, e quando conseguem, são colocadas em trabalhos inferiores e precarizados, ganhando menos dinheiro e recebendo mais tarefas a realizar, além de suas funções, sem perspectivas de crescimento profissional.

E1: Acabamos ficando em empregos mais marginalizados, em empregos que ganham menos. A gente acaba sendo sempre desvalorizada e isso é real, isso não é mentira, as pessoas falam 'nada a ver', mas tem sim, a mulher negra sofre bastante, por tudo.

E1: Com 22 anos, eu entrei para ser gerente de uma loja, no shopping de Jacarepaguá, e fiquei lá durante uns 10 anos. Falavam que eu era vendedor responsável, mas eu tinha responsabilidade de tudo, de pagamentos, de receber dinheiro dos clientes, de tomar conta de estoque, de saber o que estava faltando dentro da loja, então, na carteira, eles colocavam vendedor e davam responsabilidade de gerente. Quando eu saí de lá, eu não pude receber, porque a dona não tinha feito as contribuições [INSS e FGTS].

E2: Às vezes você estava ali entre algumas pessoas brancas [na entrevista de emprego], e você via que pessoas brancas ficavam, e você como negra, não.

E2: Antes do Proeja eu estava trabalhando como babá, mas, na verdade, eu entrei nessa casa para trabalhar, como babá de duas meninas, e depois acabei fazendo tudo na casa, né? Como sempre acontece.

E2: Eu já trabalhei também em um local onde eu chegava cedo, fazia sempre as mesmas coisas e tudo direitinho. Eu era garçonete e tinha um cargo acima para ser preenchido. Eu já estava ali, eu conhecia o trabalho [...], por que não dar a chance para aquela pessoa que já está na empresa? Precisa vir uma pessoa de fora? Eu tinha capacidade de assumir aquela vaga.

E3: As mulheres, muitas vezes, estão dentro do ambiente corporativo, mas não têm um espaço de voz ativa. As mulheres são a maioria das pessoas que estão ali no ambiente, mas não fazem parte de grupos executivos, por exemplo, especialmente quando a gente fala de mulheres negras. Eu acho que as mulheres negras, elas historicamente não fazem parte de espaços de gestão e quando elas entram, elas entram em cargos inferiores, e aí os espaços executivos, de voz ativa, estão com os homens brancos.

E4: Eu com 32 anos, nunca consegui um emprego formal, e eu aprendo tudo muito rápido, sei me comunicar, sou simpática com as pessoas, mas para uma mulher trans passar em uma entrevista é muito mais difícil, você tem que dar a sorte de não encontrar pessoas preconceituosas no caminho, e isso é difícil.

E5: O problema é que existem muitos racistas e eles jamais vão dizer que não te escolheram para o cargo porque você é preta.

E6: Antes de ir pra uma entrevista eu pesquisei a empresa pra ter uma ideia do que posso encontrar lá. Quando eu fui fazer a entrevista no CPMI eu fui mais tranquila, porque eu já conheço o colégio como aluna, então eu já esperava que não seria excluída pela minha cor, mas eu já participei de entrevistas em outras empresas e quando você chega e vê que todas as pessoas que trabalham lá são brancas, você já sabe que não vai ficar.

E7: Já participei de muitas entrevistas e, se tiver um homem branco que tenha o mínimo de capacidade de comunicação, é ele que entra, se não tiver esse cara, entra o homem negro, porque não engravida, depois vem a mulher branca e por último a mulher negra.

E8: Hoje eu faço estágio, mas ganho bem pouco, é aquele estágio que a remuneração é tão baixa que quase ninguém quer, então tem muita gente preta lá, mas se você for olhar aqueles estágios de bancos ou de grandes empresas, que pagam mais, é difícil entrar uma mulher preta, de origem humilde.

E9: Foi uma luta conseguir um emprego na área que eu queria, eu colocava currículo todos os dias, fiz muitas entrevistas, mas eu não desisti. Agora eu quero crescer na empresa porque eu me sinto estagnada. Eu gosto do meu trabalho, mas se eles não me derem oportunidade eu vou procurar outro local, mas não vou ficar parada, porque eu sei que eu posso muito mais.

E10: Os meus bordados são muito bem feitos, mas dão muito trabalho, o material é de qualidade, então não é do mais barato, mas algumas pessoas parecem que não valorizam o meu trabalho. Às vezes as pessoas preferem ir no shopping comprar um produto inferior e às vezes até mais caro, do que comprar comigo.

E11: Sempre pediam para eu fazer 'favores' fora das minhas responsabilidades, como organizar coisas, atender gente que não era minha função, pegar café. Mas, se eu recusasse, era vista como difícil.

E12: Ser manicure nunca foi meu sonho, mas foi a forma que eu encontrei de conseguir fazer um dinheiro a mais. Eu trabalho muito, muito mesmo, mas eu ainda acho melhor do que ficar presa o dia todo com uma folga por semana pra ganhar um salário mínimo.

E13: Eu até hoje não tenho carteira assinada. Minha patroa prefere contratar duas empregadas, cada uma vai duas vezes na semana, porque assim ela não precisa assinar carteira, então eu faço diárias em outros locais também, pra complementar minha renda.

Para Hirata (2016) o emprego para as mulheres no Brasil pode ser analisado sob a perspectiva de dois pólos, em um lado temos mulheres executivas e em profissões de nível superior, que representam uma minoria, já o outro lado é formado pela maior parte da população feminina economicamente ativa, com mulheres em trabalhos de nível operacional, no trabalho doméstico, nos setores da saúde, da educação, em escritórios e em empregos terceirizados, em trabalhos que tradicionalmente são definidos pela sociedade como femininos e muitas vezes precarizados. Nestes trabalhos, formais ou informais, as

entrevistadas já viveram diversas situações de discriminação, normalmente sutis, mas que ficaram guardadas em suas memórias e as fizeram sentirem-se oprimidas:

E1: Eu fazia parte de um grupo que trabalhava dentro de um shopping. Cada empreendedor tinha o seu espaço, o seu produto, e muitas das vezes as pessoas perguntavam pra mim ‘quem é que faz isso aqui?’ ‘Quem é o dono?’ Eu sempre tenho que falar que sou eu. Quem faz? Eu. Você que é a dona? Sim. As pessoas se surpreendem quando digo que sou a dona, porque é tudo de tão bom gosto, tão bonito. Como pode ser feito por mim? Como pode eu ser a dona?

E2: Eu, por ser mulher negra, outras pessoas já me olhavam de outra forma, mas fui seguindo em frente. Eu trabalhei como menor aprendiz no centro da cidade, e nessa época também tinha o programa de menores infratores, e todos eles faziam o mesmo curso onde eu fiz. Então, muitas vezes eu ouvia ‘ah, vem esses trombadinhas’, ouvia de pessoas brancas, que tinham nível superior e que viam a gente na porta do elevador, às vezes, esperando para subir, e não queriam subir juntas, ou subiam na frente, ou esperavam a gente subir primeiro, para depois subirem. E em horário de almoço também, a gente não podia se misturar. Não conversavam com a gente, nos ignoravam, só falavam quando precisavam dar uma ordem. Chegavam no local, só falavam assim, ‘ó, é para fazer isso, isso, isso, isso e isso’, dessa forma.

E3: Eu sofri um tipo de discriminação, mas só que não foi aquela discriminação direta, sabe? Ela foi meio que, com palavras sutis, assim, aquele tom mais aveludado. Nessa experiência profissional anterior, quando eu era aprendiz na Carioca, um certo dia veio uma pessoa da área externa, eu acho que era da Espanha, se eu não me engano, e aí, antes dela ir embora, ela veio assim, pegou no meu ombro e disse ‘Ah, eu acho que a gente tá bem de diversidade por aqui’. E ela falou em inglês, achando que eu não entenderia. Então, isso é uma coisa que me tocou demais. Não só por ela achar que por ter falado inglês eu não entenderia, mas também por ela querer dizer que, ‘ah, tem uma travesti negra aqui, tá bem de diversidade’. Sendo que o escritório era dominado por pessoas brancas. Naquele momento eu dei uma travada, até porque ela era a chefe da redação da América Latina, ela estava num papel muito mais importante dentro da hierarquia corporativa do que o meu. Então, o que eu pude fazer depois foi levar isso pra minha gestora. Eu acho que a discriminação, especialmente no ambiente corporativo, ela deve ser combatida, porque que essas pessoas, elas têm que começar a abrir a cabeça pra entender que a gente também vai estar num espaço corporativo, sendo pessoas trans, sendo pessoas negras, sendo minorias, enfim.

E5: Eu já enfrentei muitos olhares de dúvida no meu antigo trabalho. Sempre me testavam mais do que os outros e eu nunca podia errar. Eu acho que, por ser negra e vir de uma família humilde, achavam que eu não era capaz.

E7: Eu trabalho como auxiliar de limpeza e já passei por muitas situações de preconceito. Teve um dia que entrei no elevador da empresa e uma funcionária olhou para mim e disse: ‘Eu acho que esse elevador não é para o pessoal da limpeza’, como se eu não tivesse direito de usar. Já ouvi piadinhas sobre meu cabelo, sobre meu jeito de falar, e até gente que evita pegar na minha mão quando eu entrego alguma coisa. A gente sente no olhar, no tom de voz. Ser mulher, negra e pobre significa ouvir coisas assim e engolir, porque é preciso pagar as contas.

E8: Eu já trabalhei com atendimento ao cliente em uma loja de roupas. Teve uma vez que a cliente não quis ser atendida por mim de jeito nenhum e me olhava com cara de desprezo. Eu era bem novinha e eu me senti muito mal naquele dia, até hoje quando lembro me vem um sentimento ruim.

E9: Apesar de hoje ter um diploma, ainda sinto o peso de ser uma mulher negra no mercado de trabalho. Já fui ignorada em reuniões, como se minha opinião não importasse, mas continuo tentando evoluir. Eu quero que minhas filhas cresçam vendo meu exemplo e sabendo que elas podem estar onde quiserem.

E10: Em 2021, me formei e comecei meu pequeno negócio de bordados. Achei que, sendo dona do meu trabalho, escaparia do preconceito, mas não. Já ouvi clientes duvidando da qualidade do meu serviço antes mesmo de verem meu trabalho. Também teve quem sugeriu que eu baixasse os preços porque, na cabeça destas pessoas, 'bordados de uma mulher como eu não valem tanto.

E11: Meu trabalho sustenta minha casa e meus três filhos, mas sempre ouvi de pessoas próximas que eu deveria tentar outra coisa, porque costurar é coisa de mulher pobre. Uma vez, um cliente insinuou que eu devia 'ter sorte' de ela confiar em mim, como se minha cor ou minha origem fossem obstáculos para ser boa no que eu faço.

E12: As pessoas acham que, por eu ser negra e ter idade, não posso mais ter sonhos. Já ouvi comentários como 'manicure não precisa de diploma' ou 'você enxerga bem a cutícula?'. No dia que eu recebi esse último comentário eu realmente fiquei chateada, porque parecia que a cliente não confiava em mim por causa da minha idade, mas eu enxergo muito bem com meus óculos, têm pessoas jovens que usam óculos também, e eu jamais faria a unha de uma pessoa se eu não me sentisse capaz por algum motivo.

E13: Eu tenho muita dificuldade de conseguir emprego formal por eu ter dois filhos pequenos. Eu sinto que quando eu falo que tenho duas crianças eu já perdi pontos na entrevista.

Apesar de todas as conquistas, as mulheres negras ainda enfrentam desigualdades significativas no mercado de trabalho, sendo frequentemente prejudicadas pela interseção do machismo e do racismo. É fundamental que a sociedade como um todo reconheça essas desigualdades e se engaje na criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário.

A mulher pobre e negra é bastante vulnerável no contexto socioeconômico brasileiro. Estas mulheres representam um grande percentual da população e apresentam condições de vida mais adversas na sociedade brasileira, que são gerados por diversos fatores, tais como: discriminação social, dificuldade de mobilidade social das pessoas negras, dificuldade de acesso à formação e qualificação profissional e a precariedade da inserção no mundo de trabalho. (LAGOS; BERNARDT, 2018, p.28)

Quando as mulheres negras se veem excluídas do mercado de trabalho, podem buscar outras alternativas para adquirir recursos financeiros e sustentar suas famílias. As

entrevistadas E1 e E10, são mulheres empreendedoras, mas por necessidade, pois elas gostariam de estar em um emprego formal.

E1: Eu gosto de fazer, eu gosto de empreender, eu gosto muito de trabalhar com o que eu faço, que são os acessórios, mas se eu pudesse estar em uma outra posição, eu gostaria de trabalhar em uma repartição, numa sala, com o seu emprego, com os seus direitos todos, sem você precisar correr atrás, porque como empreendedor eu corro atrás o tempo todo, de tudo. Não é fácil. É cansativo. E se você trabalha num local que você tem o seu emprego, tudo é direitinho, você sabe que no final do mês você tem o seu salário, você tem um plano de saúde, você pode ficar tranquila que você está trabalhando numa coisa que você não precisa pensar, porque empreender você tem que pensar na casa, pensar no marido, tem que pensar em ganhar dinheiro, é muita correria. Eu estava conversando com uma amiga lá mesmo do Pedro II, e ela estava falando assim pra mim, ela conseguiu um estágio, ela, Jane, quando você trabalha assim num local direitinho, de carteira assinada, você se sente outra pessoa, você se sente **pertencendo realmente ao mundo**.

E10: Eu amo meu trabalho, porque além de me trazer liberdade, ele traz o sustento da minha família, mas desde criança eu sempre sonhei em ser médica, mas eu também sempre tive a consciência de que essa faculdade é pra rico. Pra fazer medicina, ou você precisa ter um pai rico pra pagar a faculdade particular ou você precisa ter um bom ensino para conseguir passar pra uma pública. Eu que precisava me dedicar ao trabalho desde muito nova, não tive tempo para estudar.

As entrevistadas E3 e E4 enfatizam a exclusão social e profissional de mulheres trans, que são empurradas pela sociedade para trabalhos informais e precários.

E3: Então, eu acho que o ambiente de trabalho para mulheres trans, ele é muito exclusivo, eu acho que 98% das mulheres trans, inclusive, trabalham informalmente porque não têm espaço, assim, em ambientes corporativos formais.

E4: É difícil para uma mulher trans conseguir um trabalho formal, normalmente são levadas a trabalhos informais e de risco, pois são marginalizadas pela sociedade.

A literatura reafirma as afirmações das entrevistadas e revela a ocorrência de discriminação à mulher trans na vida profissional e nas instituições de ensino (KAFFER et al., 2016; SOUSA; ROCHA; BARROS, 2018), o que resulta na exclusão destas mulheres nestes espaços formais. Além disso, de acordo com Dias e Bernardineli (2016), as mulheres trans enfrentam dificuldades para acessar empregos formais não apenas pela falta de qualificação acadêmica, mas também pela exclusão baseada em sua aparência, identidade de gênero e pelo preconceito de trabalhadores(as), que frequentemente patologizam a transgeneridade.

As falas das entrevistadas E3 e E4 evidenciam a marginalização de mulheres trans no mercado de trabalho formal. A exclusão dessas mulheres das oportunidades de emprego lucrativas e bem remuneradas resulta em sua inserção forçada em ocupações informais e precarizadas. Como observa Bento (2017), as pessoas trans enfrentam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, sendo comumente relegadas a atividades informais ou estigmatizadas, como o trabalho sexual, pela falta de oportunidades e pelo preconceito estrutural. Esse cenário deve ter vários fatores, incluindo a transfobia institucional e a falta de políticas públicas adequadas para inclusão de pessoas trans no mundo do trabalho.

Assim, a trajetória vivida pelas mulheres negras no mercado de trabalho é uma narrativa de resiliência e determinação, permeada por desafios e preconceitos. No entanto, essas mulheres têm demonstrado ao longo do tempo que são agentes de mudança e que seu papel é fundamental na reconstrução de uma sociedade.

4.3 Contribuições do Proeja na vida profissional de mulheres negras

Os resultados desta pesquisa evidenciam a ação do Proeja pela sua função reparadora e compensatória (RAMOS, 2010) e libertadora (FREIRE, 1994), pois, por meio do Proeja, as entrevistadas puderam exercer seu direito à educação, negado a elas por décadas. Percebe-se ainda o desenvolvimento de competências omnilaterais, que contribuíram na autoestima, na autoconfiança e na iniciativa dessas mulheres, que passaram a acreditar e buscar a realização de seus objetivos profissionais.

As entrevistadas E1 e E10 são empreendedoras e conseguiram desenvolver seu negócio, E1 no ramo de bijuterias artesanais e E10 no ramo de Bordados

E1: Aprendi português, agora escrevo melhor, me ajudou a me posicionar, na comunicação com o cliente, a divulgar o meu negócio. Eu não sabia, eu olhava e pensava 'eu não tenho criatividade pra escrever nada, eu não consigo', hoje em dia eu tenho facilidade. Eu também entendo o que eu faço, sabe? Antigamente eu não entendia, eu sabia que eu empreendia, mas eu não sabia exatamente por onde começar, eu não sabia de nada. Hoje em dia eu sei como me posicionar numa empresa, o que tenho que fazer, já entendi que empreender é bem mais do que muitos pensam. Como eu trabalho com feira, eu vejo que tem pessoas que tem o seu negócio, mas não tem a menor noção. É muito mais do que a gente pensa e eu aprendi tudo no Proeja.

E10: Uma das coisas mais importantes que eu aprendi no Proeja e que fez diferença no meu negócio foi aprender a colocar preço nos meus produtos. Eu não considerava muitos gastos que eu tinha, porque eu não lembrava. Eu acho que eu também não dava o valor que eu deveria dar para o meu

trabalho, sabe? Eu mesma me desvalorizava cobrando tão pouco. Agora eu cobro o certo e meus clientes não deixaram de comprar, eu tenho até mais clientes, porque a partir do momento que eu vi valor no meu trabalho, muitas pessoas passaram a ver também. Ainda têm pessoas que não vêem valor, mas com o tempo verão.

Hoje em dia, E1 e E10 conseguem planejar, organizar, dirigir e controlar seus negócios, o que gerou aumento das vendas e conseqüentemente dos lucros obtidos. Porém, elas desejam galgar novos voos no futuro.

E1: Eu quero muito acabar o PROEJA, e eu quero fazer uma faculdade, poderia ser na História, na Arte, alguma coisa assim. Eu gostaria de chegar ao nível superior. Eu acho até que se eu já estiver mais preparada, eu até faria Direito. Eu gosto e acho que eu sou boa argumentadora, eu acho que eu sou boa nisso.

E10: Eu não pretendo parar de estudar. Eu quero estabilizar minha empresa e depois organizar meu tempo para me dedicar ao pré-vestibular, porque eu já coloquei na minha cabeça que eu vou fazer medicina. Eu não pude estudar quando eu era nova, mas vocês (equipe Proeja) me mostraram que não tem essa de idade, e eu vou conseguir, com a graça de Deus.

A Entrevistada E2 trabalhou em diversas profissões antes de ingressar no Proeja, mas não se sentia realizada profissionalmente em nenhuma delas. No decorrer do curso, foi encaminhada para realizar estágio remunerado na Defensoria Pública da União, por meio de uma parceria entre a instituição e o Colégio. Após concluir o curso, E2 foi efetivada e atualmente trabalha na área que escolheu e deseja seguir na carreira dentro da empresa.

E2: Eu já trabalhei em casa de família, trabalhei também em empresa de ônibus, trabalhei de garçonete, em hotel, em várias áreas [...]. Hoje eu trabalho como auxiliar administrativo na Defensoria Pública, onde eu fiz o meu estágio [parceria entre Colégio Pedro II e Defensoria Pública da União], eles gostaram e eu estou como contratada de uma empresa terceirizada, continuei lá no mesmo local, onde eu fiz o estágio. Hoje eu gosto do que eu faço. Quero fazer faculdade de serviço social e continuar trabalhando com pessoas. Eu fiz o Enem ano passado e eu tô até tentando agora com uma faculdade, ver se eu já consigo começar esse ano mesmo.

E3 ingressou no Proeja após uma experiência traumática de violência sexual e por ser mulher trans, estava com medo de como seria recebida, mas conseguiu encontrar-se no Proeja, se sentir acolhida e protegida.

E3: Então, no primeiro dia no Proeja, eu cheguei com muito medo, porque eu vi pessoas muito mais velhas do que eu. Eu pensei, caramba, será que essas pessoas vão conseguir se enturmar comigo? Cheguei com muito medo. Mas ao longo do dia foi dando tudo certo. Eu fui conhecendo pessoas, conhecendo novas jornadas que eram diferentes das minhas. Eu acho que o Proeja foi uma chave de virada na minha vida, sabe? Foi muito importante, primeiramente, eu acho que quando eu cheguei lá, eu também não era uma mulher trans retificada, eu tinha o meu nome antigo no documento, ainda tinha o sexo masculino. Mas eu acho que as professoras

coordenadoras, que eram, naquele tempo, as lideranças, elas sempre fizeram eu me sentir ouvida e também garantiram o meu acesso ao cidadanismo. Então, brigaram com a Secretaria mesmo, ‘Olha, a gente quer os documentos da Malu como o Malu’, a gente quer esse direito pra ela’, porque eu acho que foi algo muito importante pra mim, ter esse direito garantido e me sentir ouvida pelas lideranças. Porque eu acho que nada, sem uma liderança sólida, funciona, sabe? Vai pra frente. Então, elas, assim, nesse sentido e em vários outros, foram fundamentais pra mim. Inclusive, eu tive lá um caso de transfobia, onde eu estava no banheiro e uma aluna veio e falou assim ‘ah, eu achei que eu estava no banheiro errado’. Como se ela tivesse andado no banheiro masculino. E eu falei isso para a coordenadora, e ela foi super acolhedora e fez todas as medidas que deveriam ser feitas naquele momento. Então lá eu sempre me senti protegida pra ser quem eu quero ser, sabe?

E3 não pôde dar continuidade ao curso, pois antes mesmo de chegar ao segundo ano, conseguiu passar no Encceja, obtendo assim o certificado do ensino médio completo, e ingressou na universidade, que era um de seus sonhos. Hoje, a E3 trabalha no marketing de uma das maiores empresas do mundo. Ela escolheu a área durante as aulas de marketing que teve no Proeja. Além disso, encontrou na escrita uma forma de se expressar.

E3: Com toda a bagagem que eu adquiri no Proeja, eu consegui passar no Encceja, né? Que é aquela prova onde a gente conclui o ensino médio. Porque tudo que eu queria mesmo era entrar na faculdade e, assim, conseguir uma coisa maior. Então, com tudo que os professores me ensinaram, eu consegui ter uma base suficiente para conseguir uma pontuação boa na prova e conseguir concluir o ensino médio, e agora eu tô na faculdade, faço relações públicas e faço tecnólogo em marketing. Hoje eu também sou escritora por causa do Proeja. A professora de língua portuguesa, ela começou com trabalhos textuais e eu não escrevia a muito tempo, mas eu escrevia muito quando eu era pequena. Então, lá eu consegui colocar os sentimentos pra fora e hoje eu sou escritora por isso. É algo que eu sou muito grata ao Proeja. Além disso, hoje eu também trabalho no marketing operacional de uma multinacional. Enfim, eu tô muito feliz. É muito bizarro mesmo, porque eu cheguei no Proeja sem direção do que eu queria fazer da minha vida. Hoje eu acho que eu tô em um contexto totalmente diferente do que eu cheguei lá.

O Proeja, além de cooperar no encaminhamento da vida profissional da estudante, parece ter auxiliado em seu empoderamento e autoestima. E3 agora almeja obter reconhecimento por suas capacidades e tornar-se exemplo para outras mulheres trans.

E3: Eu acho que é muito impressionante você falar, caramba, eu cheguei no lugar que eu sempre quis estar, sabe? Então, eu tô tentando assimilar, assim, essa minha chegada e essa conquista que, pra mim... Nossa, chegar onde eu sempre quis chegar, aos 19 anos, é uma coisa, assim, muito bizarra. [...] Mas eu quero chegar num lugar onde eu tenha a voz ativa e representando outras pessoas que têm as mesmas características que as minhas, porque eu acho que muitas vezes eu não me sinto representada ali no ambiente corporativo. Então, trazer essa visão de representatividade, ao mesmo tempo, não só sobre isso, mas sendo boa pelo trabalho que eu executo, não só sobre as minhas características, sabe? Eu acho que eu quero chegar num lugar, assim, de voz ativa e trazer para as pessoas aquela visão de ‘nossa, se ela chegou,

eu também posso chegar'. Porque muitas vezes, ao longo da minha vida, eu não tive isso. E eu quero ser essa pessoa para as outras pessoas.

A entrevistada E4 já trabalhou como montadora de barracas e vendedora em uma feira, trabalhou como atendente em um *Lan House*, foi cabeleireira e no momento trabalha como empregada doméstica. Todos os empregos que teve foram informais e em estabelecimentos de amigos ou familiares. Ela nunca participou em uma entrevista de emprego e nunca tentou um trabalho formal. No Proeja, ela desenvolveu sua autoconfiança, atualmente está no segundo ano do Proeja e agora deseja ingressar no mercado formal de trabalho. É importante frisar que E4 é representante de turma, muito querida e admirada por sua turma e pelos servidores do colégio.

E4: Quero tentar um serviço de carteira assinada, porque depois desses anos no Proeja não é possível que eu não vá ingressar no mercado de trabalho. Esse é meu objetivo.

Observamos que essas mulheres pertencem a coletivos das **classes populares** que interromperam seus estudos, no passado, pela necessidade de sobrevivência, mas que **retornaram para a escola por acreditarem na educação como caminho para romperem com as opressões então sofridas** no âmbito familiar e social, almejando, assim, uma vida melhor, de **emancipação, autonomia e independência financeira**. (LIMA; WIESE; HARACEMIV, 2021, p.146-147, grifo nosso)

Assim, deve ser missão do Proeja atender a esta demanda, guiando essas mulheres pelos caminhos escolhidos por elas e não àqueles para os quais são empurradas ao longo da vida. “A nosso ver, a educação profissional deveria ser um instrumento de mediação no processo de construção da formação humana dos trabalhadores, assim, os tornariam sujeitos autônomos de si.” (MOREIRA, 2021, p.120)

E5: Eu nunca pensei que teria coragem de voltar aos estudos. O Proeja me deu não só o conhecimento técnico, mas também a confiança de que sou capaz. Hoje, trabalho em uma boa empresa, e sei que essa conquista só foi possível porque tive a oportunidade de estudar e me preparar.

E6: A oportunidade de fazer estágio enquanto eu estudo foi transformadora. O Proeja me deu a chance de aprender uma nova profissão e ganhar experiência ao mesmo tempo. Isso abriu portas para mim, e hoje sou estagiária em administração, a área que eu sempre quis.

E7: Com o Proeja consegui terminar o ensino médio e me formar em uma nova profissão. O curso além de me proporcionar novos conhecimentos, também me deu uma nova perspectiva sobre mim mesma.

E8: O Proeja me deu uma nova chance. Antes, eu não tinha muita esperança de conseguir uma carreira. Agora, estou fazendo um estágio na área que eu amo e sei que posso alcançar meus objetivos. O Proeja me abriu portas e fez eu acreditar que tenho um lugar no mercado de trabalho.

E9: O curso, além de melhorar minhas habilidades técnicas, também me deu a coragem de buscar uma posição administrativa. Hoje, trabalho em uma empresa que valorizou minha experiência e o diploma do Proeja como um trampolim para minha carreira.

E10: Antes, eu era apenas uma trabalhadora doméstica, mas o curso me deu a base para seguir meus sonhos. Aprendi técnicas de gestão e empreendedorismo que foram fundamentais para começar meu negócio de bordados.

E11: O curso foi uma virada de chave, me ensinou técnicas avançadas e me deu confiança. Hoje, sou costureira e tenho meu próprio ateliê. O Proeja me proporcionou não apenas uma profissão, mas também um novo propósito na vida.

E12: Depois de completar o Proeja, mudei completamente minha vida. Antes, era apenas uma dona de casa, mas o curso me deu as habilidades e a confiança necessárias para criar meu próprio negócio e hoje tenho meu salão de manicure e pedicure. Agora, trabalho por conta própria e sustento minha família com muito orgulho.

E13: Com o Proeja, encontrei uma nova perspectiva para minha vida. Antes, eu não via esperança de crescimento, mas o curso me proporcionou um ânimo muito grande e hoje consigo sonhar com uma nova profissão.

A experiência das entrevistadas demonstra o papel da educação na superação das barreiras impostas às mulheres de classes populares, que frequentemente enfrentam dificuldades adicionais no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho. Segundo Ciavatta (2005), a formação profissional deve ser compreendida como um direito social, pois contribui para reduzir desigualdades históricas, permitindo que sujeitos marginalizados desenvolvam tantas habilidades técnicas quanto à consciência crítica sobre sua inserção na sociedade. Essa perspectiva se reflete nos relatos das entrevistadas, que apontam o Proeja como um divisor de águas em suas vidas, proporcionando-lhes novas perspectivas de crescimento.

Além disso, o vínculo entre a formação educacional e a empregabilidade parece de maneira evidente nas falas dos participantes que participam em inovações ou conquistam melhores oportunidades profissionais. Para muitas delas, o Proeja serviu como um caminho para romper com o ciclo da precarização do trabalho, possibilitando que ocupassem cargos mais habilidades e valorizadas. Como enfatiza Kuenzer (2011), a formação profissional deve ser pensada não apenas como um mecanismo de inserção no mundo do trabalho, mas como um meio de garantir condições mais dignas e prejuízos de atuação profissional. Essa relação é demonstrada por relatos de mulheres que, antes do Proeja, se viam restritas a ocupações informais e mal remuneradas e, após o curso, passaram a ocupar espaços mais valorizados no mercado.

Alm disso, um outro aspecto relevante destacado pelas entrevistadas é a possibilidade de empreender e conquistar autonomia financeira a partir da qualificação adquirida no Proeja. Muitas delas disseram que, antes do curso, não viam perspectivas concretas de crescimento profissional, mas que, com a formação, poderiam iniciar seus próprios negócios e alcançar independência econômica. Essa realidade reforça a análise de Arroyo (2017), que argumenta que a EJA não deve ser vista apenas como um processo compensatório, mas como um caminho para o empoderamento social e econômico das pessoas historicamente restauradas. O aprendizado fornecido pela Proeja permitiu que algumas entrevistadas saíssem de ocupações informais e inconstantes para se tornarem donas de seus próprios negócios, como ateliês, salões de beleza e microempreendimentos, garantindo estabilidade financeira e reconhecimento

Além dos impactos econômicos e sociais, a formação profissional também se revelou fundamental para a construção da identidade das entrevistadas enquanto trabalhadoras e cidadãs. Muitos disseram que, antes do curso, não se sentiam capazes de ocupar certas vagas ou sequer acreditavam na possibilidade de uma trajetória profissional mais promissora. Essa mudança reforça a visão de Paulo Freire (2005), que defende que a educação é um instrumento de libertação, pois permite que os indivíduos compreendam criticamente a sua realidade e atuem para transformá-la. O Proeja, nesse sentido, se apresenta como um espaço de ressignificação da vida dessas mulheres, permitindo que se reconheçam como sujeitos ativos

Dessa forma, as falas das entrevistadas confirmaram o impacto positivo do Proeja na vida de mulheres que, antes, se encontravam em posições de vulnerabilidade educacional e profissional. A articulação entre educação básica e formação técnica mostra-se fundamental para a construção de trajetórias mais independentes e dignas, evidenciando a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso a esses programas e ampliem suas possibilidades de atuação na sociedade. Como pontua Frigotto (2018), a construção integrada ao trabalho não pode ser vista apenas como um meio de adaptação às demandas do mercado, mas como uma ferramenta essencial para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, promovendo a equidade

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Proeja tem se consolidado como uma importante ferramenta de transformação social, especialmente para mulheres negras, que enfrentam múltiplas formas de opressão. O Programa, ao integrar a educação básica com a qualificação profissional, tem se mostrado uma estratégia eficaz para o desenvolvimento dessas mulheres, abrindo portas para novas oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com Silva (2023), programas como o Proeja são essenciais para promover a equidade educacional, oferecendo uma chance concreta de ascensão social e autonomia para aqueles que historicamente foram marginalizados.

O trabalho de autores como Djamila Ribeiro (2017), que cita a educação como um meio de resistência ao racismo estrutural, e Carla Akotirene (2019), que traz à tona a perspectiva interseccional, evidencia que a promoção da justiça social e racial depende da criação de políticas públicas que atendam às especificidades de grupos historicamente oprimidos. Ribeiro (2017) argumenta que a educação é um veículo poderoso para subverter as normas sociais que marginalizam as mulheres negras, permitindo-lhes acessar novos espaços e desafios. Além disso, a análise de Lélia Gonzalez (1988) reforça a importância da valorização dos saberes e experiências dos sujeitos para a verdadeira emancipação.

A presente tese buscou investigar as trajetórias de mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco especial no programa Proeja e sua influência no mundo do trabalho. A partir das entrevistas realizadas com treze estudantes negras, foi possível compreender as diversas barreiras de opressão interseccional enfrentadas por essas mulheres e como o Proeja contribuiu para o desenvolvimento profissional de cada uma. Os relatos das entrevistadas demonstram que o Proeja desempenhou um papel crucial na superação de desafios e na criação de novas oportunidades. As histórias de vida compartilhadas revelam não apenas a resiliência e a determinação dessas mulheres, mas também a eficácia do Proeja em proporcionar um ambiente educacional acolhedor e inclusivo, que valoriza as experiências e saberes prévios dos estudantes.

Os resultados da pesquisa revelaram o desenvolvimento profissional das participantes após ingressarem no Proeja. Essa conquista não se limitou ao acesso a melhores postos de trabalho, mas também à conquista de maior autonomia e autoestima, essenciais para romper com ciclos de exclusão e marginalização. As estudantes destacaram a importância das

habilidades adquiridas durante o curso, que foram fundamentais para enfrentar o mercado de trabalho com mais confiança e competência. Esses achados ressaltam a relevância de políticas públicas voltadas para a educação de adultos, especialmente aquelas que levam em conta as especificidades de grupos historicamente oprimidos. O Proeja se mostrou uma ferramenta poderosa na promoção da equidade racial e de gênero, evidenciando que, com o suporte adequado, é possível transformar vidas e comunidades.

Dessa forma, este estudo contribui para a discussão sobre a necessidade de ampliar e fortalecer programas como o Proeja, garantindo que mais mulheres negras tenham acesso a oportunidades educacionais e profissionais dignas. A luta contra as opressões interseccionais passa, inevitavelmente, pela garantia de uma educação de qualidade, capaz de empoderar e emancipar os indivíduos.

No campo dos Estudos Organizacionais, esta pesquisa contribui nas discussões que abordam gênero, raça e classe nas organizações. As experiências compartilhadas pelas entrevistadas enquanto trabalhadoras podem ainda inspirar novas pesquisas e políticas públicas, comprometidas com a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos.

Contudo, esta pesquisa apresenta limitações que precisam ser reconhecidas. Por tratar-se de um recorte específico — tanto institucional (CPII) quanto metodológico —, os resultados não podem ser generalizados para todas as realidades da EJA no Brasil. Além disso, o número de sujeitos ou documentos analisados, a depender do método adotado, pode ter restringido a abrangência das conclusões. Também se reconhece a ausência de um aprofundamento maior sobre a vivência de pessoas trans e não-binárias na EJA, tema que emergiu como relevante, mas que não pôde ser explorado com a profundidade necessária nesta investigação.

Diante disso, sugerem-se alguns caminhos para futuras pesquisas. Estudos comparativos entre diferentes instituições públicas que ofertam EJA, com foco em como gênero, raça e classe são tratados nas políticas e práticas pedagógicas, podem ampliar a compreensão sobre os avanços e desafios enfrentados nacionalmente. Outra vertente importante é a investigação sobre as vivências de docentes negras(os) e os impactos de suas presenças em sala de aula sobre a trajetória dos(as) estudantes. Além disso, pesquisas que articulem EJA e diversidade de identidades de gênero e sexualidade são fundamentais para

fortalecer o debate em torno da pluralidade de sujeitos que compõem essa modalidade de ensino.

Por fim, reafirma-se o compromisso desta tese com uma educação que reconheça a potência dos sujeitos populares, sobretudo das mulheres negras, como produtoras de saberes e protagonistas de suas próprias histórias. O enfrentamento das desigualdades exige não apenas políticas públicas consistentes, mas também uma produção acadêmica crítica, situada e comprometida com a transformação social.

6. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi,. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Polén, 2019.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **História Oral**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 11-28, 8 abr. 2021. *História Oral*. <http://dx.doi.org/10.51880/ho.v8i1.113>.

ALVES, Rosana Llopis. Trajetórias femininas no Colégio Pedro II. **Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, p. 1-10. dez. 2009.

ANGELOU, Maya. **Eu sei por que o pássaro canta na gaiola: Autobiografia de Maya Angelou**. Editora Alto Astral Ltda, 2018.

ARROYO, Miguel G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, M. G. Artigo - Paulo Freire: Outro paradigma pedagógico?. **Educação em Revista**, v. 35, n. 1, p. 1-20, Jan-Dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214631>.

BARBOSA E. M.; MACHADO C. J. S. **Gênese do Direito do Voto Feminino no**

Brasil: Uma Análise Jurídica, Política e Educacional. In: Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.45, p. 89-100, mar. 2012 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art07_45.pdf Acesso em: 15 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, 1990.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BERTAUX, Daniel. **Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences**. London: SAGE, 1981.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 479, 1995.

BRANCO, Samantha Castelo. História Oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Novos Rumos Sociológicos**, [S.L.], v. 8, n. 13, p. 8, 9 ago. 2020. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/norus.v8i13.18488>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: MEC, 2007b. Documento Base.

_____. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências.. Lei Nº 12.677, de 25 de Junho de 2012.. Brasília, DF, Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Pólis, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SILVA, Luis Felipe (Org.). *Estudos feministas: contribuições plurais*. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CAVALIERE, Ana Maria. O Colégio Pedro II encontra o século XXI. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 3, n. 6, 2008.

CIAVATTA, M. Política e História da Educação Profissional: luzes e sombras da realidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 30–44, 2019. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n4p30-44>

COLÉGIO PEDRO II. **Alunas do Proeja apresentam trabalhos no VII Encontro Nacional da EJA-EPT da Rede Federal**. 2024. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/13994-alunas-do-proeja-apresenta-m-trabalhos-no-vii-encontro-nacional-da-eja-ept-da-rede-federal.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **CPII realiza formatura da 2ª turma do Programa Mulheres Mil**. 2024. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/14037-formatura-da-2%C2%AA-turma-do-programa-mulheres-mil-no-col%C3%A9gio-pedro-ii.html. Acesso em: 14 jan. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Estudantes do Proeja do TJ2 assistem à peça inspirada em obra**

de **Conceição Evaristo**. 2024. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/tijuca2/2024/08/20/estudantes-do-proeja-do-tj2-assistem-a-peca-inspirada-em-obra-de-conceicao-evaristo/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Força e luta de mulheres marca cerimônia de formatura da 1ª turma do Programa Mulheres Mil/CPII**. 2024. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/13571-for%C3%A7a-e-luta-de-mulheres-marca-cerim%C3%B4nia-de-formatura-da-1%C2%AA-turma-do-programa-mulheres-mil-cpii.html. Acesso em: 14 jan. 2025.

COSTA, MVP; ELLIOT, LG A fidelização dos alunos no PROEJA do Colégio Pedro II: avaliação nos cursos do Campus Realengo II. **Revista Meta: Avaliação**, 2017. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/4517>. Acesso em: 8 jan. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **Feminist legal theories**. Routledge, 2013. p. 23-51.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, H. A. L.; BERNARDINELI, C. M. O transexual e o direito de acesso ao mercado de trabalho: Do preconceito à ausência de oportunidades. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 2, n. 2, p. 243-259, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. Autonomia Literária, 2004

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. **Projeto História**. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, p.157-164, abr. 1997.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Editora Paz e Terra, 1997.

_____. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 23.)

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

FRIGOTTO, G. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão a relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 228-248, jul. 2015. <https://doi.org/https://doi.org/10.20500/rce.v10i20.2729>

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: **Cortez: Instituto Paulo Freire**, 2005 (Guia da escola cidadã: v. 5)

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. Garden City: Doubleday, Anchor Books, 1959.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 167-182, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022003000100012>.

GONÇALVES, Marco Antônio. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 21-47, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200002>. Acesso em: 31 jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: uma coletânea sobre a vida e obra de Lélia Gonzalez**. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. (Texto originalmente publicado em 1984)

Haguette, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HAHNER, June e. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 467-474, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200010>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras:: relações de classe, de "raça" e de gênero no mundo do trabalho. **Confins**, [S.L.], v. 26, n. 26, p. 1-13, 19 fev. 2016. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.10754>.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2. Portal de Periódicos UFSC, 1995. Disponível em: . Acesso em: 23 fev. 2023

HOOKS, Bell. **Feminist theory: From margin to center**. Pluto Press, 2000.

HOOKS, bell. **Olhares negros: Raça e representação**. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Coleção contrastes e confrontos. São Paulo, 1960.

JOUTARD, Philippe. **Essas voces que llegan del pasado**. Fondo de Cultura Económica. México, 1983.

KAFFER, K. K. et al. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: Principais dificuldades para a inserção profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2016, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: CBEO, 2016.

KNOWLES, Malcolm S.. Andragogy: adult learning theory in perspective. **Community College Review**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 9-20, jan. 1978. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/009155217800500302>.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andreia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. As mulheres da EJA. **Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade**, [S.L.], v. 30, n. 63, p. 131-150, 29 set. 2021. Revista da FAEEBA. <http://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p131-150>.

LOURENÇO, Elzafran Santos Sousa; PIUNTI, Juliana Cristina Perlotti; CORDEIRO, Maria Beatriz Gameiro. REFLEXÕES A PARTIR DE ARROYO: trajetórias humanas e inumanas na eja. **Eja em Debate**, S.I., v. 11, n. 19, p. 55-69, dez. 2022.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. **Bulletin: Homophobia and education**, v. 14, n. 3/4, p. 9, 1983.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MARX, K. Capítulo VI: inédito de o capital. Rio de Janeiro: **Centauro**, 2004. 170p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO S. L. S. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, Adriana Martins. **A Produção Acadêmica sobre Egressos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil (2006 - 2017)**. 2021. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34991>. Acesso em: 05 ago. 2023.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. O papel da nova mulher nas famílias brasileiras. **Cadernos Unifoa**, [S.L.], v. 11, n. 32, p. 55-66, 10 dez. 2016. Fundação Oswaldo Aranha - FOA. <http://dx.doi.org/10.47385/cadunifoa.v11.n32.430>.

NEVES, Bruno Miranda. **O PROEJA no Colégio Pedro II: Formação e Qualificação Docente em Questão**. RPC Editora, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Carolina Guedes de; WANDERLEY, Sergio Eduardo Pinho Velho. Subalterno pode escrever! Uma contribuição decolonial e interseccional na obra de Carolina Maria de Jesus para os estudos organizacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 242-274, 1 maio 2022. IBEPES (Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais). <http://dx.doi.org/10.21529/recadm.2022009>.

OLIVEIRA, Marina Ribeiro. Os impactos da formação escolar na vida dos egressos do curso Técnico em Administração (PROEJA/CPII). **Scias. Direitos Humanos e Educação**, [S.L.],

v. 7, n. 2, p. 164-179, 30 dez. 2024. Editora UEMG - EdUEMG.
<http://dx.doi.org/10.36704/sdhe.v7i2.9110>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Narrativas Oraís de Histórias de Vida. **Comunicação & Inovação**, [S.L.], v. 16, n. 30, p. 121-131, 25 fev. 2015. USCS Universidade Municipal de Sao Caetano do Sul. <http://dx.doi.org/10.13037/ci.vol16n30.2754>.

PORTELLI, Alessandro. **The battle of Valle Giulia: oral history and the art of dialogue**. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade**. v. 8, n.15, p. 90-102, 2012. ISSN: 1809-0044. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496650336006>

RAMOS, M. N. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Educação & Realidade**. v. 35, n. 1, p. 65-85, 2010. ISSN: 0100-3143. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227076006>

REINALDO, Amanda Márcia dos Santos; SAEKI, Toyoko; REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos. O USO DA HISTÓRIA ORAL NA PESQUISA EM ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 1-7, 21 dez. 2004. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v5i2.780>.

REMEDIOS, Sâmia Elene Lobato dos. **A evasão escolar no PROEJA: um estudo no Colégio Pedro II/Campus Centro**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

RINGGOLD, Fé. **Se um ônibus falasse: a história de Rosa Parks** . Simon & Schuster Books for Young Readers, 1999.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Mara Cristina; MACHADO, Ana Lúcia. O uso do método história oral nas pesquisas qualitativas: contribuições para a temática do cuidado em saúde mental. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 2, p. 578-591, ago. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 jan. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; SILVA, Elisabeth Monteiro da; ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz; RODRIGUES, Vera Maria Ferreira. **Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de História na Educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Triunfal, 2018. 427 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, P.; SILVA, G. Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 45, n. 2, p. 1- 21, jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236966660>

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SENNETT, Richard (2004) **A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Record,.

SILVA, Neyla Reis dos Santos. **Educação de Jovens e Adultos e seus Sujeitos: Breves Reflexões**. In: OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito (org.). **EJA em Foco: sugestões de metodologias práticas para utilização em sala de aula**. Serrinha/ Ba: IFBaiano, 2023. p. 1-73.

SILVA, Adriano Larentes da. PROEJA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: desafios atuais. **Ensino em Foco**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-15, 14 mar. 2018. Instituto Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.55847/ef.v1i1.441>.

SOARES, C. C. M.; SANTOS, P. P. F.; VIRGENS, A. M. das. Mulher negra no mundo do trabalho: identidade étnico-racial na educação profissional. **Linhas Críticas**, v. 23, n. 52, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/20093>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SOUSA, J. A.; ROCHA, T. M. A. D.; BARROS, C. R. S. Prevalência de Discriminação na Vida, entre Travestis, Transexuais e Transgêneros. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 1, p. 43-65, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TIMBANE, A. A. Apresentação da edição "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo"- Nelson Mandela (1918-2013): **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 2–15, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/973>. Acesso em: 16 ago. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso y poder**. Editorial Gedisa, 2011.

VIEIRA, Maria Clarisse; CRUZ, Karla Nascimento. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos. **Educação (UFSM)**, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 45-56, 28 abr. 2017. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644420116>.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Boitempo Editorial, 2017.

YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã**. Editora Companhia das Letras, 2013.

ANEXO I

Roteiro de entrevista com alunas negras da EJA sobre suas histórias no mundo do trabalho

Entrevistador: Bem-vinda! Hoje estamos aqui para ouvir e valorizar suas histórias no mundo do trabalho como aluna negra da EJA. Vamos começar com algumas perguntas para conhecer melhor sua trajetória. Sinta-se à vontade para compartilhar suas experiências.

1. Como você decidiu ingressar na EJA (Proeja ou PMM) e como foi a escolha da área de formação?
2. Conte um pouco sobre as principais dificuldades enfrentadas durante o curso e como conseguiu superá-las.
3. Sabemos que o mercado de trabalho pode ser desafiador para todos, mas especialmente para mulheres negras. Como você lida com as barreiras e preconceitos que possam surgir em suas carreiras?
4. Você já teve alguma experiência de discriminação racial no ambiente de trabalho? Como isso te afetou e como você resolveu lidar com a situação?
5. Quais foram os principais obstáculos enfrentados para conseguir o primeiro emprego na área de formação?
6. Quais habilidades e conhecimentos adquiridos na EJA foram mais relevantes para o sucesso na busca por emprego?
7. Você notou alguma diferença na maneira como as oportunidades são oferecidas para mulheres negras comparadas a outras pessoas?
8. Como o apoio da família e de colegas foi importante para você ao longo dessa jornada no mundo do trabalho?
9. Você tem algum exemplo inspirador de mulheres negras que alcançaram sucesso em suas carreiras e que servem como referência para vocês?
10. Se pudesse dar um conselho para outras alunas negras que estão ingressando no mundo do trabalho, o que diria?
11. Quais são suas expectativas e planos para o futuro profissional?
12. Se houver algo que você considere importante mencionar e que ainda não foi abordado, sintam-se à vontade para compartilhar.

Entrevistador: Muito obrigado por compartilhar sua história conosco. Suas experiências são valiosas e podem servir de inspiração para outras pessoas que enfrentam desafios semelhantes. Você é exemplo de força e resiliência. Desejamos muito sucesso em sua carreira e vida!